

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – PPGCS
CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS: As construções
identitárias nas relações com os “outros”**

(Um estudo de caso das relações entre *colonos* e *assentados* no Oeste
paranaense)

VILSON CESAR SCHENATO

CAMPINA GRANDE / PB, 2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – PPGCS
CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS: As construções
identitárias nas relações com os “outros”**

(Um estudo de caso das relações entre *colonos* e *assentados* no Oeste
paranaense)

VILSON CESAR SCHENATO

DISSERTAÇÃO APRESENTADA
AO PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS
SOCIAIS DA UFCG, COMO
REQUISITO PARA OBTENÇÃO
DO TÍTULO DE MESTRE EM
CIÊNCIAS SOCIAIS, SOB A
ORIENTAÇÃO DA PROFESSORA
DRA. MÉRCIA REJANE RANGEL
BATISTA.

CAMPINA GRANDE / PB, 2010

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

S314p
2010

Schenato, Vilson Cesar.

Para além das fronteiras: as construções identitárias nas relações com os “outros” (um estudo de caso das relações entre colonos e assentados no oeste paranaense) / Vilson Cesar Schenato. — Campina Grande, 2010.

148 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.

Referências.

Banca Examinadora: Prof^ª. Dra. Mércia Rejane Rangel Batista, Prof^ª. Dra. Marilda Aparecida de Menezes, Prof^ª. Dra. Nerize Laurentino Ramos

1. Sociologia Rural. 2. Grupos Sociais Rurais. 3. Identidades. I. Título.

CDU – 316.334.55 (043)

BANCA DE EXAMINADORES

Prof^a. Dra. Mércia Rejane Rangel Batista

(Orientadora)

Universidade Federal de Campina Grande / UFCG

Prof^a. Dra. Marilda Aparecida de Menezes

Universidade Federal de Campina Grande / UFCG

Prof^a. Dra. Nerize Laurentino Ramos

(Examinadora Externa)

Universidade Estadual da Paraíba / UEPB

AGRADECIMENTOS

Existem situações na vida em que é fundamental poder contar com o apoio e a ajuda de algumas pessoas. Na caminhada para realização deste trabalho estiveram várias, que diretamente ou indiretamente deixaram sua contribuição, a estas prestarei, através de poucas palavras, os meus mais sinceros agradecimentos:

À professora Dra. Mércia Rejane Rangel Batista, orientadora desta dissertação, pelos seus conhecimentos, sua atenção, sua boa vontade e paciência, estabelecendo uma interlocução crítica e competente desde o início.

À professora Dra. Marilda Aparecida Menezes, pelas sugestões e críticas desde o projeto e qualificação.

À professora Dra. Ghislaine Duque, pelas contribuições na qualificação deste trabalho.

Em especial aos colonos da Linha São Roque e assentados da Colônia Esperança por me receberem em suas casas, e dividirem suas experiências possibilitando as análises presentes nessa pesquisa.

À Via Campesina pela concessão da bolsa dos Movimentos Sociais do Campo em convênio com MDA/Governo Federal e ao MST/PB pela indicação.

Aos meus pais Valter e Altiva, que sempre me apoiaram. Aos meus irmãos que também sempre estiveram do meu lado. E à avó Begair, e demais familiares meu muito obrigado.

À Assunção, minha namorada, pelo carinho, atenção e amor compartilhado. E pelos diálogos em várias etapas desse trabalho.

Ao amigo e Professor Dr. Miguel Lazaretti, por incentivar que eu cursasse o mestrado no PPGCS/UFCG.

Aos Amigos: Sebastião, Marcelo, Chico, Paulo pela amizade e apoio em Campina Grande.

Aos Professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFCG.

A Rinaldo pela prestatividade com que sempre me atendeu.

À Luiz da Emater/ATER-PR pelas informações e documentos cedidos.

RESUMO

O presente estudo buscou abordar o tema das identidades e diferenças, tendo como local de investigação o distrito rural de São Salvador / Cascavel – PR. Procuramos compreender as interações entre membros da comunidade Linha São Roque entre si e destes com o vizinho Assentamento Colônia Esperança, tendo como embasamento teórico os estudos culturais sobre identidade (HALL, 2005); (WOODWARD, 2007; SILVA, 2007), atentando para o fato de que as interações ocorrem nas fronteiras entre os grupos (BARTH, 1998) onde se afirmam as identidades contrastivas do “nós” perante os “outros”. Contudo, e tendo por base tais referenciais teóricos, buscamos investigar o processo, enfatizando que a oposição identitária não é rígida, sendo preciso atentar para os fluxos sociais que atravessam tais fronteiras (HANNERZ, 1997). Tal perspectiva se coaduna com o entendimento de que o mundo rural não é homogêneo, mas multifacetário (WANDERLEY, 2000b) e foi o que visibilizamos através do uso da técnica da observação participante e da metodologia da história oral. Exercício de pesquisa que realizamos, tendo por universo os *colonos* e *assentados*, e que nos levaram a perceber que para o nosso entendimento de tais atores no presente, precisávamos nos reportar a história da própria região, na qual eles emergem e atuaram uns frente aos outros no passado e no presente, movimentando o jogo das identidades. Num primeiro momento, *colonos* classificam o diferente como sendo o indígena, o *caboclo*. Num segundo momento o *grileiro*, em meio a processos de (des) territorialização (HAESBART, 1997) e de legitimação de si e des-legitimação do “outro” na re-ocupação espacial do Oeste paranaense. Em um contexto atual, ao analisar as relações identitárias entre *colonos* e *assentados*, percebemos que o *ethos* de trabalho se traduz em referencial principal para orientar os modelos ideais de pessoa do lugar, desta maneira, o entendimento daquele mundo rural heterogêneo, com identidades específicas não eliminam a referência a uma ética do trabalho familiar na terra de forma relativamente autônoma, se constituindo como modelo ideal de pessoa, que tem como parâmetro os *colonos* “fortes”. A inserção social dos que lutam pela terra, naquele cenário perpassa não só a ascensão a condição social de *assentado*, mas o desejo de continuarem nos lotes e serem reconhecidos como “fortes”. Tais construções sociais reveladas nesse estudo de caso, trouxe a percepção de que no decorrer da busca pela terra, ou para se manter na mesma, as relações sociais ali processadas envolvem não somente reciprocidades, solidariedades mas também conflitos, disputas por recursos públicos e legitimidade perante o Estado e a sociedade mais ampla. Ressaltamos, por fim, que os assentamentos geram impactos e são impactados nas e pelas coletividades locais, com os quais interagem socialmente, sendo (re) produzidas identidades e diferenças cotidianamente.

Palavras-Chave: Colonos. Assentados. Identidades

ABSTRACT

The present study aimed to discuss the issue of identities and differences, taking the rural district of São Salvador / Cascavel – PR as the research local. We seek to understand the interactions among the members of the community Linha São Roque and their interactions with the neighboring settlement Colônia Esperança, with the cultural studies about identity (HALL, 2005); (WOODWARD, 2007; SILVA, 2007) as theoretical base, paying attention to the fact that the interactions occur at the borders between groups (Barth [1969] 1998), where are established the contrasting identities of "we" before the "others". However, and based on such theoretical frameworks, we seek to investigate the process, emphasizing that the opposition of identity is not rigid, being necessary the observation of the social flows that cross these boundaries (HANNERZ, 1997). This perspective is consistent with the understanding that the countryside is not homogeneous, but multifaceted (WANDERLEY, 2000b), and that's what could be observed through the utilization of the participant observation technique and of the oral history methodology. Research exercise that was made, taking as universe the colonos (colonists) and assentados (landless people which got settled in a land), and that lead us to realize that in order to understand such actors in the present, we needed to look over the history of that region, the one they emerge from and acted on before themselves in the past, moving the set of identities. Initially, the colonos classify different as the indigenous, the caboclo. In a second time, the squatter in the midst of processes of (de) territorialization (HAESBART, 1997) and of legitimation of himself and illegitimacy of the "other" in the re-occupation in the West of Paraná. In the current context, while analyzing the relationship of identities between colonos and assentados, it was noticed that the ethos of work is a main reference to guide the ideal models of people from that place, this way, the understanding of that heterogeneous rural world, with specific identities, does not remove the reference to a familiar farm work ethic in a relatively autonomous way, which constitutes itself as an ideal model of person, having as parameters the strong colonos. The social inclusion of those who struggle for land, that scenario involves not only the rise in social status as assentados, but the desire to remain on lots and be recognized as "strong". Such social constructions revealed in this case study brought the perception of that during the search for land, or for establishing in one, the social relationships occurred in there not only involve reciprocity, solidarity, but also conflicts, disputes over public resources and legitimacy toward the State and society. We emphasize, finally, that the settlements generate impacts on local communities and are impacted by them, once they socially interact and daily (re) produce identities and differences.

Keywords: Colonos. Assentados. Identities.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 – Classificações sociais na Linha São Roque.....	67
QUADRO 2 – Origem social dos assentados.....	118
FIGURA 1 – Igreja da Linha São Roque.....	68
FIGURA 2 – Salão comunitário inacabado - Assentamento Colônia Esperança.....	115
MAPA 1 – Localização do Município de Cascavel no Paraná.....	147
MAPA 2 – Mapa da Região Oeste do Paraná.....	147
MAPA 3 – Mapa das comunidades a partir das estradas.....	148

LISTA DE SIGLAS

AMOP – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ

ATER – ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

COOPAVEL – COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE CASCAVEL LTDA

CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

CEBS – COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE

EMATER – EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

IAP – INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

INCRA- INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

MASTRO – MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA DO OESTE PARANAENSE

MST- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

STRs – SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	9
CAPÍTULO 1 - ATORES E CENÁRIO NO OESTE DO PARANÁ: PARTINDO DE UMA RECONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA.....	29
1.1 Alguns debates sobre a fronteira.....	29
1.2 Territorialização e desterritorialização como processos de construção e des-construção identitária.....	34
1.3 Intensificação das expropriações, das migrações e a alternativa de lutar..	50
1.4 O município de Cascavel e o <i>locus</i> da pesquisa.....	56
CAPÍTULO 2 – OS <i>COLONOS</i> DA LINHA SÃO ROQUE.....	59
2.1 A produção social da diferença: as várias classificações na Linha São Roque.....	59
2.2 Descrição e usos sociais do espaço na Linha São Roque.....	67
2.3 Terra, trabalho, família e vida no campo.....	72
2.3.1 “Terra não morre, e você não come”.....	74
2.3.2 <i>Héxis</i> corporal.....	76
2.3.3 A vida no campo e os filhos.....	77
2.4 Relações de vizinhança.....	79
2.4.1 O “outro” pode ser um parente ou vizinho.....	81
2.4.2 “Ser conhecido” e “ter conhecimento”.....	86
2.5 O olhar sobre o “outro” <i>sem-terra / assentado</i>.....	89
CAPÍTULO 3 – OS <i>ASSENTADOS</i> DA COLÔNIA ESPERANÇA.....	98
3.1 Tudo começou assim: a luta pela terra na visão dos assentados.....	100
3.2 Da beira da estrada ao lugar da esperança: a formação do assentamento.....	109
3.3 A configuração atual do assentamento.....	114
3.4 A construção dos outros no assentamento.....	120
3.5 Negociando Identidades e Políticas Públicas.....	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	139
ANEXOS.....	146

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Não foi por acaso que escolhi estudar o tema a que me propus, pois esta escolha está ligada a uma relação de intimidade e identificação com parte da minha experiência de vida. Sou nascido no Estado do Paraná, filho de agricultores familiares que passaram por processo de expropriação da terra numa geração anterior, mas que permaneceram com um *ethos*¹ de camponês. De tal modo, que ao chegar ao Curso de Mestrado em Ciências Sociais, me vi no desafio de estudar uma realidade que me era, aparentemente, muito familiar. No decorrer do curso, nas diversas disciplinas cursadas me vi apresentado a reflexão existente nesse campo de conhecimento, que versa sobre objetividade e subjetividade, proximidade e distanciamento do pesquisador. Por esta razão, iniciei o meu trabalho recuperando essa discussão e me situando nela.

Podemos afirmar de acordo com Weber, (2005) [1919] que o conhecimento científico inicialmente não exclui inteiramente a subjetividade do pesquisador, pois a realidade social é infinita, e enquanto pesquisadores, é preciso efetuar um recorte que possibilite estudar um fragmento da realidade, escolhendo um objeto em que nossos valores, interesses, ideologias, trajetória acadêmica e pessoal pesem nessa escolha, para que num segundo momento, haja o controle metódico desses valores para atingir a objetividade e tornar válido o conhecimento nas ciências sociais.

Já de acordo com Bourdieu (1999), somos alertados que, dentre os procedimentos de construção do conhecimento e de pesquisa é fundamental, para não cairmos em espontaneísmos no nosso ofício de sociólogo, exigir-se o esforço contínuo em armar o controle / vigilância epistemológica para evitar que as noções sejam contaminadas pelas pré-noções. Além disso, muitas vezes, o sociólogo pode ser chamado a encarnar um profeta. Isso para o autor deve ser combatido, pois a ciência social deve se afastar de pré-noções, do “bom” senso comum, evitando assumir a prerrogativa de decidir o destino do ser humano. Vemos claramente, em concordância com Weber (2005) [1919] com relação ao papel do sociólogo (homem de ciência), em

¹ A noção de *ethos* herdada da filosofia, é utilizada por vários autores, remete a ideia de uma ética prática, um senso prático elaborado a partir de um “modo” ou “estilo” de vida específico. Para Bourdieu (1983), seria a moral do grupo interiorizada pelo indivíduo, traduzindo-se nos valores em estado prático, não-consciente, regendo a vida cotidiana.

diagnosticar os problemas e não em profetizar que caminho deve ser trilhado (homem de ação / político).

O cientista social que recusa a construção controlada e consciente do seu distanciamento ao real e de sua ação sobre o real, pode não só impor aos sujeitos determinadas questões que não fazem parte da experiência deles, como também deixar de formular questões suscitadas por tal experiência. Tal prática pode o levar a formular reflexões ingênuas, a partir das questões que ele próprio se formula a respeito destes sujeitos, por uma confusão positivista entre as questões que se colocam objetivamente e as questões que eles formulam de forma consciente. “Portanto, o sociólogo terá de fazer uma difícil escolha quando desencaminhado por uma falsa filosofia da objetividade, vier a tentar anular-se como sociólogo”. (BOURDIEU, 1999, p. 51).

O próprio pesquisador social precisa tomar consciência de sua posição e situação no campo científico, e ao mesmo tempo, explicitar os pressupostos inconscientes. Utilizando para isso, uma reflexão epistemológica apurada, o que lhe permite romper com elementos estranhos à ciência e o leva a um controle consciente de sua prática. É no sentido de refletir sobre estes pressupostos que discorrerei um pouco sobre a minha trajetória sócio-política e acadêmica, que justifica a escolha de meu objeto de estudo, bem como as posteriores alterações construídas desde a graduação no Curso de Ciências Sociais até o Mestrado que serão expostas a seguir.

Trazendo aqui parte de minha história, o que interessa dizer é a questão de que meu pai, o quarto de seis irmãos filhos de *colonos*, foi um dos que migrou do Rio Grande do Sul para o Oeste do Paraná, em fins da década de 1960, com esperança de “vencer na vida”, porém só conseguiu ter sua própria terra na década de 1990. Ou seja, em mais de 30 anos, sempre trabalhou de empregado (*peão*) para os outros, chegando a ser gerente de uma fazenda em que os donos, também gaúchos, se enriqueceram em terras paranaenses, principalmente, na época da extração de madeira. O sacrifício para comprar a terra, que possibilitasse ser “dono de si”, foi também de minha mãe, que embora trabalhasse na horta e em outros afazeres para os patrões de meu pai, nunca recebeu nenhuma renumeração econômica, a não ser a autorização para que criasse galinhas caipiras, das quais vendia ovos e carne, sustentando a casa, muitas vezes, desta forma.

Depois de muito economizarem, o que pode ser tomado como um esforço de auto-exploração, conseguiram se capitalizar o suficiente, o que lhes permitiu comprar

uma terra para trabalhar, realizando um sonho que meu pai tinha desde a década de 1960, quando teve que deixar as terras gaúchas em busca de “oportunidades”.

No entanto, essa valorosa e “suada” conquista da terra, não significou a diminuição do trabalho. Ao contrário, no “sítio” era necessário o trabalho de toda família, não só para se manter na terra, mas, mais do que isso, pagar os financiamentos realizados no banco, para investimentos produtivos na pequena propriedade familiar. E, foi ali que eu (o quarto de cinco filhos) trabalhei dos 12 aos 17 anos. Posso dizer que não compartilho da mesma visão de mundo de meu pai, em alguma medida, o que me fez avaliar que não teria muitas perspectivas ali, resolvendo me mudar para a zona urbana de Cascavel/PR², onde trabalhava para custear minha sobrevivência e pagar o transporte, pois estudava Ciências Sociais em um campus da Unioeste (Universidade Estadual do Oeste do Paraná) que se localiza a 120 km, na vizinha cidade de Toledo/PR.

Mesmo sem morar mais no “sítio”³, nos fins de semana a minha presença era quase que certa, e assim, continuava a ouvir as reclamações de meus pais sobre suas dívidas, e sentia a diminuição na qualidade de vida, com o visível empobrecimento em relação à situação anterior. Estas vivências fizeram orientar meus interesses de pesquisa e as leituras iniciais para o entendimento do empobrecimento dos camponeses em geral, e especificamente, na região Oeste do Paraná.

Além dos debates formais e informais com meus colegas acadêmicos, também no interior da minha própria família, travávamos discussões calorosas e polêmicas sobre a questão agrária, mais particularmente sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – que, naquele momento, ficava conhecido nacionalmente, principalmente por meio dos noticiários tanto locais, como nacionais. Durante os debates, eu e meu irmão mais novo, colocávamos argumentos favoráveis aos Sem Terras, tentávamos convencer nossos pais de como eles eram quase uns *sem-terra*, que acabavam somente trabalhando para o banco e a “cooperativa”, fazendo, de certa forma, com que refletissem sobre sua própria situação. Tal reflexão, apesar de fazer com que concordassem em alguns aspectos, não os fazia mudar o que pensavam, posto que, se referendava a outra grade de valores, acionando e rejeitando de modo enfático a condição de *sem-terra* e de “invasor” de terras (no sentido de propriedade) alheias. Foi

² Morei de início com meus três irmãos que já estavam na cidade e que hoje estão em diferentes lugares do Brasil. Ficou com meus pais somente meu irmão mais novo.

³ Uma das denominações dadas ao patrimônio familiar adquirido pelo meu pai que pode ser intercambiado por “colônia” ou ainda “pequena propriedade”, indicando a extensão e tipo de exploração realizada com base no trabalho familiar.

um momento em me confrontei com a visão de mundo deles e tentei convencê-los a adotar o meu olhar. Ao mesmo tempo, fui desafiado a tentar entender como poderiam aceitar tal perspectiva de vida e ainda defender de certa forma a propriedade privada.

Diante desse contexto, e conversando com os demais colegas da graduação, que haviam notado que os *colonos* de outras cidades da região⁴ também possuíam uma aversão aos chamados *sem-terra*, me senti motivado a investigar sobre tal questão. Realizei a pesquisa em algumas comunidades rurais⁵ de Cascavel-PR, considerando as limitações de um trabalho monográfico que dava uma interpretação de acordo com o estoque de conhecimentos que tinha em mãos naquele momento da minha vida acadêmica.

Minha preocupação foi procurar entender sobre a representação social que os pequenos agricultores formulavam a respeito de suas próprias condições sociais, sobre os *sem-terra*, do MST, e sobre a Reforma Agrária. Naquele momento, resolvi pesquisar o que também era uma preocupação política do MST: compreender a possibilidade de integrar as diferentes categorias do campo que, estivessem sem terras, ou quase sem terras, no caso dos pequenos proprietários rurais. A preocupação era saber como os pequenos agricultores da região viam os *sem-terra* e explicar o que levavam a terem tal visão sobre os *sem terras* e o MST.

Com base principalmente em um referencial teórico marxista, cheguei à conclusão de que aqueles agricultores elaboravam suas representações não por causa simplesmente da mídia, mas por deterem uma consciência “pré-política” diversa daqueles que participavam de “espaços de socialização política”.

A conclusão acima foi baseada em entrevistas junto a alguns *colonos* de comunidades diversas e de forma aleatória. No entanto, ao encontrar um que destoava em suas falas sobre os temas abordados, e que detinha o que eu denominei de um conteúdo “mais crítico”, por se identificar tanto com os *sem-terra* como com o MST, percebi a partir do seu discurso, uma diferença na visão de mundo e na identificação com outras categoriais sociais. Só ao final da entrevista, soube que aquele havia sido um integrante do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens).

⁴ Ver Mapa da Região Oeste do Paraná: Anexo II – figura 02.

⁵ Realizei na ocasião seis entrevistas nos sítios de pequenos agricultores das seguintes comunidades: São João do Oeste; Linha São Roque, Linha Peroba e Re-Assentamento São Francisco, além de conversar informalmente com alguns assentados da Colônia Esperança.

Minhas conclusões de que os agricultores pesquisados limitavam-se a uma consciência pré-política, deveu-se, principalmente, às leituras do livro *Rebeldes Primitivos* de Eric Hobsbawm⁶ e de um capítulo que distinguia os camponeses dos trabalhadores urbanos do livro *A sociedade Vista do Abismo* escrito por José de Souza Martins (2002)⁷. Nessa leitura, hoje vista como equivocada, se colocava o urbano, como o mais desenvolvido, como sinônimo de progresso, de moderno, onde estaria o saber, o conhecimento, e estes – os urbanos – deteriam uma consciência política que praticaria a resistência e a transformação social, em oposição aos rurais.

Compreendo hoje, que a consciência política não está somente nas populações da cidade e que não existe uma consciência, manifestação ou prática (seja ela cotidiana ou não) que mereça o rótulo de pré-político, classificado com base no parâmetro do que deveria ser o ideal, ou melhor, para suas vidas. Sabemos que no passado, devido a leituras enviesadas das obras de Marx (e por vezes do próprio), alguns autores marxistas acabaram por negligenciar a participação política e social do campesinato.

Em reflexões mais atualizadas, compreendemos que o urbano e rural são dialeticamente interligados, não cabendo análises maniqueístas com base em separações, oposições ou mesmo hierarquizações desses meios (WANDERLEY, 2000b). Assim, é possível ver o campesinato como protagonista e ator coletivo de sua própria história.

Cometi equívocos ao pensar mecanicamente uma passagem do pré-político para o político, como se os trabalhadores urbanos, ou engajados em movimentos fossem os únicos que detinham consciência política por estarem organizados de forma coletiva e “contestadora” ou por não serem destituídos de propriedade privada. E acabei por não

⁶ Ver: Hobsbawm, E. *Rebeldes Primitivos*. Rio de Janeiro, 1970.

⁷ José de Souza Martins nesse livro diz que a consciência do camponês, ser uma consciência pré-política, e não política, (esta somente seria possível pelos operários da cidade). De acordo com Martins (2002 p. 98): “Enquanto a consciência política descobre no conflito o possível, as indicações de saída, a consciência pré-política não consegue descobrir nada em relação ao futuro, porque para o camponês o futuro é o final, o perecimento de sua classe e de sua condição”. Nesta visão a consciência camponesa se remete mais facilmente ao passado de fartura e alegria, mas não consegue ver uma solução para mudar o destino de camponês expropriado. Consonante a tese da diferenciação social do campesinato de Lenin e ainda influenciado por uma interpretação do *XVIII Brumário de Luiz Bonaparte* de Karl Marx afirmou que o vínculo do camponês com o mercado e o capital é residual causando uma consciência também residual e fragmentada de sua própria situação social, “é o vínculo de um solitário, confinado à sociabilidade imediata da família, da comunidade e da paróquia”. (MARTINS, 2002 p. 79).

ver que toda posição de certo modo é política, até mesmo a chamada “apatia” pode ser vista como uma posição que defende interesses políticos (CARVALHO, 1987).

Naquele contexto eu, compartilhando da visão de que a ciência social deveria ser engajada com a transformação social com caráter crítico, mas ao mesmo tempo militante, concluí que:

(...) este estudo aponta para a importância dos “espaços de socialização política” que levam os agricultores familiares a atingirem um estágio de “consciência política”, estimulando por consequência a organização entre estes atores, e ao mesmo tempo mudando a visão com relação ao MST, que passa a ser visto como um aliado, inclusive na luta contra o capital, que os expropria. (SCHENATO, 2003)

Sabemos que todo trabalho tem seus limites e que, por mais que se conclua, sempre haverá questões que necessitarão de maiores discussões. Outra crítica que faço para aquele momento é não ter me preocupado em manter um maior distanciamento (necessário) entre minha posição política e científica, bem como não ter tido uma maior fixação em um *locus* de pesquisa que permitisse maior profundidade para compreensão do universo daqueles agricultores, que apesar de “familiar”, não me era “conhecido”. Na realidade, confrontei-me com um cenário mais complexo do que inicialmente me parecia e gestei questões e desejos que os próximos passos me permitiram desenhar melhor. (VELHO, 1978; DA MATTA, 1978).

Assim, com base nessas reflexões primeiras, elaborei um anteprojeto no ano de 2007, para concorrer à seleção de Mestrado na UFCG, com base nos diálogos e reflexões ali elaborados, bem como nas discussões com os professores e colegas, o que me levou a escolher uma comunidade que fosse vizinha a um assentamento. Apesar de ter somente entrevistado três moradores da Linha São Roque em 2003, me veio à ideia de escolher aquela comunidade por ser vizinha ao Assentamento Colônia Esperança. Entre os agricultores anteriormente pesquisados, conversei com alguns dos agricultores/*colonos* que classificavam negativamente os *sem-terra* em geral e seus vizinhos *assentados*, como aqueles que “não gostam de trabalhar” ou que só “pensavam em festar e depois vendiam os lotes”. Ou os que emitiam opiniões como esta:

Que é que eu vô te dize? Isso aí tem gente boa no meio, mas tem gente que não vale nada. A maior parte é gente que não vale nada, se trabalhassem um pouco não ´tavam nessa situação, né? (Colono da Linha São Roque em 2003).

O desafio atual era de descrição e compreensão, por meio da observação participante que, partisse das categorias nativas, atentando para os valores, costumes e os significados atribuídos aos diversos temas que pautavam suas conversas, procurando assim, conhecer a maneira de ser, pensar e agir, enfim, de se viver daquela comunidade. Com o intuito de perceber as semelhanças e singularidades, as identidades e diferenças mapeando as possíveis fronteiras que ali se processavam entre os dois grupos, tanto nas práticas como nos discursos.

Foi nesse sentido, que este estudo procurou analisar como se dá a construção da “identidade social” de duas comunidades rurais vizinhas, uma de *colonos*⁸ e outra de *assentados*⁹, com históricos diferenciados de acesso à terra, no distrito rural de São Salvador - Cascavel/Paraná. Para compreensão das identidades dos dois grupos, a observação participante, uso da história oral e o recurso à memória foram as metodologias escolhidas por cumprirem melhor a abordagem que me proponho:

- 1- Observar o cotidiano das duas comunidades, buscando compreender os elementos constituidores de suas identidades.
- 2- Verificar como se estabelece as interações entre os dois grupos buscando compreender as aproximações e tensões entre eles.
- 3- Recuperar historiografia (oral ou escrita) dos grupos de *colonos* e *assentados* buscando perceber de que forma ela interfere nos processos identitários atuais.

Após o trabalho de campo, pensei em quais teorias da identidade poderiam me ajudar a entender o contexto atual daquela realidade.

Refletindo a partir da concepção de Fredrik Barth [1969] (1998), me deparei com a compreensão destacada de que é no contraste entre dois grupos que interagem que se afirmam as fronteiras e se definem as identidades. Nesse sentido, a alteridade afirma as fronteiras e estabelece as diferenças.

A fronteira na perspectiva de Barth [1969] (1998) se constitui na interação entre grupos que conservam suas identidades ao definirem a sua pertença e não pertença ao

⁸ O termo colono refere-se aos imigrantes que se estabelecem em pequenos lotes, de forma independente do grande proprietário. (BRANDENBURG, 1998) Ou ainda de acordo com Seyferth (1993, p. 46-47) a identidade social de colono provém da administração colonial, em que Estado atribuiu essa classificação aos imigrantes e seus descendentes participantes dos projetos de colonização, tal classificação ao ser apropriada pelos mesmos vai ser definidora da identidade social básica dos agricultores de origem européia na região Sul.

⁹ Já o termo *assentado* é designado para aqueles “fixados” em lotes rurais nos projetos de assentamento de Reforma Agrária, sendo beneficiários de políticas públicas específicas.

grupo no qual os membros compartilham os mesmos critérios de avaliação e julgamento. Tal processo de interação implica nos exercícios de dicotomia com relação ao outro grupo, sendo através destes que se mantêm as fronteiras e diferenças culturais, ao invés de uma simples congruência de códigos e valores. No caso de relações intergrupos estáveis, o autor discorre que a interação se organiza por meio de um conjunto de “prescrições” e “proscrições” que orientam as situações de contato, em que se re-afirmam as fronteiras sociais e simbólicas entre os grupos (BARTH, 1998).

Percebemos que essas fronteiras, sendo sociais, são construídas na relação de alteridade *nós / eles* em processos de inclusão e de exclusão, sendo mantidas, produzidas e reproduzidas nas interações dos atores¹⁰ dos diferentes grupos com identidades locais mais homogêneas. Essa identidade contrastiva, “implica, portanto, a afirmação do *nós* diante dos *outros*. Quando uma pessoa ou um grupo se afirma como tais, o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma pessoa ou grupo que se defrontam” (OLIVEIRA, 1976: p. 5). Sendo assim, esta identidade se solidifica por oposição e nunca de forma isolada, mas com relação a grupos.

Na atualidade, as discussões apontam uma crise da identidade. Não se pode falar de identidade nacional, local ou até mesmo identidade étnica pura. Não havendo, portanto, fronteiras definidas com uma fixidez rígida. Hannerz, (1997) diz que, no mundo onde vivemos, estamos nos deparando com etnias construídas não pelo pertencimento a uma comunidade, a uma tradição ou a um conjunto de valores, mas, a várias. Pertencemos ao mesmo tempo a várias etnias ou grupos construídos, a partir de posições do sujeito.

Segundo Hannerz (1997), a ideia de fluxo, hoje considerada dentro dos estudos culturais, não é nova. Fredrik Barth ao discutir a ideia de pertencimento, como algo que se conquista e não é essencializável, já estava considerando a ideia de fluxo, pois para este a cultura é algo que se herda, usa, transforma, adiciona, transmite. E que pode também resultar da influência dos mais fracos sobre os mais fortes.

¹⁰ A noção de ator que uso aqui, inclui, não apenas a perspectiva da dramaturgia social de Goffman (1985), em que, na vida cotidiana os atores estão representando papéis sociais uns frente aos outros nas interações sociais, manipulando a imagem de si por meio de estratégias de apresentação e representação. Mas, como no entanto, o autor não enfoca tanto a história, concebemos de forma ampliada ator aqui também enquanto protagonista individual e coletivo, considerando que há realidades objetivas, mas, que há margens para a capacidade de atuar, agir, que envolve aspectos subjetivos que interferem no transcurso da história, e que é importante para compreender o “aqui” e o “agora”.

De acordo com Hannerz (1997), Barth já estava percebendo a cultura como um *bricolage*, não dando grande importância a origem dos traços culturais, mas as interpretações locais e aos esquemas locais de interpretação.

O único problema colocado por Hannerz para a atualidade dessa perspectiva da identidade contrastiva de Barth é exatamente o das fronteiras. Talvez, porque hoje, dentro dessa linha de pensamento, elas sejam consideradas fluidas, ou até inexistentes.

Essa problemática da diferença hoje merece ser um pouco discutida aqui, uma vez que falar de identidade é se remeter à diferença.

Kathryn Woodward (2007) afirma que a identidade não é o oposto da diferença, mas ela depende da diferença. Nesse sentido, uma identidade só é produzida em relação à outra. Evidentemente, nessa relação, não se pode deixar de considerar que existem relações de poder.

Na perspectiva aqui defendida, a identidade não pode ser vista como essência, nem como algo fixo, imutável ou se constituindo de um único referencial, podendo ser pensada como uma realidade híbrida, ao mesmo tempo em que é constituída em processos sócio-históricos e culturais.

Essa realidade híbrida não escapa da realidade rural por nós estudada, em que é perceptível que os sujeitos estão negociando suas identidades nos fluxos da vida social das comunidades rurais que são re-significadas, atualizadas em suas relações e interações sociais. Nesses processos não há linearidade e homogeneização em direção a um modelo único de rural, mas sim de rurais referidos e significados em culturas que se hibridizam, se fundem, se intercalam são produtoras e produzidas por contextos sócio-históricos e culturais específicos sem estarem desvinculadas de dinâmicas mais amplas.

Dentro de uma perspectiva diaspórica (HALL, 2003) como a identidade não tem uma prática, ela também não está localizada, sendo assim móvel. Como é formada por meio de hibridização, ela não pode ser mais relacionada a nenhuma identidade de origem, não podendo ser fixada nem estável. Segundo Woodward (2007), o que os Estudos Culturais querem mostrar é que ao desfixar a identidade, ela mexe, portanto, com as relações de poder, uma vez, que dentro dessa perspectiva não há a identidade hegemônica. Podemos identificar uma identidade que se quer hegemônica e que se constrói por um desejo de dominação sobre outras possibilidades identitárias.

O que percebi, na realidade por mim estudada é que, se por um lado, aqueles agricultores não são totalmente desterritorializados, suas identidades possuem a

flexibilidade dos lugares por eles ocupados, enquanto sujeitos posicionados frente a “outros” que, podem estar na comunidade local (que continua sendo uma referência podendo ser reinterpretada em diferentes circunstâncias), na vizinhança ou no interior da própria família. (GUPTA & FERGUSON, 1992). A identidade, ao passo que possui certo enraizamento no local, se solta do mesmo em diferentes situações e espaços que aqueles atores circulam, como, por exemplo, na feira que acontece na cidade. Não podemos pensar, deste modo, numa perspectiva totalmente diaspórica, mas em múltiplas identidades que não se descolam automaticamente de um *ethos* camponês.

Em síntese, a noção de identidade que trazemos aqui, é de que ela se constitui num ato performativo, é difusa e descentrada, estando alojada na contingência. Ao mesmo tempo, vemos que muitos dos nossos interlocutores recorrem aos elementos que já foram estáveis e são acionados, quando se faz necessário se auto-classificar e classificar o outro. Essas reflexões em torno da identidade levam a pensar que, cada vez mais as velhas perspectivas dicotômicas são questionadas e não servem para explicar a realidade social, inclusive a rural.

Menezes (1996 p. 61), ao estudar fluxos migratórios de camponeses como estratégias de resistência e reprodução sócio-cultural, criticou os estudos que tendem a perceber o mundo rural como essencialmente fechado em si. Para a autora, são mais fecundas interpretações com:

(...) referenciais teóricos que ultrapassem noções essencialistas e homogêneas de camponês ou proletário, de rural ou urbano. Neste sentido, entendo que a questão que se coloca não é propriamente se as práticas de reciprocidade entre parentes e vizinhos numa comunidade de camponeses se preserva ou se desintegra num contexto de intensa migração, mas antes é necessário entender práticas diferenciadas de solidariedade em diversos contextos sociais e históricos. (MENEZES, 1996 p. 61)

O mundo rural contemporâneo é multifacetário, não podendo ser pensado a partir de uma única dimensão, mas visto inclusive nas trocas com o urbano. Ele é resultado de um processo histórico com relações sociais específicas, não se diluindo em meio aos contatos frequentes com o mundo urbano ou pela inserção de elementos tecnológicos em sua realidade, fazendo parte da sociedade como um todo.

Nessa perspectiva, Wanderley (2000b) afirma que não podemos pensar a relação rural-urbano de forma unilateral, em uma urbanização do rural, sendo rural e urbano categorias relacionais, que não estão em oposição. As diferenças, por mais modernizado

que esteja o rural, estarão presentes, mesmo que apenas nas representações sociais que repercutem sobre as identidades sociais. Desta maneira, ela afirma:

Considero particularmente fértil, nesta reflexão, a idéia de que, mesmo quando se atinge uma certa homogeneidade, no que se refere aos modos de vida e à 'paridade social', as representações sociais dos espaços rurais e urbanos reiteram diferenças significativas, que têm repercussão direta sobre as identidades sociais, os direitos e as posições sociais de indivíduos e grupos, tanto no campo, quanto na cidade.(WANDERLEY: 2000b, p. 114)

Para a autora, portanto, o rural é uma categoria de pensamento do mundo social que ao mesmo tempo é político, ideológico e transacional. Sendo assim, é possível através dela compreender a sociedade mais geral.

No dizer dessa autora, três elementos caracterizam o mundo rural: “A vida em pequenos grupos; a relação de interconhecimento e a proximidade com a natureza”. Estas características são construídas em contextos sócio-históricos específicos, sendo responsáveis por relações que resultam de práticas e representações particulares a respeito do espaço, do tempo, do trabalho, da família etc. Deste modo, o rural não se define por uma essência a-histórica, estática e imutável, mas sim uma categoria histórica que se transforma.

O principal elemento que distingue os habitantes do meio rural é o tipo de significação que dão àquele espaço. Assim, o sentimento de pertencimento é um dos elementos identitários do homem rural, o que faz com que se mantenham também a heterogeneidade entre os que são (se sentem pertencentes) ao rural e aqueles que vivem no mesmo apenas para fugir dos transtornos da vida agitada da cidade. Assim, Wanderley considera que *morar e trabalhar* é o que caracteriza esse homem rural, que na sua relação com a vizinhança, com o trabalho e com a natureza, irá atribuir um significado específico ao mesmo. O rural é um espaço singular onde emergem questões, conflitos e rupturas, formados por um ator coletivo, que compartilha sentidos e significados específicos.

O ano de 2008 me permitiu distanciamentos, e (auto) estranhamentos tanto espacial, quanto temporal, intelectual e emocional. Já que estando em outra região do país, permitiu que eu me familiarizasse com outro universo cultural e histórico, de modo que, refletisse sobre o lugar de onde vim e sobre mim mesmo, proporcionando aprendizados e crescimento em nível pessoal, intelectual, e social. Pude rever e

aprofundar e ampliar a formação acadêmica em termos de teoria e de metodologias, destacando aqui as qualitativas como a etnografia e a história oral, que possibilitaram equilibrar o diálogo entre teoria e empiria.

Nesse sentido, em campo observei que os agricultores do referido assentamento se autodenominam *assentados*, na maioria das vezes, podendo utilizar outras categorias como a de *colono* (“fraco”), de *pequeno agricultor* ou mesmo de *sem-terra*. Estas vão variar conforme o contexto e situação, bem como das diferentes origens sociais destes, e a forma com que acessaram os lotes e se integraram ou não aos outros *assentados*.

Essas categorias nativas de acordo com Porto & Siqueira (1994) estariam sintetizadas na noção de campesinato, refletidas principalmente, a partir dos anos 1980 calcadas na multiplicidade, na diversidade e na fragmentação de situações e processos sociais que vêm sendo gestados no campo brasileiro.

Partindo da perspectiva de Porto e Siqueira (1994), categorias como *assentados* e *sem-terra* são também categorias empíricas que estão ganhando espaço na academia e entre os próprios atores sociais e que, assim como camponeses e pequeno agricultor, são portadores em maior ou menor grau de uma dimensão político-ideológica.

Observar estas e outras categorias empíricas que conformam as identidades naquele lugar tornou-se possível, ao adotar como caminho metodológico a observação participante neste estudo de caso. Olhando, ouvindo e participando mais de perto daquele universo que se demonstrou muito mais complexo do que havia pensado inicialmente, pois as poucas entrevistas que fiz em 2003, davam a entender uma oposição entre identidades definidas *a priori*. No entanto, partindo das reflexões de Oliveira (2000) o *olhar, ouvir e escrever* no exercício da pesquisa são “atos cognitivos” que podem parecer muito familiares, mas não estão livres do questionamento acerca de si mesmos, pois nosso *olhar e ouvir* são disciplinados durante nossa formação acadêmica. Sendo assim, aquela realidade sob novos prismas teórico-metodológicos se demonstrou muito mais heterogênea.

A observação participante, enquanto técnica etnográfica na perspectiva de Geertz (1978), e da antropologia social, parte do pressuposto de que, diante do que se abre ao pesquisador de campo, o que ele pode apreender são interpretações, sempre de segunda ou terceira mãos, uma vez que a realidade social existe ou está ao alcance de nós, partícipes das ciências sociais, a partir dos significados atribuídos pelos homens. Nesse sentido, a etnografia é vista por ele como um texto. A realidade é apreendida

como texto que será transformada em um texto etnográfico a partir das interpretações do etnógrafo.

Optei, portanto, pelos pressupostos fornecidos pelo método etnográfico. Deste modo, ao retornar para o Paraná e, inicialmente, rever familiares, amigos, com o objetivo de, em janeiro começar a fazer as primeiras visitas, acabei por adiar um pouco o início do trabalho, que ocorreu no fim do mesmo mês. O atraso de alguns dias justifica-se, devido a certa insegurança e à necessidade de retornar as algumas leituras etnográficas e de como me situar, em campo, nos exercícios de interação com os pesquisados. Ao me aprofundar em minha formação, e ao mesmo tempo, passar por auto-questionamentos, reflexões e conhecimentos re-elaborados; de certo modo amadurecidos, com a presença de dúvidas e a sensação de estranhamento muito grande, eu estava disposto a questionar o óbvio, o trivial e o inquestionável. Um exercício que poderia parecer infrutífero, mas como em toda pesquisa envolve um processo anterior, durante e posterior, seria uma etapa em que colheria os frutos no decorrer do trabalho.

O atraso acima mencionado, sem ser intencional, acabou por influenciar a maneira com que fui recebido em campo, pois minha inserção se deu após um incidente atribuído aos jovens do assentamento em que os mesmos teriam agido com violência ao subtraírem bens materiais de uma “propriedade” nas proximidades. Fiquei sabendo destes detalhes posteriormente, ao conversar com um dos *assentados*, que nos contou num misto de indignação com surpresa, em relação aos jovens que conhecia desde tenra idade. Já entre os *colonos* o assunto era abordado apenas superficialmente. Penso que se minha inserção tivesse acontecido antes, os primeiros contatos teriam sido diferentes, talvez um pouco menos desconfiados, pelo menos não seria confundido com investigador de polícia à paisana. De qualquer modo, teria que arcar com o ônus de me apresentar numa realidade, na qual qualquer elemento estranho produz uma certa tensão. Essas desconfianças iniciais não teriam também nada de positivo, já que ao lado de outras classificações como “cigano”, “mascate” ou “forasteiro”, eu fui visto como sinônimo de “problemas”. Além disso, confesso que realmente fiquei com receio que talvez ao me confundirem com um investigador de polícia, o trabalho de campo pudesse ser inviabilizado, por isso, esperei um pouco mais para voltar, até que o meu retorno não despertasse maior desconfiança.

Situação parecida foi vivenciada e registrada no clássico trabalho de Gerald D. Berreman (1980), em que o autor, ao estudar os aldeões camponeses do Baixo Himalaia

na Índia Setentrional, teve o desenvolvimento de sua pesquisa permeada por controle de impressões, das quais, as suspeitas primeiras eram de que, o mesmo fosse missionário, passando por agente do governo, fiscal e até espião estrangeiro em uma comunidade “relativamente fechada” em que estranhos não eram bem vindos.

Confesso que, mesmo antes da ida a campo já estava apreensivo e inseguro em relação a como iria ser recebido pelos agricultores, e esses sentimentos eram justificáveis, pois avaliava isto com base na minha própria família e nos moradores da Linha Peroba onde também vivi, uma vez que esses, sempre ficavam “ressabiados” com a presença de estranhos na comunidade, o que não deveria ser muito diferente na Linha São Roque.

Sendo assim, passei um primeiro dia sem conversar com ninguém da comunidade só mapeando, em termos geográficos a extensão da comunidade, sua paisagem, as estradas e distâncias entre propriedades. Alguns moradores me olhavam com curiosidade, ao passar vagorosamente em frente às suas casas.

Eu residia na casa de meus pais, no “sítio” (Linha Peroba) e partia quase que diariamente em uma pequena motocicleta, percorrendo em torno de 35 km até o *locus* de minha pesquisa. Após percorrer a PR, 180 que liga a cidade de Cascavel / PR à cidade de Capitão Leônidas Marques, por volta do seu oitavo quilômetro avista-se um bar com borracharia ao lado. No primeiro dia, havia uma mulher sentada em frente e perguntei-a onde ficava São Roque? E a mesma respondeu para seguir em frente, mas que era melhor eu ir por cima, pela estrada da Comunidade São Luiz que estaria melhor para trafegar.

Resolvi ir em frente, sem considerar a sugestão da mulher, por um trecho de paralelepípedos até a sede do distrito rural de São Salvador, que fica situado 1 km à frente, onde se vê farmácia, posto de saúde, escola estadual, igreja e salão de festas. As casas e seus terreiros com certa proximidade uma da outra, dando uma característica de uma vila rural. Logo em frente do distrito de São Salvador encontrei uma placa já velha e desbotada, colocada pela prefeitura ainda na segunda gestão do ex-prefeito Salazar Barreiros¹¹, informando que a sede de São Roque estaria a 6 km à frente e outra indicação falava em 4 km de distância do Assentamento Colônia Esperança.¹²

¹¹ Esse prefeito (gestões 1989 – 1992 e 1997 – 2000) é lembrado pelos *colonos* de São Roque, por ser dono de uma fazenda nas proximidades e por isso teria “olhado” mais para aquelas comunidades, em retribuição aos votos que recebeu na eleição. Sendo que antes de se tornar prefeito teria sido diretor da

Ao percorrer esses caminhos, tanto pela entrada de São Salvador, como pela entrada da comunidade de São Luiz, que fica aproximadamente 7 km à frente, avistei de início os moradores dali, que conforme iam se acostumando com minha presença cumprimentavam-me, mesmo “sem saber” quem eu era, num rito social próprio daquele meio rural.

Aquelas estradas de terra¹³ que entrecortam propriedades, servindo de divisas ou mesmo, passando por entre elas, também servem para instaurar a comunicação e o fluxo de pessoas em seus meios de transporte ligando uma comunidade a outra. Sendo comum, encontrar agricultores trabalhando com trator, passando veneno, gradeando, colhendo, a depender da hora do dia ou da época do ano, nas “propriedades” que ficam no decorrer das estradas. Encontrei também pessoas a pé, a cavalo, de carro, de trator, tanto indo como voltando da cidade de Cascavel ou dos distritos rurais vizinhos (Rio do Salto e Juvinópolis) que possuem alguns serviços como, escola, posto de saúde, farmácia, igreja, mercearia, posto policial etc. Assim como, da casa de um agricultor vizinho, que pode ser um compadre, um “conhecido” a quem visita-se com fins diversos, dependendo do dia, só para “passear” ou por questões que envolvem o trabalho no campo, como a troca de serviços, a compra, venda e troca de produtos, o empréstimo de alguma ferramenta, ou ainda alguma outra espécie de ajuda.

É mais fácil encontrar transitando veículos de pequeno porte, como camionetes ou carros, tanto dos próprios agricultores, como de técnicos agropecuários, ambientais do Estado, além de vendedores ambulantes – “mascates”.

As motos, possuídas em sua maioria pelos poucos jovens que ainda estão naquele espaço, são utilizadas como meio de transporte e encurtamento das distâncias entre comunidades e com o meio urbano. Muitos dos filhos dos agricultores que moram na cidade, geralmente nos fins de semana, visitam os pais, para matar a saudade e colocar as conversas em dia. Aqueles que estão em melhores condições “ajudam”, através de presentes como roupas, calçados, ferramentas, ou mesmo em dinheiro e em contrapartida levam mantimentos, incluindo frutas, verduras, legumes do sítio dos seus pais para a cidade.

principal cooperativa da cidade da qual participam agricultores de grande parte da região Oeste do Paraná. Os “fazendeiros” entre os *colonos* possuem prestígio social.

¹² A proximidade das duas comunidades pode ser notada no mapa da fig. 3 no Anexo III.

A motocicleta, mais do que um meio de transporte, é um elemento de distinção e *status* para os jovens que “ficaram”, mas que objetivam acessar a cidade sempre que lhes convier, preenchendo assim, alguns interesses dos pouquíssimos jovens da Linha São Roque e do Assentamento. Tais veículos são geralmente adquiridos por meio de financiamentos que nem sempre conseguem quitar.

A paisagem natural que avistamos naquele espaço se caracteriza por vegetação nativa alternadas com pastagens nas áreas mais elevadas, que, por serem terrenos acidentados e rochosos dificultam a mecanização. Esta é realizada nos terrenos mais planos, onde não há pedras ou árvores, para que as máquinas agrícolas sejam ali utilizadas sem maiores problemas. Isso explica porque existem mais fazendas de gado ali do que em outras partes da zona rural de Cascavel, o que faz com que as terras tenham valor um pouco menor que em outras localidades. Essas terras melhores geralmente são dominadas por “grandes proprietários” que historicamente foram anexando às suas fazendas terras de *posseiros* e *colonos* que por motivos diversos eram pressionados a vendê-las.

Com o intuito de observar a identidade entre *colonos* e *assentados* naquele lugar, tomamos a precaução de não levantar suspeita sobre o que realmente estávamos pesquisando. A tática foi mais ou menos como de Foote-Whyte (1980), em explicitar aos “informantes” que estava querendo fazer a história social da comunidade, mas também compreender o presente. É claro que não convenci e nem venci a desconfiança característica para com os que vêm “de fora”, e é assim que logo nas primeiras interações me contaram sobre histórias de ciganos, de mascates ou mesmo de pesquisadores num bairro na cidade que foram presos porque as pessoas suspeitavam que eram raptos de criança, sendo liberados posteriormente para averiguação de que realmente eram o que diziam ser.

Aquelas desconfianças iniciais eram justificáveis, e muitos se perguntavam do porquê aquela comunidade em meio a tantas que havia na zona rural de Cascavel, ou por que razão, sendo filho de agricultores, não pesquisei a comunidade de meus pais? Eles estavam logicamente corretos em fazerem aquelas reflexões. Tentando ainda convencê-los, deixei claro ser necessário para um “bom” trabalho, pesquisar outra comunidade que não a dos meus familiares e embora, eu não concordasse com essa posição positivista, não deixaria claro que estava ali para observar as interações com os

seus vizinhos *assentados*, temendo que as atitudes e comportamentos tomassem um rumo diferente do que veremos a seguir.

A solução por mim encontrada como já disse acima, foi tentar deixar parcialmente clara minhas intenções de pesquisa na comunidade e falar com o coordenador da comunidade, o que havia sido feito dois dias depois. O mesmo me recebeu bem, sendo uma pessoa espontânea e alegre, procurou me deixar à vontade e acabou por falar que seu cunhado teria vindo no dia anterior lhe alertar sobre a possibilidade de um agente de polícia estar disfarçado com uma motocicleta investigando as redondezas e que o mesmo queria falar com ele. O coordenador riu comigo sobre a história e classificou os parentes da mulher de “medrosos”, em seguida, afirmou: “dá pra ver na cara da pessoa se ela é gente boa, vejo que você ´ta falando a verdade”.

Refletindo sobre a vivência nas pesquisas de campo em sociedades camponesas Brandão (2007) [1980] ressalta o quão é importante respeitar a maneira de cada pessoa em uma situação de pesquisa:

Existem sujeitos, mineiros são muito assim, que não vão se abrindo logo de saída. É impressionante a diferença entre entrevistar um lavrador mineiro e um lavrador da Paraíba, nesse sentido a diferença cultural é muito significativa. O lavrador da Paraíba agarra o gravador e não pára mais, você pode ir embora e voltar uma hora depois. O mineiro muitas vezes tem de ser perguntado aos poucos, com idas e vindas, para que, aos poucos, ele sinta que pode entrar na entrevista e dizer. E muitas vezes isso nem vai acontecer. É o tipo de informante de quem vai coletar alguns dados e pronto. Ele não entrou na intimidade da pesquisa, ele não vai se abrir, é um direito dele, eu não tenho por que obrigá-lo a fazer o que ele não quer (BRANDÃO, 2007 p.19).

Essa não abertura logo de saída foi o que encontrei em minha pesquisa, o interessante que alguns em um primeiro contato pareciam estar mais espontâneos e depois teriam se fechado mais, provavelmente por conta dos comentários de quem eu poderia ser, e das suspeitas do que estaria fazendo ali, pelos vizinhos os quais já havia passado. Entre as trocas e interações com os sujeitos da pesquisa, as dificuldades maiores que encontramos foi com um casal de *colonos*, ambos de descendência italiana, considerados “*colonos fortes*”.¹⁴ O comportamento poderia ser comparado com o do mineiro que Brandão descreve acima. Com respostas objetivas, procuravam também manter uma “fachada” de harmonia, seguindo aqui a definição propiciada por Goffman

¹⁴ Essa classificação será discutida no segundo capítulo dessa dissertação.

(1985) no seu clássico *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Buscando passar a imagem de “que todos aqui se dão muito bem”, para o de fora que chega, no caso eu na qualidade de pesquisador. Não foi preciso muito tempo para perceber que as relações de vizinhança são também marcadas por algumas intrigas e disputas de poder.

Uma segunda parte da pesquisa de campo se deu no Assentamento Colônia Esperança, iniciada dois meses depois de ter entrado em contato com o primeiro *colono*. Do contrário, se tivesse começado o trabalho pelo assentamento correria o risco de não saber o que os *colonos* pensam a respeito do outro grupo, pois ao me relacionar aos *assentados* controlariam bem mais as impressões.

Apesar do trabalho de campo ter tido um tempo mais curto no assentamento que em São Roque, a pesquisa fluiu de forma mais tranquila. Isso ocorre, tanto pelo orgulho em falarem como conseguiram e as estratégias para ficar nos lotes, como por estarem acostumados com os pesquisadores de várias áreas que por ali já estiveram.

Com o fim de acessarmos a parte mais protegida da vida social das comunidades, procurando identificar os elementos que são privilegiados na construção das identidades e considerando que estas são relacionais e performativamente constituídas, além da observação participante, foi necessário utilizar da técnica da entrevista aberta, onde foram abordadas questões referentes à história, trabalho e relações sociais intra e entre as comunidades. Realizei então, sete entrevistas entre os *colonos* e sete entrevistas entre os *assentados*.

No capítulo que segue, tratarei da história da região Oeste paranaense desde o momento da colonização (com afirmação / negação de identidades), quando se desenrolaram os sucessivos processos de apropriação / expropriação que resultaram em conflitos, violência e mortes no “novo velho Oeste” do Paraná. Para compreender as relações entre *colonos* e *assentados* no presente, remeto à história de sua inserção naquele espaço para perceber como o processo de construção desta identidade de *colono* se deu relacionalmente com referência a “outros”.

Dialogarei com essa historiografia no decorrer desta dissertação com ênfase maior no primeiro capítulo, onde abordarei estas especificidades históricas daquele lugar transformado por diferentes atores que ao mesmo tempo se transformavam. É na colonização de migrantes de descendência européia, em busca de novas terras para darem continuidade a suas reproduções sociais, que se pode vislumbrar a ameaça da

reprodução social do indígena e dos *posseiros*¹⁵ (*caboclos*) que ali já se encontravam e, posteriormente do próprio *colono*, à medida que a fronteira vai “esgotando” as oportunidades de terra e trabalho, tornando a fazer o mesmo movimento de novas expulsões, devido às disputas por aquelas terras (em sua maioria devolutas) perpetradas pelas próprias empresas colonizadoras e pelos grandes fazendeiros, através da prática de *grilagem* que se inicia durante a vinda desses migrantes e se estende até a década de 1970/80.

Nesse ínterim, tem-se a chamada “revolução verde” que, com a mecanização e uso depredatório de agrotóxicos, leva grandes contingentes de trabalhadores rurais (*bóias-frias e peões*) a ficar sem trabalho nas monoculturas da soja e milho, que já não necessitavam mais de tantos braços. Somando-se a isso, as inúmeras expropriações dos *colonos* devido à construção de barragens para usinas hidrelétricas pelos governos militares, por um lado e por outro, pelo conjunto de políticas agrárias e agrícolas que só atendiam os interesses dos grandes proprietários. Desta forma, muitos *colonos* se tornaram *sem-terra*.

É nesse contexto, que percebemos que a luta pela terra sempre esteve presente na região, se intensificando com as lutas dos novos movimentos sociais surgidos principalmente em meados da década de 1980, depois do aumento daquelas expropriações. Nesse processo, é gestado o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) que inova nas estratégias de luta, desde o acampamento e denúncia da condição de *sem-terra*, até a ocupação e questionamento da legitimidade das grandes propriedades na região, fazendo com que surgissem os primeiros assentamentos de Reforma Agrária no Estado.

Os processos sócio-históricos trazidos no primeiro capítulo indicam recomposições identitárias e des-territorializações dos grupos sociais rurais, que ao estabelecerem relações entre si, delimitam fronteiras materiais e simbólicas, indicam des-encontros, classificações, desclassificações, hierarquizações, assimetrias, negociações, disputas, elos, alianças e cooperações, enfim, um conjunto de interações que produzem identidades e diferenças sócio-culturalmente construídas. Tais processos ajudam-nos a entender as razões pelas quais se ocultam um passado conflituoso,

¹⁵ Na condição de *posseiro*, (ou seja, aquele que tomava posse da terra, mas sem uma garantia legal dada pelo Estado, ou um título de propriedade) estavam em sua grande maioria os *caboclos*, havendo em número menor e temporariamente migrantes de descendência européia que se encontravam de início enquanto *posseiros*, posteriormente tendo sido tituladas as terras para aqueles que não foram alvo de *grileiros*.

retiram-se sujeitos da história e na história, traduzindo-se no desconhecimento do “outro” e em práticas que são re-elaboradas no presente.

A complexidade da vida social está no fato de não ser estática, fixa, homogênea ou harmônica. Levar em conta que a realidade social é sempre relativa, transitória historicamente produzida e politicamente legitimada, ajuda-nos a problematizar, através da imaginação sócio-antropológica o que aparentemente é tido como natural, dado, inquestionável.

Dessa forma, mais do que um ouvido preparado e uma hábil mão editorial são necessários para capturar e orquestrar as vozes dos “outros”; o que é preciso é uma vontade de interrogar, política e historicamente, o que é, à primeira vista, dado de um mundo que é, a princípio, dividido entre “nós” e “outros”. Um primeiro passo nessa direção é o de se mover para além das concepções de “culturas” espacializadas e, ao invés disso, explorar a produção da diferença no interior de espaços comuns e conectados. (GUPTA & FERGUSON, 1992: 20)

Ao estar fazendo um estudo de caso, este não nos impede que, partindo das particularidades encontradas, possamos tentar compreender questões mais gerais. Dialogando, de forma dialética, com as evidências empíricas, com teorizações mais abstratas ou com pesquisas de outras realidades, correndo o risco de encontrar “mais do mesmo” nesse exercício, ou descobrir o novo em nosso ofício de cientistas sociais ao não nos contentarmos com as primeiras impressões.

CAPÍTULO 1

ATORES E CENÁRIO NO OESTE DO PARANÁ: PARTINDO DE UMA RECONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA

1.1 Alguns debates sobre a fronteira

A região Oeste do Paraná¹⁶ foi a última fronteira re-ocupada¹⁷ neste Estado e para compreender o processo de sua re-ocupação, se faz necessário pensar antes sobre a noção de fronteira. Esta não se limita a questões físicas ou agrícolas, mas possui dimensões empíricas, políticas e sociológicas e que não se fecham em si mesmas, mas como um *locus* que está relacionado com algo mais geral, como o desenvolvimento do capitalismo que requer o controle de tensões sociais, com o fim de garantir a reprodução do poder por parte das classes dominantes no campo (VELHO, 1979). Nesse sentido, a fronteira, ainda “aberta”¹⁸, serve para evitar que se interfira na estrutura agrária dos locais onde a mesma já se fechou e, ao mesmo tempo, para haver uma “dominância política” intermediada pelo Estado sob a força de trabalho. Ao incentivar projetos de colonização, como sendo sinônimo de reforma agrária, implementa-se a política de nacionalização do território com receio de invasões estrangeiras. Ainda de acordo com

¹⁶ Ver localização geográfica no Anexo 1 – Mapa 2.

¹⁷ Usamos o termo re-ocupar ao invés de ocupar, pelo entendimento de que naquele espaço não havia um “vazio demográfico”, como será discutido a frente.

¹⁸ Utilizamos o termo “fronteira aberta” atentando que há nela um sentido ideológico atribuído pelo Estado que não reconhecia legalmente a presença de ocupantes daquele território. Esse trabalho questiona tal noção.

Velho (1979), a fronteira também é o *locus* privilegiado para o desenvolvimento de um campesinato no qual sua trajetória social seja ascendente.

Otávio Velho (1979) demonstra que no caso da fronteira brasileira, havia uma simbiose ideológica entre os objetivos do Estado Novo e uma mitificação do bandeirante como protagonista do desenvolvimento e do progresso e unidade da nação. Cassiano Ricardo que escreveu *Marcha para Oeste* (apropriada pelo governo do Estado Novo, como obra intelectual que legitima a marcha para o oeste) encarna o fazedor de mitos ao descrever a vida dos bandeirantes, esses “heróis nacionais”, e acaba por criar um mito de origem do autoritarismo brasileiro, evidentemente, naturalizando essas relações assimetricamente desiguais. A apropriação da narrativa literária consubstanciando a criação de um mito de personagem fundador, buscou legitimar a capacidade de comando do branco em detrimento das outras etnias como a dos negros e dos indígenas.

A fronteira, para o camponês, poderia ser o lugar onde seria possível tentar realizar o ideal de liberdade (VELHO, 1979 p. 77), na esperança de se completar a busca pela terra prometida onde não existiria mais miséria, e se teria a fartura proporcionada por terras férteis e produtivas. Para alguns, que se tornaram “bem sucedidos”, (pelo menos parcialmente) o idealizado se confirmou. Já para a grande maioria, a fronteira não significou oportunidades de uma vida melhor configurando-se em uma “lenda do ouro verde” (GUIMARÃES NETO, 1986).

No lugar do anseio por novas oportunidades, há também a decepção e o desencantamento para aqueles que migraram na condição de *peões*, situação essa, tida como temporária, até terem o acesso efetivo a terra e se reproduzirem de forma autônoma. Esta situação, Velho (1979) coloca como provisória para muitos *peões* em uma fronteira “em aberto” como a Amazônia, até conseguirem uma pequena acumulação que os permitisse uma atividade independente, ou mesmo o acesso definitivo à terra que, em uma situação de fronteira, pode não se realizar conforme o aumento das disputas por terra e o esgotamento das oportunidades de trabalho.

Apesar desse avanço a respeito da fronteira, enquanto um objeto que foi estudado e compreendida em nível mundial, cada caso específico vai desenvolver-se de forma própria. No caso brasileiro, a fronteira e o desenvolvimento do capitalismo estão numa relação dialética e de subordinação da primeira em relação ao segundo, que tem como característica a dominância política autoritária. O campesinato via na fronteira

“aberta” a alternativa para ascender socialmente com aquisição de uma maior autonomia por meio do acesso a terra, enfraquecendo a sua “subordinação estrita e imediata”. (VELHO, 1979 p. 101).

Há uma diferença clara entre um campesinato ascendente e descendente na determinação da sua posição social e, conseqüentemente, do seu comportamento político. Ser “bem sucedido” na fronteira vincula-se a uma concepção ideológica em que a fronteira “aberta” seria o sinônimo da terra “livre” ou a “imagem do bem ilimitado”:

O *locus* por excelência da terra ‘ilimitada’ é, obviamente, a *fronteira*. Em outras palavras, a fronteira é um *locus* privilegiado para uma ideologia clássica de *laissez-faire* em condições tais que de fato existe uma possibilidade ampla para pelo menos um certo grau de avanço pessoal comparado com situações anteriores. (...) Embora na prática, mesmo na fronteira, a terra não esteja inteiramente aberta a todos sem limite algum, pode representar uma tal imagem ideológica quando contrastada com outras situações camponesas. (VELHO, 1979, p.99)

Essa “abertura” da fronteira e ascensão de alguns significa o fechamento para outros. Num primeiro momento, para o indígena e o *caboclo* e, num segundo momento, para os próprios *colonos*, que vão sofrer processos de expropriação, des-territorialização e re-elaboração identitária como veremos mais à frente.

A fronteira é o *locus* onde melhor se combina o enfraquecimento da subordinação e a possibilidade de ascensão social, com a diminuição do controle do capitalismo autoritário de dominância política¹⁹ sob o movimento da fronteira que não deve ser visto em si, mas num contexto sócio-histórico e político mais amplo. (VELHO, 1979, p.102).

Entendo que, no caso do Brasil, há uma preponderância do político sobre o econômico, em um capitalismo autoritário em que há uma dominância da instância política com o Estado enquanto fomentador da acumulação primitiva. Nos anos de 1930 a 1950 ele teria um papel central na fase de “transição” para uma economia capitalista. Velho afirma isso citando Oliveira Viana e comenta que:

O Estado tinha então funções que eram basicamente as mesmas que as da fase clássica de acumulação primitiva: a destruição do modo de acumulação a que a economia se inclinava “naturalmente”, fazendo-a

¹⁹ Para o autor difere do capitalismo burguês em que a esfera econômica é mais desenvolvida, e que pode ter tendências menos autoritárias.

funcionar de forma não-automática através de controles administrativos, criando assim a base para a reprodução da acumulação capitalista ao nível das empresas. (VELHO, 1979, p. 136.)

Como vemos, mesmo ao implementarmos uma pesquisa em estudos mais localizados e de caso, percebemos que elas têm ligações mais gerais. O autor demonstra que esta acumulação primitiva tratava-se de uma “transição” para uma economia capitalista. Defende em sua tese central que tudo isso representava uma dominância considerável do político, principalmente no período que compreende o Estado Novo²⁰ em que se inicia a implementação da chamada *marcha para Oeste*.

Nesta “transição” de acumulação primitiva “gerenciada” pelo Estado, para uma economia capitalista, a *fronteira em movimento* vai ganhar centralidade, sendo a mesma, estratégica para compreensão do capitalismo autoritário no Brasil. Esta, por sua vez, foi intensificada com a *marcha para o Oeste*, a partir da década de 1930, quando o Estado Novo adota a ideologia do nacionalismo para aquele regime. Getúlio Vargas anuncia a referida marcha em 1938, quando tenta instaurar uma identidade nacional, através do Estado, na interface do autoritarismo, combinado com a ideologia nacionalista. Cria-se, a partir daí, mitos como o dos desbravadores de espaços “selvagens” e “vazios”, ou em que há somente a “natureza” para ser dominada (inclusive o indígena) pelo bandeirante, aventureiro e destemido. Mitos estes que serão re-atualizados na figura do *colono* na re-ocupação do Oeste do Paraná.

A bandeira e os bandeirantes são também mitificados, como os que estariam avançando por meio de uma “democracia hierárquica”. “A bandeira, como o Estado, era como se fosse uma espécie de extensão da família, e o chefe da bandeira uma espécie de pai de todos”. Aí estaria a explicação para o mito de origem do autoritarismo no Brasil. (VELHO, 1979 p. 145).

Nos discursos populistas do próprio Vargas, notam-se as críticas ao latifúndio, falando da sua baixa produtividade e das vantagens da pequena produção para gerar desenvolvimento. No entanto, a estrutura agrária se manteria conservada, pois não se realizou a reforma agrária, utilizando-se da fronteira supostamente “desocupada”, como o lugar para a pequena propriedade se desenvolver, desviando-se assim as tensões sociais para longe da estrutura agrária já estabelecida.

²⁰ O capitalismo autoritário persistiu mesmo com o término do regime autoritário do Estado Novo, devendo ter-se o cuidado em não confundir regimes autoritários com o capitalismo autoritário, os primeiros podem vir reforçar o segundo de acordo com o referido autor.

Remetendo-se às décadas de 1940 e 1950 e a fronteira efetiva no Brasil, Otávio Velho nos diz que a mesma se ligava naquele contexto a expansão do café em São Paulo, posteriormente inicia-se a “ocupação” do Paraná:

De São Paulo, após a ocupação de todo o seu território, passaria ao Paraná, que experimentou um grande crescimento demográfico e econômico a partir da década de 40. O café não era a única razão desse crescimento, havia também a exploração madeireira e a pequena agricultura (VELHO, 1979 p. 153).

Para José de Souza Martins, a fronteira se constitui numa situação de conflito, já que é o lugar da alteridade e do contato entre diferentes grupos étnicos e de interesses.

O que há de sociologicamente mais relevante para caracterizar e definir a fronteira no Brasil é justamente, a situação de conflito social. E esse é, certamente, o aspecto mais negligenciado entre os pesquisadores que têm tentado conceituá-la. Na minha interpretação, nesse conflito, a *fronteira é essencialmente o lugar da alteridade*.²¹ É isso o que faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro (MARTINS, 1997 p. 150).

Essa situação de encontros e desencontros entre grupos sociais é característica da fronteira que se “abre” para a re-ocupação, que em tempos de colonização terá um cenário de conflitos sociais rurais envolvendo *indígenas, caboclos, colonos e grileiros* em meio a processos de apropriação e expropriação territorial, enquanto se recompunha as alteridades e identidades, re-significadas e reelaboradas nesse cenário em movimento. Em que, parafraseando Eder Sader (1988), novos atores sociais emergem dessa dinâmica, entrando em cena na década de 1980: *sem-terras e assentados*.

²¹ Grifos do próprio autor.

1.2 Territorialização e desterritorialização como processos de construção e desconstrução identitária

Entendemos que, para se compreender tanto a dinâmica de constituição de um território, como a recriação de identidades sociais, é preciso considerar os processos históricos que lhes são peculiares e que os constituíram. O território de acordo com Haesbarth, (1997) é multidimensional e inclui aspectos políticos (domínio ou controle político) culturais (apropriação simbólica e subjetiva realizada pelo imaginário social) sem esquecer-se do econômico (de ordem material em que se destaca a desterritorialização e a luta de classes). Portanto, território e territorialização além de se inserir num campo de poder, envolvem não só a apropriação física e material, mas também imaterial / simbólica. Desta forma, o território forjado historicamente, onde hoje se (des)encontram *colonos* e *assentados* no distrito rural de São Salvador – Cascavel / PR - pode ser visto:

(...) na perspectiva não apenas de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também, de uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou classe social a que estiver nos referindo, afetiva. (HAESBAERT, 1997 p. 41)

Um território é o lugar construído socialmente, ocorrendo produções e interações humanas, inclusive em um campo de forças em que se processam relações de poder e dominação ligadas às especificidades históricas do lugar. O processo de T-D-R (Territorialização – Desterritorialização – Reterritorialização) é um processo de relações sociais de perdas, precariedade e reconstruções dos vínculos societários, e de relações desses com seus lugares de vida. Territorialização é um processo material / simbólico que implica em um conjunto codificado de relações, já a desterritorialização seria o abandono do território ou a supressão das fronteiras do mesmo. A reterritorialização conduz a novas relações sociais. Tal processualidade é caracterizada por continuidades e descontinuidades (RAFFESTIN, 1986 *apud* HAESBARTH, 1997). A noção de territorialização é entendida como “um processo de apropriação do espaço, ao mesmo tempo concreta e simbólica, envolvendo, sobretudo domínio político e apropriação / identificação cultural.” (HAESBARTH, 1997 p. 158).

Deste modo, podemos afirmar que a região Oeste do Paraná sofreu processos de (des) territorialização, que se intensificaram na década de 1940 e nas décadas

subsequentes, em que chegam ali os primeiros *colonos* migrantes e filhos destes, vindos dos outros dois Estados do Sul: Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Esta foi considerada a última fronteira agrícola do Sul em que os descendentes de imigrantes das “colônias velhas” se dirigiram em um movimento ocupacional com o objetivo de povoar as terras consideradas devolutas, “mas que não estavam necessariamente “vazias” (no sentido do ‘vazio demográfico’)” (SEYFERTH, 2009 p. 59). Constata-se ali, a extração da erva-mate pelas chamadas *obrages* administrada por argentinos que utilizavam a mão-de-obra dos *mensus* paraguaios naquela região anterior a década de 1930 (WACOWICZ, 1987).

Os discursos oficiais geralmente “apagam” da memória esse passado recente e conflituoso, querendo, além de ressaltar o desbravamento das terras “despovoadas” pelos migrantes, reconstruir uma imagem e identidade regional harmônica e homogênea, escamoteando os conflitos ou culpando os *posseiros* (em sua maioria *caboclos*) por qualquer conflito que, por ventura, aparecesse, eximindo assim, os *grileiros*, as colonizadoras e os próprios governos do Estado do Paraná. Desta maneira, é perceptível a presença de um modelo em que se atribui identidade ao “outro”, construída e reforçada nas transações sociais.

É também na memória oficial, que temos a *heroicização* do “pioneiro” em uma identidade formada por “gente que faz”, anulando-se a possibilidade de evidenciar outros atores que não compartilham dessa “identidade” regional. Além dos *posseiros*, os indígenas são “outros” que não são lembrados, mas sim silenciados nas versões oficiais da história e do imaginário social hegemônico. Apesar de ali estarem anteriormente, os Guarani são vistos como “intrusos” e obstáculos a serem removidos pelos colonizadores para a instalação dos *colonos* (RIBEIRO, 2000 p. 96).

A negação, ou pormenorização na própria historiografia, tanto de conflitos sociais agrários, como da existência de indígenas e *caboclos* na região revela a construção oficial de um passado mais harmônico do que foi, e ao mesmo tempo, o apagamento de outros sujeitos da memória oficial, que foi elaborada muitas vezes por encomendas das prefeituras²². Esta história enviesada a partir de interesses políticos

²² Para se ter uma ideia dessas histórias encomendadas e oficiais, basta ver alguns livros como: SAATKAMP, V. Desafios, lutas e conquistas: história de Marechal Cândido Rondon. Cascavel/PR: ASSOESTE, 1984. ; SPERANÇA, A. Cascavel: a história. Curitiba: Lagarto, 1980. COLODEL, J. A.. Obrages e Companhias Colonizadoras: Santa Helena na história do Oeste Paranaense até 1960. Santa Helena: Prefeitura Municipal, 1988.; PAWELKE, J. Ficando rico no Oeste do Paraná. Marechal Cândido

encontra-se também em certos trabalhos acadêmicos sobre a região, que, com a chancela da ciência acaba por fabricar uma “verdade” que só incluiu como agentes da história aqueles que os convém²³.

Não somente no Oeste do Paraná, mas grande parte das colonizações na região Sul foi realizada em áreas de florestas, em uma re-ocupação que “não levou em conta a população indígena ou a eventual presença de posseiros ou sesmeiros em alguns lugares” (SEYFERTH, 2009 p. 48).

Levantando a problemática da invisibilidade do indígena em um passado não muito distante, Ribeiro (2000), por meio de uma perspectiva crítica, defende que ao invés de uma história que mascara os conflitos e as contradições, é importante perceber uma história com a presença de “outros” na região e com relações de poder que chegam aos dias de hoje. O “outro”, neste caso, o indígena, desmascara a ideia de uma identidade regional homogênea, ou uma visão única de identidade na região. (RIBEIRO, 2000).

O que havia no imaginário dos grupos que ali se estabeleceram naquele espaço, era a imagem de que não existia indígenas na região. A maioria das pessoas acabou naturalizando essa ideologia do pioneirismo que dominou a “natureza selvagem”. A referida autora desconstrói esse discurso, afirmando que, quem trabalhou para as companhias com o objetivo de “preparar o terreno” para a chegada dos *colonos* foi justamente o guarani, que é chamado por Wacowicz (1987) de *mensu* ou paraguaio.

Como era uma região de vegetação florestal, somente os nativos tinham conhecimento da área, e aguentavam as picadas de mosquitos “borrachudos”, foi, portanto, com grande parte do trabalho indígena que se construiu a infra-estrutura para receber os *colonos*. Só que esse fato é negligenciado na maior parte da historiografia da região.

Rondon: Igreja Martir Luther King, 1970; REGINATO, P. História de Palotina 1954 / 1979. Santa Maria: Palotti, 1979 e SILVA, O. & MACIEL, C. F.. Toledo e sua história. Toledo: Prefeitura Municipal, 1988.

²³ A reprodução dessas versões oficiais chega aos dias de hoje, inclusive em centros de estudos como o IFCH na Unicamp, basta ver essa notícia que pretende divulgar a tese de doutoramento em demografia de Ricardo Rippel, que apesar de ter seus méritos na análise dos fluxos e refluxos populacionais, acaba por desconsiderar a presença de outros historicamente na Região. Basta vermos o título da reportagem: “Sobre como gaúchos colonizaram o Oeste do Paraná, esquecidos por décadas desde a Guerra do Paraguai: História peculiar de uma gente em terras inóspitas”. In: Jornal da Unicamp 13 a 19 de março de 2006. Disponível em http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/jornalPDF/ju315pg09.pdf acesso em 20 ago 2009.

O “desconhecimento” de que existiam indígenas no passado da região não se restringe à historiografia, mas se estende para a memória da população em geral que, além de não reconhecer o trabalho dos mesmos, pensa que os índios que hoje estão ali, foram trazidos de outros lugares para as reservas onde foram “confinados”. Podemos pensar aqui em Pollack (1989) e afirmar que a memória é muito o exercício do esquecimento. O empreendimento colonizador após utilizar o indígena, se encarregou de desencadear um processo de “limpeza étnica” onde, os que fossem “sem origem” não poderiam conviver com o migrante. “A idealização do modelo de colonização e do grupo humano escolhido acaba por perpetuar até a contemporaneidade a imagem de região etnicamente homogênea” (RIBEIRO, 2001).

De acordo com Brenneisen (2002 p. 16), a população indígena do Oeste do Paraná, em termos atuais totaliza pouco mais de 9000 pessoas, que estão reunidas em reservas e que são remanescentes das etnias Guarani, Kaingang e Xetá. Sabemos, que antes da chegada dos primeiros jesuítas, por volta do século XVI, o mesmo espaço tinha aproximadamente 200.000 indígenas de diversas etnias, com presença maior dos Guarani. É possível interpretar que, essa memória da população local e o seu consequente mascaramento do passado são influenciados pela memória oficial, que se conta nos jornais, nos livros didáticos e em grande parte da historiografia que oculta a existência dos mesmos, chamando muitas vezes os Guarani com outros termos como *mensus* ou paraguaios.

Consideramos de suma importância recuperar minimamente o contexto em que se processou a colonização “planejada”, com o intuito de melhor compreender o cenário atual, seus atores sociais e as identidades construídas naquele espaço.

Deste modo, é sabido que, inicialmente as grandes levas de migrantes para a região Oeste do Paraná, ocorreu principalmente, a partir da década de 1930 sob a frente sulista, a paulista e a mineira. A primeira ganhou mais força por possuir uma articulação política maior com o *getulismo*²⁴ e os interesses preconizados na “Marcha para Oeste”, onde houve, contudo, adaptações deste discurso de acordo com as especificidades locais. (GREGORY, 2000, p. 112).

²⁴ O *getulismo* caracteriza pela forma de atuação política de Getúlio Vargas durante o Estado Novo no período de 1930 a 1954 em que as decisões ficavam concentradas no poder executivo e na sua pessoa. Tal forma de governabilidade caracterizava por um misto de autoritarismo, tentando conjugar interesses contrários de ruralistas, industriais, trabalhadores do campo e da cidade.

Já nas décadas de 1940 e 1950 as migrações para os projetos de colonização se tornaram mais intensas, com a predominância da pequena propriedade rural. Com o espaço rural baseado no modelo dos imigrantes europeus, mais a Sul do país, muitos filhos destes migraram, através dos projetos de colonização atraídos pela propaganda de terras férteis e “virgens” na região, e que, poderiam ser adquiridas a baixos preços contando com “a abundância de cursos d’água, as terras situadas em relevo plano e cobertas por matas subtropicais”. (ZAAR, 2001 p. 4)

Mais do que as propagandas em prol da “nova” região, as motivações para migrarem destes *colonos* foram: a perda das terras em seus locais de origem por conta do empobrecimento e concentração desta nas mãos de grandes fazendeiros, e a fragmentação de suas pequenas propriedades pela partilha entre herdeiros de sucessivas gerações, agravado pelo fato de que com a baixa fertilidade da terra impedia-se a sustentabilidade daquelas famílias extensas.

Alguns aspectos começavam a dificultar a reprodução da agricultura familiar no Estado do Rio Grande do Sul. Entre eles destacavam-se a redução da fertilidade do solo em função da intensa exploração, e a partilha dos lotes coloniais por herança o que resultava em uma conseqüente redução substancial do tamanho das propriedades rurais (ZAAR, 2001 p. 4).

Apesar de processos parecidos não estarem ocorrendo somente no Brasil meridional, sabendo-se que as dificuldades de reprodução social dos agricultores também se davam em outras regiões, como por exemplo, nos Estados mais ao norte como os das regiões Sudeste e Nordeste e que fariam parte da frente nortista. Não obstante, os projetos de colonização foram realizados “através de uma ‘seletividade de *colonos*’, tendo como requisito principal, a origem destes, com uma preferência manifesta por *colonos* do Sul e de descendência européia. (COLOGNESE, 1999, p. 38).

Esta escolha pelo *colono* sulista excluía outros, que segundo as companhias colonizadoras, não se enquadrariam nas características acima comentadas. A título de exemplo podemos ver o caso da Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A. – Maripá, uma das maiores que operou na região, se fixando na cidade de Toledo (vizinha a Cascavel). De acordo com Wachowicz (1987) a referida empresa constituída de capital gaúcho, após retirar a madeira loteou aproximadamente 10.000 lotes de 10 alqueires (24 hectares), em que estavam excluídos os seguintes grupos étnicos:

- 1- O colono descendente de europeus poloneses e ucranianos.

- 2- O caboclo, que estava presente na região em número expressivo.
- 3- O chamado pejorativamente de “pelo duro”, *nortista* (nordestinos, mineiros e paulistas) que estaria chegando pelo norte do Paraná.

Como percebemos, a exclusão / seleção era feita por critérios étnicos, origem de lugar, por preconceitos e estereótipos que circulavam não somente entre os colonizadores e agentes do Estado, mas por alguns representantes da academia, que acabavam por reiterar a suposta superioridade dos *colonos* “sulistas” frente aos outros grupos. Vejamos o relato de dois antropólogos que mitificavam aqueles *colonos*:

Os descendentes de imigrantes italianos e alemães, que se instalaram no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, foram considerados como uma população provada e testada para a experiência de uma vida pioneira da nova área. Durante cem anos, nos dois estados sulistas, foram se aclimatando às condições do Brasil, além disso, eram pequenos proprietários rurais, fazendeiros do tipo familiar e conservaram as tradições de trabalho árduo, frugalidade e agricultura como meio de vida (OBERG & JABINE, 1960 *apud* WACHOWICZ, 1987 p. 174).

Durante a colonização, governadores do Estado do Paraná procuravam deslegitimar a vinda de migrantes da frente nortista (mineiros, paulistas e nordestinos) em seus discursos, onde os nordestinos apareciam como sinônimo de doenças, revelando atitudes preconceituosas e seletivas na política de colonização daquele Estado.

Os chamados *nortistas* que entre as décadas de 1930 a 1950 ocuparam principalmente o norte e noroeste do Paraná, não eram bem vistos pelos meios oficiais. O “saber” médico e técnico da época destinou a eles a culpa pelos problemas sanitários e epidemias, com intenção de deslegitimar a presença dos mesmos na região por meio de atitudes e discursos preconceituosos e excludentes. Ao desclassificar negativamente os “outros” classificavam positivamente os *colonos sulistas*:

Os problemas, de acordo com a versão oficial, eram maiores nas áreas de colonização particular e de presença de nordestinos. É a demonstração de que o poder público deveria influir na seleção dos colonos a serem atraídos, deveria se fazer mais presente, presente nos projetos de colonização e nas orientações a população através de ações concretas. Estas ações deveriam transcender o âmbito do atendimento à saúde e influir no cotidiano da vida familiar. (...) Supõe-se, pois, que se atribuía condições sanitárias a um e a outro por motivações preconceituosas e por interesses seletivos (GREGORY, 2000 p. 120).

O “outro”, que diferia do *colono* “ideal” era visto como empecilho para a colonização, sendo preciso “limpar o terreno” para a vinda dos que eram denominados como “superiores”, “mais trabalhadores”, “mais produtivos”, ou que carregavam uma ética e disciplina de trabalho com sonhos de melhorarem as condições de vida. Esse discurso era profetizado tanto pelas colonizadoras como pelos governos do Estado do Paraná, para incentivar a vinda e legitimar a presença daqueles *colonos* migrantes que já tendo interiorizado nas colônias “velhas”, a imagem de propulsor do “moderno”, do “progresso” por meio do trabalho “árido” e “competitivo”, reforçava as mesmas no novo contexto que lhes garantiria o acesso à terra e a respectiva permanência naquele espaço enquanto fossem considerados “personagem civilizatório e moderno”.

Nesse sentido, podemos afirmar que o processo de colonização do Oeste do Paraná, se constituiu a partir da relação entre um *eu* e um *outro* produzidos numa relação de poder, como enfatiza Silva (2007). A identidade, tal como a diferença, é uma relação social que envolve disputas entre os grupos sociais e relações de poder entre os mesmos. De acordo com Silva:

Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. (SILVA, 2007 p. 81)

O “outro” assimetricamente situado, hierarquizado socialmente, sofre um processo de desqualificação social, com o intuito de deslegitimá-lo ao acesso a terra, uma vez que, só os “trabalhadores produtivos” deveriam ficar, percebendo-se uma clara idealização feita tanto pelos governos do Estado (Lupion, Ney Braga, Munhoz da Rocha), na época como pelas colonizadoras, a respeito dos descendentes de europeus que para ali migraram.

Como já foi mencionado acima, a precariedade das condições de vida levou os mesmos a migrarem, muitos chegando à região, transportados em carroças, com alguns pertences pessoais. Deste modo, não se diferenciavam substancialmente, em termos de recursos econômicos, dos *caboclos*²⁵ que ali já se encontravam na condição de

²⁵ Para ver como o termo *caboclo*, se constituía em imagens negativas elaboradas pelos ditos “civilizados”, basta vermos o caso estudado por Oliveira (1976) em que a situação de contato com os indígenas, gerava a classificação “caboclo” pelos brancos ao se referirem aos Tükúna do rio Solimões de

posseiros, sendo que, o que justificava trabalharem mais era, simplesmente, o pagamento das parcelas dos lotes junto às empresas colonizadoras. O significado da terra para o *colono* e para o *caboclo* teria em comum o fato de a mesma ser vivenciada como uma terra de trabalho familiar, em que o sustento e as necessidades do grupo doméstico estariam em primeiro lugar. Atenta-se aqui a diferença de que a propriedade privada da terra tinha uma grande importância para os *colonos* não no sentido de que ela tinha um valor mercantil, mas de que proporcionava autonomia e sensação de relativa liberdade para aqueles.

Apesar de haver semelhanças em algumas práticas, na forma de trabalhar com a terra, o *caboclo* se aproxima mais da do indígena:

(...) é necessário salientar que não era enquanto proprietário – ou enquanto aspirante a tal condição – que o caboclo enfrentava esta margem virgem. Ele – diferentemente dos colonos de origem européia que o sucederam – se interessava pela terra apenas na medida em que ela era capaz de lhe dar os frutos daquilo que nela ele plantava. A terra só lhe servia como objeto de seu trabalho. Separada deste trabalho, ela não tinha valor algum. A propriedade (real ou virtual) não era a premissa para a produção. Assim ao chegar o caboclo não subdividiu a mata em parcelas sobre as quais cada indivíduo ou família seria soberana o que se colhia ou caçava, isto sim era um patrimônio individual. Mas a terra ela mesma não pertencia a ninguém (ABRAMOWAY, 1981, s/p.).

Logo, a diferenciação que se estabelece entre *caboclo* e *colono* está na importância dada a propriedade ou posse da terra, como constituidora da identidade de camponês, no sentido que discute Chayanov (1985) sobre a economia de tais grupos, que leva em conta em primeiro lugar a subsistência do grupo familiar, sendo visto a partir do seu desenvolvimento biológico como uma cooperativa de unidade de trabalho e de consumo, da influência que pode ter como aparato produtivo sobre a atividade econômica do camponês. Além disso, a motivação para o trabalho nos membros da família, assim como a produção e outros fatores que determinam o grau de auto-exploração da força de trabalho. Seu conceito de família é amplo e inclui as pessoas que “comem sempre na mesma mesa”. E, em sua teoria, para compreender as leis básicas da composição da família é necessário considerá-la ao longo de todo seu desenvolvimento, desde o nascimento até a morte.

maneira geral por meio de estereótipos “consumidos igualmente por índios e brancos. Obedecendo a um padrão segundo o qual o branco receberia uma carga positiva e o índio uma negativa (branco + índio -), o ‘caboclo’ é a forma em que se assumem as representações que os Tükúna do rio Solimões têm de si próprios” (OLIVEIRA, 1976 p. 46).

A reprodução social de um campesinato de origem européia, com fortes marcas da tradição da propriedade parcelar, que é reforçado através da política oficial de colonização planejada em que “repudia a posse e privilegia as formas de apropriação da terra sob cuja base podem erguer-se relações econômicas de caráter mercantil.” (ABRAMOWAY, 1981, s/p.)

Os lotes distribuídos aos *colonos* deveriam ser pagos em parcelas a contar a partir da primeira colheita, tendo acesso pleno à terra, assim que findadas as prestações, poderiam ter a titulação da pequena propriedade certificada pelo Estado. Para tanto, o *colono* era obrigado a trabalhar para além do sustento da sua própria família e produzir, portanto, excedentes que os possibilitasse tais pagamentos. Seriam os *colonos* que trariam, desta forma, o “progresso” para aqueles territórios em que antes só predominava a “natureza”, incluindo quem ali estava. Os *colonos* seriam portadores das aptidões necessárias para desenvolver a fronteira agrícola e, deste modo, contribuiriam para a construção da pátria que adotaram (GREGORY, 2000 p. 116).

A apropriação daquele território, mais do que materialmente, se dava por uma “apropriação simbólica” em que se constituía uma afirmação positivada da identidade de *colono* na relação com o *outro*. Sabemos que essa identidade não é fixa e que as fronteiras são mais fluídas do que se pensava, havendo também trocas mútuas como veremos logo abaixo.

Antes daqueles *colonos*, migrantes do sul, chegarem, a agricultura já era praticada pelos *caboclos* que plantavam milho e criavam suínos. Tal como no caso da ocupação do Estado do Maranhão, (VELHO, 1979) a agricultura de queimada se constituía num dos fatores que faziam com que a fronteira se colocasse em movimento no Paraná, com a redução da fertilidade do solo como um dos motivos pelos quais se avançaria mata a dentro.

Conforme Abramoway, (1981: s/p.) o fogo significava economia de trabalho para desmatar, com o cultivo feito diretamente sobre o solo queimado, não precisando preparar o mesmo, já as cinzas impediam a proliferação de ervas daninhas, evitando o trabalho de limpeza da roça plantada.

Esta agricultura de queimada não era somente praticada pelos *caboclos* ou “brasileiros”, e foi adotada pelos *colonos* que ao chegarem à região não tinham recursos para fazer uso de técnicas de cultivo mais avançadas. Ao conversarmos com os moradores da região estudada, estes lembram dessa agricultura de roça, que era feita

através da queimada²⁶, usando as cinzas como “adubo”, o plantio era realizado manualmente com as maquininhas “téc téc”²⁷ ainda hoje utilizada para pequenos plantios ou nos espaços inacessíveis ao trator, outra técnica era a do chamado “chaço”, que consistia em um ferro que era lançado na terra, e logo em seguida, se jogava as sementes, puxando-se o mesmo ferro, cobria-se os grãos de milho, que era a cultura mais plantada, seguida da mandioca e hortaliças. De acordo com o *colono* I.F.²⁸, seus pais ao chegarem lá por volta de 1965, na Linha São Roque, constataram que não existia trator na região, O trator viria surgir anos depois²⁹, e a única junta de boi com arado usado no preparo do solo, que se tinha foi a que aqueles descendentes de italianos trouxeram.

O modo de trabalho com a terra é um dos elementos em torno do qual se constitui a identidade dos *colonos*, e que sócio-historicamente podemos perceber o nível tecnológico baixo naquele período. Sendo que os mesmos compartilhavam do “modelo caboclo”, não havendo diferenças na maneira como trabalhavam a terra. O que há é uma ética de trabalho disseminada ideologicamente como superior, muito mais em uma construção do imaginário social dos *euro-brasileiros* que vieram do Sul como sendo mais “promissores”. Em certa medida, podemos indicar que a chave aqui era de construir uma diferença, mesmo que a prática não fosse efetivamente tão diferente. Deste modo, o *colono* não só acaba por colonizar a terra, mas também o pensamento sobre si e sobre os demais, partindo-se da ideia de que trabalha de forma distinta, com maior esforço, maior produtividade do que o *caboclo* ou do que os *nortistas* que foram estereotipados.

No início do século XIX os *caboclos* que viviam entre Santa Catarina e o Paraná, se dedicavam a atividades como o tropeirismo, a extração de erva-mate, enquanto agregados das fazendas de gado, tendo sazonalmente a sobrevivência mantida por meio de uma economia de subsistência com a criação de animais e a policultura de auto-consumo.

²⁶ Faz parte do saber dos *colonos* atualmente, de que as queimadas longe de tornar o solo mais fértil o prejudica.

²⁷ Onomatopéia que lembra o som que ecoa ao se trabalhar com uma máquina manual de plantio, também chamada de matraca.

²⁸ Preferi utilizar somente as iniciais dos nomes das pessoas que participaram desse estudo, como proteção dos mesmos.

²⁹ O trator surge na região junto com o cultivo da monocultura de soja a partir da década de 1970.

Tinham um caráter seminômade, que foi aos poucos perdido, à medida que se fixavam em pequenas posses ao lado das grandes fazendas (em que geralmente eram agregados). Em fins do mesmo século, os *caboclos* já encontravam obstáculos para acessar terras livres, devido a fatores como: a) política dos coronéis da república velha, de distribuição de terras públicas em “troca de favores” e para a manutenção do poder político local. b) falência dos latifúndios e divisões entre herdeiros que se lançavam a procura de novas terras c) a colonização em pequenos lotes em áreas florestais, pelas empresas colonizadoras³⁰ estrangeiras vinculadas à construção da estrada de ferro na região (BLOEMER, 2000, p. 53-55).

Estas foram as principais razões que motivaram os *caboclos* a migrarem para o Sudoeste, e depois Oeste do Paraná³¹.

Inicialmente os *caboclos* no Oeste e Sudoeste do Paraná vieram para trabalhar em fazendas de gado, com a falência de muitas dessas fazendas acabaram ficando pela região enquanto *posseiros*, sendo que muitos já vieram nessa situação principalmente depois das expropriações sofridas na região do Contestado.

O *caboclo*, não se importava com a posse cartorial ou titulada da terra, seu sistema de trabalho era da criação de animais soltos com o cercamento das plantações para que os mesmos não adentrassem. Esse método de criação dos animais diferenciava-se dos *colonos* que pelo contrário confinavam os animais deixando livre o acesso às plantações. Com a chegada destes últimos não é difícil imaginar conflitos entre os dois grupos, não só pelas razões da forma como produziam, mas por questões étnicas e culturais que seriam utilizadas pelos que estavam então em posições dominantes, deslegitimando a posse da terra dos *caboclos*. Vejamos a fala do *colono* abaixo:

Naquela época, os posseiros eram na maioria caboclo que vendia a posse e iam pra frente no meio do mato, abria uma nova posse lá... Até que chegava alguém de Santa Catarina ou do Rio Grande pra comprá de novo. (...) O pai na época emprestô dinheiro de parente e de vizinho pra vir pra cá e aproveitá

³⁰ Interessante notar que processo semelhante ocorreu no Oeste do Paraná décadas depois.

³¹ Em sua tese de doutoramento Schreiner (2002), vai historicizar a chegada desses *caboclos* em momentos anteriores a colonização, principalmente depois da década de 1910 em diante, e posteriormente a guerra do contestado (1912 – 1916) com a revolta dos *caboclos* que era a população nativa na região de divisa entre o Sul do Paraná e Norte de Santa Catarina. Com caráter messiânico, a resistência a expropriação que vinha sendo feita devido a concessão de terras devolutas feitas pelo Estado das margens da ferrovia (São Paulo – Rio Grande)³¹ em que estava sendo construída pela a companhia estrangeira Brazil Railway na região do planalto catarinense, “os caboclos que ali viviam, transformados em “intrusos”, foram expulsos, ampliando, desse modo, o contingente dos deserdados de terra na região”. (BLOEMER, 2000 p. 55 – 59). No mesmo período, colonizadoras estrangeiras passaram a formar lotes coloniais na região entre os latifúndios já existentes vendendo lotes aos “colonos”.

que tava o governo do Lupion, porque podia mudar de governo e perdê a terra (Colono I. F. Gaúcho, descendente de Italianos, 53 anos).

Operou-se um cerco aos *caboclos* que espremidos, foram sendo expulsos seguindo mata a dentro e “preparando o terreno” para os que chegavam pressionados pelos *colonos* por um lado, pois as suas “criações” acabavam adentrando as terras dos mesmos, e por outro lado, pelos grandes proprietários com a *grilagem* de terras, já que estavam na condição de *posseiros*.

O mesmo *colono* que deslegitima o indígena também deslegitima o *caboclo*, negando a ele o direito de permanecer na terra que outrora havia preparado.

Em uma situação de fronteira “em aberto”, a apropriação da terra do indígena e do *caboclo*, desterritorializando-os é justificada pelo não reconhecimento de que o “outro” carrega em si humanidade:

Na fronteira, o chamado branco e civilizado é relativo e sua ênfase nos elementos materiais da vida e na luta pela terra também o é. Dentre as muitas disputas que a caracterizam, a que domina sobre as outras e lhes dá sentido é a disputa pela definição da linha que separa a Cultura da Natureza, o homem do animal, quem é humano e quem não o é. (MARTINS, 1997 p. 11)

Os argumentos utilizados pelos colonizadores são de que o indígena seria “primitivo”, “selvagem” “incivilizado” ou como disse certo *colono* sobre os *caboclos*, “sem cultura”. Desta maneira, o não reconhecimento da humanidade do “outro” é também não reconhecer que o mesmo tenha direito a estar naquele território, é a negação do direito à terra, que ficaria livre para as frentes de expansão re-ocuparem, repovoarem aquele lugar.

Este recorte étnico que deslegitimou a terra dos *caboclos* e indígenas pode ser ainda hoje buscado na memória de alguns *colonos* que, para se auto-afirmarem naquele espaço, desqualificavam e negavam a humanidade do “outro”. É o que se percebe na fala deste *colono* da Linha São Roque em Cascavel PR:

Caboclo, aquele povo sem conhecimento, sem cultura. É a onde que sumiu, tinha dois. Disse que era meio brabo ainda. Mas foram sumindo também, nem sei pra onde foram essa gente, sumiram. (...) Era, não tem conhecimento das coisas né, tem que ser isso daí né, por que a pessoa com conhecimento não é brabo, é fácil você mexer com quem tem conhecimento, a verdade, onde é que ta o erro, e a onde ta a verdade né, e esse povo é o seguinte, eles acham que o certo é o que ele imagina né. O certo é o que eles pensar e pronto. (...) Eram, gente mais conhecido, que falavam, que eles eram gente meia, andavam com revolver na cinta, armado né, é isso aí né. Eles sempre queriam ser mais que os outros aqui, eles tinham um jeitinho diferente, não

tinham civilização não (Colono A.M, paulista, descendente de portugueses, 66 anos).

Esses estigmas elaborados, não se dão bem nos termos trabalhados por Elias & Scotson (2000) e Goffman (1988) no qual colocam que o grupo que detém mais poder afirma sua superioridade ao estigmatizar o “outro” como de origem inferior ou “sem origem”, “sem conhecimento”, “incivilizado”. Estas classificações não devem ser vistas por meio de oposições fixadas em um “eu” e um “outro” homogêneos, mas em processos que incluem negociações em que os próprios estigmatizados podem utilizar dos estigmas dando um sentido positivo para o mesmo em alguns momentos e negativo em outros contextos. Sendo que os estigmas podem ser elaborados em ambos os grupos com referência “um” ao “outro” nas interações.

Houve momentos em que *colonos* e *caboclos* lutaram lado a lado contra essas expropriações e outras inúmeras formas de violência, tais como a revolta de 1957 na região de Capanema, Francisco Beltrão e Pato Branco onde 6.000 *colonos* e *caboclos* se revoltaram contra as ações das companhias colonizadoras, dos *grileiros* e do Estado do Paraná, até o exército intervir em favor dos mesmos. Este seria um dos exemplos maiores de resistência contra aquelas situações consideradas “injustas” (SCHREINER, 2002 p. 87). A complexidade histórica da formação do campesinato naquela região e no Sul do País como um todo, demonstrou que não somente houve limites e oposições nas interações entre os dois grupos, mas que *colonos* e *caboclos* solidificaram alianças também ao lutarem contra inimigos que lhes eram comuns.

Podemos dizer que aqueles descendentes de *caboclos*, hoje já não se autodenominam assim no *lôcus* de nossa pesquisa, sendo os mesmos a minoria e conseguindo o acesso à terra ou por casamento ou por economias de muitos anos trabalhando enquanto *peões*. No assentamento notamos que pelo menos duas famílias que dividem o mesmo lote são de origem cabocla e se visualizam enquanto *colonos* “fracos”, e se vêem como discriminados pelos chamados *colonos* “fortes”³². Analisando a história e o próprio presente, constatamos que há identidades e diferenças entre os grupos em relação aos *colonos* que se processam em novas configurações, em novas condições.

Em 1950 e 1960, o fluxo migratório aumenta extraordinariamente, elevando a taxa de crescimento populacional que fica acima da média do país. O Estado do Paraná

³² As classificações de colonos “fortes” e “fracos” serão discutidas no capítulo II.

cumpriu o papel de incentivar as migrações, fazendo divulgação das possibilidades econômicas das regiões em terras “novas e férteis”, sendo que nos discursos de governadores da época, tais como, Rocha Neto (1953) há referência à seleção de braços para a lavoura que fossem “sadios e aptos”. Alguns anos mais tarde, nessa mesma linha ideológica, Moisés Lupion (1957) discursa que era preciso atrair imigrantes para as terras “férteis promissoras” de um “tipo humano”, ou grupo social que atendesse os padrões de seleção e referência. Um “tipo social” que atendesse a colonização planejada e controlada e que melhor se encaixasse na visão do Estado e nos “interesses nacionais”. (Gregory, 2000 p. 115).

Tal controle seria no sentido de afirmar a ideologia de uma “nação em movimento” que garantisse a “identidade nacional” juntamente com a integração do seu território, evitando “invasões” de paraguaios (guaranis) e argentinos, bem como, tornando aquela região sinônima de desenvolvimento econômico e progresso para o Brasil (GREGORY, 2000). Recriam-se as identidades étnicas em um espaço de heterogeneidade social, mas que se pretendia homogeneizá-lo tendo como modelo étnico os descendentes de europeus na condição de *colonos*.

O espaço ocupado pelos *colonos* se deu por loteamentos ao longo de ‘picadas’ ou ‘linhas’ abertas, geralmente localizadas próximas a algum rio. Os lotes, também chamados de colônia, eram os lugares de habitação e também de trabalho com a família, que em momentos de lazer, religiosidade e convivência em comum, contavam com construções como a Igreja, salão de festas e “bodega³³”, estes espaços de sociabilidade comuns entre familiares e vizinhança eram e ainda são o que os *colonos* denominam de comunidade. Essas linhas posteriormente se transformaram em estradas e canais de comunicação entre as linhas e os núcleos coloniais e, (sede) geralmente, se tornaram cidade.

A linha pode ser considerada a principal característica dessa forma de povoamento, pois ao longo delas, foram demarcados os lotes e, nas representações dos colonos, constituem comunidades com denominações. (...) a linha é uma estrada ladeada de lotes, medidos e demarcados, seguidamente ou próximos uns dos outros, destinados a ser povoados por imigrantes, como seus proprietários. (SEYFERTH, 2009 p.45)

³³ Uma espécie de bar que fica junto ao salão comunitário.

A comunidade formada pelos *colonos* estudados segue esse mesmo modelo de territorialização sócio-espacial, pois localizada próxima do rio São Roque tem todas as características acima descritas, semelhante padrão de ocupação teve o assentamento.

À medida que se avançam as técnicas de cultivo, começa-se a romper o modelo “caboclo” após a década de 1960 com a intensificação da mecanização no campo, a chamada “modernização conservadora” trazendo, profundas e graves consequências para o meio rural, mudando, inclusive, o estilo de vida e as formas de sociabilidade no campo (SPERANÇA, 1980).

Paralelamente a essas mudanças, os conflitos pela posse da terra se tornam mais comuns na região. Tendo, ‘*posseiros*’ de um lado e ‘*jagunços*’ e ‘*grileiros*’ de outro, as terras foram liberadas para os *latifundiários* que expulsaram os *posseiros* pobres, que se instalaram na região. (SPERANÇA, 1980)

Os inúmeros conflitos por terra, devido a invasões e “grilagens”, fez com que o Estado tentasse resolver por meio da regularização das áreas em litígio e de concessões de títulos para aqueles em que julgava tornar as terras “produtivas”, através do trabalho, e resolvesse de alguma forma, o problema dos chamados “intrusos” (GREGORY, 2000 p.126).

Mais tarde, vai haver a ampliação do cultivo do milho que, de policultura ganha o caráter de monocultura ao lado da soja e do trigo, diminuindo consideravelmente a área de plantio de outras variedades. Esse fato era diretamente influenciado pelas políticas que objetivavam o aumento das exportações brasileiras, consolidando, na década seguinte, o processo de modernização da agricultura no Brasil (ZAAR, 2001). O agricultor familiar, principalmente o *colono*, que antes de ser inserido nesse processo comercializava sua produção, sem atravessadores, passou a recorrer aos bancos, aderiu a novas técnicas e tecnologias para produzir. No bojo dessas mudanças no mundo rural seguirá uma nova desterritorialização de muitos destes, como veremos mais à frente.

A reo-ocupação territorial envolveu dinâmicas conflituosas com a superposição de títulos, vendas do mesmo lote para diferentes compradores pelos colonizadores, *grilagem* de terras, expulsando *colonos* e *posseiros*. Contexto possível de ser interpretado como um Oeste “sem lei” em que o próprio governo do Estado do Paraná na época estimulava a prática de *grilagem*, utilizando-se do discurso de que estavam realizando a reforma agrária via colonização, quando surgiram diversos conflitos por terra entre *posseiros*, *colonos* e *grileiros*, com intensidade maior nos governos de

Moisés Lupion (1947/50 – 1955/60) e Bento Munhoz da Rocha (1950/55). As vantagens de gozar maior reconhecimento social na região do que os *caboclos* (posseiros), dependendo das conjunturas específicas e da forma que se processavam os litígios por terra, vários *colonos* são expulsos de suas terras em diferentes momentos naquele período.

Na dissertação de mestrado “*Colonos, Posseiros e Grileiros: Conflitos de terra no Oeste Paranaense (1961 / 66)*”, de Antonio Marcos Myskiw, há a demonstração de como a re-ocupação nesta região nas décadas de 1950/60 ocorreu de forma conflituosa, indo contra histórias encomendadas e textos jornalísticos que procuravam silenciar este fato, através de um discurso que dizia que tudo foi feito de forma pacífica. Com base em fontes diversas o autor consegue desconstruir os discursos dominantes, recuperando outra história (não oficial) complexa, com mortes, conflitos que se deram pela disputas por terra entre *colonos*, *posseiros* e *grileiros*, principalmente em locais onde haviam *superposição de títulos*. Esta versão desmistifica a ideia de que os conflitos surgiram porque os *posseiros* teriam invadido as terras dos *colonos* e das empresas colonizadoras. Segundo esse autor, que *posseiros* e *colonos*, se rebelavam contra as ações de *grileiros* e contra as “irregularidades” por parte do Estado. Assim, trazia a tona o grave problema agrário que estava para ser resolvido no “Novo Velho Oeste” do Paraná.

Considerando o discutido acima, constatamos que muitos *colonos* continuaram desterritorializados devido aos conflitos por terra, ficando claro que, mesmo se colocando acima na hierarquia social e como etnicamente superior aos *posseiros* (*caboclos*), muitos acabaram por ficar sem a terra.

É importante destacar que, apesar do poder dos *grileiros* na apropriação indevida de terras “alheias”, *colonos* e *posseiros* em alguns momentos da história oestina, estabeleceram alianças para defenderem seus interesses, resistindo às grilagens de suas terras. Nos conflitos travados pelos *posseiros* e *colonos* na forma de ação coletiva, um dos pontos em comum era a necessidade da terra para morada, trabalho e cultivo, com a reprodução social da vida familiar em cima da mesma, o que de certo modo, questionava a terra para negócio e especulação dos *grileiros* e *latifundiários*. Há episódios em que tanto os *posseiros* como os *colonos*, temporariamente sobrepuseram às questões étnicas em práticas de resistência à expulsão através de lutas e revoltas conjuntas, com o intuito de pressionar as empresas colonizadoras e o próprio governo

do Estado do Paraná, que além de chamar atenção da sociedade da época, denunciavam as violências praticadas por *jagunços* e *grileiros* (MYSKIW, 2002).

Isso demonstra como os processos identitários não se constroem em oposição, mas são negociados em contextos sociais específicos. Em determinado momento foi de interesse dos *colonos* negarem e se perceberem como diferentes dos *posseiros* (*caboclos*), em outras circunstâncias, essas diferenças são negociadas na defesa de interesses comuns. A identidade, portanto, não é construída em uma oposição essencial entre *nós* e os *outros*, mas construídos em processos históricos e negociados diante de circunstâncias específicas, em que há fluxos entre as etnias, onde as tradições, valores, ou os aspectos culturais dos grupos fluem entre os mesmos, atravessam as fronteiras, admitindo-se, portanto, inclusive a influência dos mais fracos sobre os mais fortes (HANNERZ, 1997).

Longe aqui de colocar de um lado, o carrasco e do outro lado as vítimas. Trazer à tona essa discussão significa perceber que esses processos sócio-dinâmicos de disputa, principalmente por território, se deram em um encontro de culturas na situação de contato, lutando para impor uma visão e di-visão do mundo por meio de uma luta de classificações e desclassificações do “outro”, com quem se disputa, sobretudo, a posse da terra. Há nessas relações lutas simbólicas, em que quem possui um maior “quantum” de capital simbólico consegue legitimar a ordem social, enquanto uma ordem legítima, evidente, natural (BORDIEU, 1990, p.159 – 163).

1.3 – Intensificação das expropriações, das migrações e a alternativa de lutar

Aqui faço uma breve discussão sobre como as transformações na agricultura foram acompanhadas pela continuidade do aumento das expropriações e deslocamentos da população rural para áreas urbanas ou para outras áreas rurais³⁴. Neste novo contexto, surgem atores que decidem lutar pela terra na própria região, construindo-se

³⁴ As opções que lhes restaram foram: 1- partir em busca de novas terras no país vizinho (Paraguai); 2- em novas frentes de colonização na região amazônica, 3- fazerem um movimento migratório rural-urbano na região ou em outros locais. Sabe-se, que devido a diversos problemas muitos “brasiguaios” retornaram ao Brasil, outros tantos retornaram da região amazônica em projetos de colonização que não contemplavam suas expectativas e por questões adaptativas, outros ainda não vão se adaptar no urbano o que vai reiterar a busca pela terra enquanto “uma luta contra o tornar-se operário na cidade”. (MENEZES, 1987 p. 77)

daí, os primeiros projetos de assentamentos destinados à Reforma Agrária no Estado do Paraná, entre eles, o assentamento Colônia Esperança que é objeto deste estudo.

Nas décadas de 1970 e 1980, os processos de des-territorialização, por meio de inúmeras expropriações, foram causa de profundos problemas sociais na região, onde se refizeram identidades em meio a condicionamentos e escolhas feitas por novos personagens que entraram em cena (SADER, 1988), na reconfiguração daquele cenário já dantes conflituoso e heterogêneo.

Ao discutir a situação dos *brasiguaios* no referido período, Menezes (1987), afirma que as transformações ocorridas na agricultura levaram a expulsão daqueles camponeses que teriam por características principais, terem percorrido por várias etapas migratórias na busca pela terra, sempre em área de fronteira agrícola. Cabe aqui, salientar que, o “outro” na definição da identidade dos *colonos* também era o grande proprietário de terras, pois o significado atribuído por este a terra é poder lucrar e ampliar seus negócios, agindo com uma lógica de apropriação privada do solo como mercadoria, em que extrai a renda capitalista da terra, sendo o grande responsável pela expansão capitalista no mundo rural brasileiro.

As transformações na agricultura paranaense foram: a expansão considerável da soja em detrimento da policultura de subsistência. Com a soja surge outro personagem, o *bóia-fria*, que morava geralmente na periferia das cidades, sendo sua contratação feita por intermediário, garantindo a impessoalidade daquele trabalhador temporário, como lembra o *colono* abaixo:

Ele (patrão) chegava lá pra você e falava pra você, ó, o Zé, o Pedro, leva amanhã cinqüenta pião ou vinte, ai você já batia um papo, tal dia tô passando aí, tal hora de manhã cedo pra nós... o povo pulava dentro e chegava à tarde você nem sabia quem que era né, você era patrão, você era dono da lavoura, você nem sabe quem que é Pedro nem quem é Paulo, você sabe que ai, o meu trato foi com você.(...) É, eu me lembro quantas e quantas vezes a gente vindo de Cascavel, umas cinco horas ai, a gente tinha que passar devagazinho. Tava muita gente né, os bóias fria, acabou com esse negócio, esse agrotóxico, esse veneno, esse inseticida acabô com tudo né? (Colono A. M. 66 anos).

Além do aumento do número de trabalhadores rurais temporários (muitos se tornaram ao perderem suas terras), há também o agravante de que, especialmente nas grandes lavouras que precisavam tanto dos *bóias-frias* como de outros braços fixos, houve um alto índice de mecanização que entre as décadas de 1970 e 1980 registrou um aumento de 326% no número de tratores adquiridos (MENEZES, 1987).

A expansão da soja e o aumento da mecanização no campo acarretam modificações das relações de trabalho, com a expulsão de pequenos arrendatários, parceiros e colonos das fazendas e também uma diminuição do número de empregados na área rural (MENEZES, 1987 p. 72).

O governo federal, a partir da década de 1960 começa a incentivar, por meio de políticas, o plantio daqueles cultivares (soja e trigo) como um dos produtos para equilibrar a balança comercial brasileira, a soja para exportação e o trigo para diminuir as importações. O acesso ao crédito foi disponibilizado, via bancos e financeiras com subsídios do governo, para a compra de insumos, implementos agrícolas e também para a facilitação do transporte, armazenamento e comercialização daqueles produtos.

Muitos *colonos* no Oeste do Paraná começaram a deixar a policultura de lado que lhes garantia a subsistência, e entraram no *boom* da soja, intercalando com o trigo e o milho. Foi nesse período que muitas cooperativas foram criadas na região, como por exemplo, a COOPAVEL³⁵. Estas faziam a ponte entre os *pequenos agricultores* e o capital comercial, aqueles, por sua vez, começaram a comercializar seus produtos via intermediários, acessando cada vez mais os créditos do capital financeiro para a compra de sementes, agrotóxicos, tratores e outros maquinários agrícolas.

A modernização da agricultura, nos moldes das inovações tecnológicas baseadas na Revolução Verde, repercutiu significativamente no conjunto das relações sociais, na cultura e na produção agropecuária do Oeste do Paraná. A vinculação a um novo eixo de decisões aprofundou a dependência e afetou a identidade cultural do homem rural (GREGORY, 2007 p. 147).

Esse homem rural a que se refere o autor, na ilusão de se tornar um “novo rico” (alguns se tornaram), por meio, agora do trabalho “árduo”, conjugado com as novas tecnologias, acaba por ser despojado do seu saber técnico, perdendo o controle de todo o processo produtivo. Ao se inserir, mesmo que indiretamente, no mercado internacional de mercadorias, essa dimensão mais global modificou a dimensão mais local ao “romper os vínculos societários, substituindo as relações de confiabilidade pelas relações contratuais e imprimindo uma postura mais individualizante” (GREGORY, 2007, p. 147).

³⁵ A Coopavel, foi fundada em 1970, hoje abrange 17 municípios do Oeste e Sudoeste do Paraná, tendo por sede Cascavel. Possui 24 filiais e 12 agroindústrias, 3.450 funcionários e 3 mil famílias de agricultores associadas. As características cooperativas com o tempo foram sendo substituída por de uma grande empresa agropecuária, fazendo com que muitos dos pequenos agricultores se desvinculassem da mesma por se sentirem explorados.

Podemos ver que, se antes, para os gestores públicos, os *colonos* eram os fomentadores do “moderno” e do “progresso”, após a década 1970, eles passaram a ser vistos como “atrasados”, as suas pequenas propriedades já não contemplavam a nova definição do que seria o desenvolvimento na agricultura.

Muitos destes “homens rurais” de que fala o autor, não enriqueceram, pelo contrário, sofreram um profundo processo de empobrecimento ao se endividarem via créditos bancários para se enquadrarem na “modernização agrícola”, tão propagada pelo “milagre brasileiro” do desenvolvimento em pleno regime militar.

A ilusão desenvolvimentista desmorona, emergindo a crise e a recessão já em fins da década de 1970. Neste contexto, a soja já não tinha tanto mercado em nível mundial e os estímulos que eram dados pelo governo foram retirados, inclusive os subsídios creditícios. Isto fez com que os juros aumentassem, deste modo, muitos daqueles “honestos” *colonos* foram “forçados” a vender parcelas de suas já pequenas propriedades, ou sua totalidade para quitarem suas dívidas. Essas expropriações agravavam-se em anos de seca ou de geada, colocando por água a baixo todas as suas produções agrícolas (ZAAR, 2001 p. 5).

Diversas abordagens irão apontar para a crise do modelo colonial sulino, a partir da década de 1970, afetando em cheio os sujeitos que participaram daqueles projetos de colonização, (sobretudo os camponeses) que, para muitos, se configurou na impossibilidade de continuarem no meio rural:

Em linhas gerais, algumas interpretações evidenciam que os colonos foram arrancados do campo e tiveram suas vidas profundamente modificadas e refeitas no espaço urbano. E, que outros migraram, não mais na condição de pequenos camponeses, mas de trabalhadores urbanos. (LAVERRI, 2002 p. 23).

A modernização da agricultura teve um papel fundamental, ao “expulsar” do campo trabalhadores rurais que transformaram-se em mão de obra barata nas indústrias, e ao direcionar a ocupação de áreas favoráveis à mecanização agrícola. Como resultado destes processos, o movimento migratório intensificou-se, em poucas décadas a população rural urbanizou-se e a porção ocidental do País foi povoada (ZAAR, 2001 p. 3).

Começava uma nova etapa na vida daqueles *colonos* que ficaram sem a terra. A busca pela mesma se colocava como perspectiva primeira para continuarem a se reproduzir socialmente enquanto camponeses.

Nos locais onde anteriormente haviam se fixado, já contavam com uma rede de relações sociais e de vizinhança, laços de parentesco no próprio município, elementos que faziam com que lhes aflorasse o desejo de ficar na própria região. Mas, nesse mesmo período, outros estavam sendo expropriados, atingidos pelas barragens na construção da usina de Itaipu, que houvera deixado embaixo da água os “sítios” de aproximadamente 38.000 famílias que ao receberem indenizações também demandaram terras na região, fazendo aumentar ainda mais a especulação em torno daquela “mercadoria” (ZAAR, 2001).

Vemos aqui que, substanciais parcelas daqueles mesmos *colonos* que migraram para a região, por meio dos projetos de colonização, desterritorializando o indígena e disputando terras e visões de mundo com o *caboclo*, foram “vítimas” inicialmente da ação de *grileiros*, não conseguindo assim se fixar na terra e mesmo muitos dos que resistiram, venderam suas terras para os “grandes proprietários”.

Esse contingente de expropriados ou com pouca terra, entre eles: *meeiros*, *posseiros*, *arrendatários*, *bóias-frias*, *ex-colonos*, filhos destes começaram a sentir necessidade de lutar pelos seus direitos, vislumbrando a possibilidade de conquistá-los ao se organizarem traçando estratégias políticas. Na década 1970, na região Sul, a resistência desses trabalhadores contra o avanço do capitalismo no campo acelera-se de forma extensiva e intensiva com a “modernização da agricultura”.

As lutas nesse período no Oeste do Paraná giravam ainda em torno da posse da terra, contra esbulhos possessórios, a construção de barragens e os efeitos das políticas agrícolas de então. Estas lutas contavam com apoio e mediação da CPT (Comissão Pastoral da Terra) e dos STRs (Sindicatos de Trabalhadores Rurais) (MARTINS, 2009).

Durante os anos de 1981 e 1982, houve pelo menos dois episódios que reforçaram a luta pela terra no Sul do Brasil: o acampamento Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta (RS) e a formação do MASTRO (Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste Paranaense).³⁶

Em 1983, já se contava 11 ocupações em todo o Brasil e 4 somente no Paraná. Nesse momento, também se constituíram outros movimentos sociais rurais que lutavam

³⁶ Em nível nacional, iniciava-se, aos poucos, o processo de reabertura democrática e a volta dos militantes de esquerda que haviam sido exilados, em termos de Estado do Paraná, as eleições de 1982 possibilitaram uma conjuntura política favorável para a luta pela terra, já que houve as primeiras promessas de se destinar áreas para a reforma agrária com recursos do próprio Estado para assentamento de agricultores sem-terra.

pela terra em outras regiões do Estado. Com ou sem o apoio da CPT e dos sindicatos, começam as primeiras ocupações (SCHREINER, 2002). Em janeiro de 1984, é constituído oficialmente em nível nacional o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) na cidade de Cascavel/PR com uma coordenação estadual fixada em Curitiba.

A partir de 1986, surgiram os primeiros assentamentos, que foram conquistados através de lutas. As ocupações cresceram, mas ao mesmo tempo, cresceu a violência contra os *sem-terra* por meio da organização política dos latifundiários com a UDR³⁷, cobrando do Estado a resolução dos conflitos, em defesa dos seus próprios interesses. Ou seja, mesmo com a abertura política, a repressão e a violência impune continuaram a reinar no campo.

As trajetórias sociais daqueles trabalhadores se encontram em um objetivo comum que é a terra, historicamente lhes negada. Ressaltamos que aqueles não se constituíram em vítimas passivas e por intermédio das situações diversas enfrentadas, os levaram a múltiplas resistências vinculadas também a dimensões subjetivas.

Mais do que serem “obrigados” a lutar pela terra, foram escolhas morais a partir de valores disponíveis em um repertório cultural local, cientes das normas e obrigações sociais, re-elaboraram um senso de justiça construído no decorrer das trajetórias sociais deste campesinato, caracterizado por diferentes etapas migratórias, vivenciando situações desfavoráveis para a sua sobrevivência nesses diferentes processos de expropriação, exploração e opressão sofridos. Ou seja, instauraram-se em vários momentos, práticas de resistência individual ou coletiva.

É dentro desse contexto que se insere o nascimento do assentamento Colônia Esperança. Esse assentamento teve suas primeiras instalações em meados da década de 1980, quando o Estado anuncia a possibilidade de instalar uma colônia penal agrícola em uma fazenda³⁸ cujo proprietário vendeu para o Estado do Paraná. A comunidade de São Roque, não querendo abrigar um presídio, realizou um abaixo-assinado em favor de que essas terras fossem destinadas aos *sem-terra* que estavam acampados no município de Lindoeste, próximo às margens da BR 277 desde o ano de 1985.

³⁷ A UDR conseguiu alterar o I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) no governo Sarney, que estava sendo redigido na constituinte de 1988, esse plano inicialmente tinha a ideia de reforma agrária defendida pelo MST e pelos diversos estudiosos da questão, mas foi modificado conforme os interesses dos ruralistas e aprovado depois de doze versões através dos votos da UDR, tornando inviável a solução da questão agrária (MANÇANO FERNANDES, 1999).

³⁸ Antes eram pequenos “sítios” que foram vendidos, principalmente devido a endividamentos dos seus donos.

Nesse sentido, percebemos que o apoio dado pelos *colonos* aos *assentados*, naquele momento, tinha sua justificativa na negação da colônia penal e não na posituação da luta pela terra travada por aqueles trabalhadores rurais. Assim, naquele e em outros momentos, o preconceito e a discriminação contra os mesmos estavam presentes, o que veremos no terceiro capítulo.

Por meio de um diálogo aproximado com a história social e política do Oeste do Paraná, mostramos como aquele cenário em que *colonos* e *assentados* constroem suas identidades relacionalmente, na atualidade, não consegue ser explicado se focar somente as observações do presente. As identidades ali construídas podem ser pensadas em termos de continuidades e rupturas com um passado recente que foi marcado por conflitos, apropriações e desapropriações materiais e simbólicas, responsável pela dinâmica social e cultural, que merece ser compreendida para um entendimento das multiplicidades que compõem o mundo rural no Brasil e, especialmente, no Estado do Paraná. É sobre essa dinâmica que versa o capítulo seguinte.

1. 4 O município de Cascavel e o *locus* da pesquisa

A Região Oeste do Paraná possui uma área total de 22.840 km², equivalente a 11,74% da área total do Estado que é de 199.281,70 km², e uma população de 1.164.272 habitantes, posicionando-se entre as maiores densidades demográficas do Paraná, com 47,22 habitantes por km² (Fonte: IBGE, 2002).

O grau de urbanização da Região é de 77,02% e está em crescimento nas últimas décadas, especialmente em Foz do Iguaçu e Cascavel, crescendo em médias superiores às demais regiões. Por outro lado, aproximadamente 20% de seus municípios perdem população, em especial nas áreas rurais (AMOP, 2009). Foz do Iguaçu tem como destaque na economia a exploração do potencial turístico, que também é em menor proporção a atividade dos municípios lindeiros ao lago de Itaipu. Já o município de Cascavel se destaca principalmente na produção agropecuária e também enquanto pólo de ensino superior juntamente com a cidade vizinha de Toledo que tem como base econômica agropecuária em especialmente a suinocultura.

A cidade de Cascavel³⁹ conta com uma população estimada em 291.747 habitantes de acordo com o IBGE para 2008⁴⁰, sendo que a população rural no censo

³⁹ Ver localização do referido município no mapa no Anexo I - Mapa 01.

⁴⁰ Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2008/POP2008_DOU.pdf> acessado em 19/05/2008

2000 foi computada em 16.696 pessoas. Na década de 1960, a maior parte da população era rural com 34.961 habitantes contra 5.274 na zona urbana, na década seguinte (1970) chega a 34.961 (urbana) para 54.960 pessoas (rural). Isso denota a intensificação dos fluxos migratórios em direção à região Oeste tendo seu ápice na década de 1980 onde são contabilizadas na zona urbana 123.698 pessoas e pode refletir também o êxodo rural com a queda da população nesse meio na mesma década para 39.761 pessoas. Essa população rural diminuiu ainda mais na década de 90 para 15.224 pessoas.

No Censo de 2000 temos 228.673 habitantes urbanos e 16.696 pessoas morando na zona rural do município⁴¹ que possui uma área territorial de 2.100,105 km², possuindo seis distritos rurais, entre os quais o de São Salvador com 231,01 Km², onde se localiza o *locus* de nossa pesquisa. A soja é a principal cultura agrícola de Cascavel, na safra 2002/2003 foram produzidas 252.000 toneladas de grãos, correspondendo a 50% da produção agrícola do município⁴².

A Linha São Roque como é conhecida nas redondezas e pelos próprios moradores é uma comunidade formada por 27 famílias em sua maioria descendentes de imigrantes europeus (poloneses e italianos), com propriedades familiares que variam de 2 a 20 alqueires paulistas (5 a 48 hectares). O termo “linha” é utilizado para a denominação de diversas comunidades no Sul do Brasil. De acordo com Giralda Seyferth que estudou a colonização no Vale do Itajaí/SC, afirma-se que: “A ‘linha’ ou ‘picada’ é mais do que uma via de comunicação: ela assegurou certa regularidade na distribuição das terras e tornou-se sinônimo de comunidade rural”. Seyferth (2004 p. 122).

Já o termo *colono* é uma categoria empírica⁴³ utilizada pelos próprios agricultores no nosso *locus* de pesquisa, para designar a sua origem e condição sócio-histórica. Conforme a referida autora:

Os imigrantes e seus descendentes adotaram como definidora da sua identidade social uma categoria classificatória que lhe foi atribuída pela administração colonial: para o Estado, eram colonos todos aqueles que recebiam um lote de terras em áreas destinadas à colonização. Trata-se, portanto, de uma categoria administrativa, reflexo da política de colonização apropriada pelos imigrantes e usada até hoje como identidade básica mais geral dos agricultores de origem européia (SEYFERTH, 1992 p.80).

⁴¹ Fonte: IBGE/2004

⁴² Fonte: SEAB / DERAL N.R. Cascavel.

⁴³ Ressaltamos que ela não é a única, sendo que dependendo das circunstâncias as auto-denominações variam entre pequeno agricultor, pequeno proprietário, sitiante e somente agricultor.

O assentamento Colônia Esperança foi criado em 1987 com famílias que estavam acampadas às margens da BR 277 em Cascavel, que foram transferidas para uma fazenda de 270 hectares (112,5 alqueires paulistas) – que fazia parte da comunidade Linha São Roque⁴⁴ e havia sido recém-comprada pelo Estado do Paraná para ser destinada à construção de uma Colônia Penal Agrícola. Os objetivos do Estado despertaram a insatisfação dos *colonos* de São Roque que se organizaram por meio de abaixo-assinado e articulações políticas conseguindo outro destino para aquela área, ou seja, a instalação do assentamento Colônia Esperança que teve esse nome derivado desse próprio processo.

⁴⁴ Essa fazenda foi sendo formada no decorrer da década de 1980 em meio às crises econômicas pelas quais passava o país e que levou muitos *colonos* a venderem seus pequenos sítios de até 10 alqueires para um único fazendeiro.

CAPÍTULO 2

OS *COLONOS* DA LINHA⁴⁵ SÃO ROQUE

2.1 A produção social da diferença: as várias classificações na Linha São Roque:

Nesse capítulo, objetivamos analisar, a partir da observação participante e das entrevistas colhidas, a especificidade do que é ser *colono*, bem como as várias classificações e relações internas da comunidade, para em seguida, discutir a sua interação com os *assentados*, abordando os elementos identitários que aproximam e afastam dos mesmos.

De acordo ainda com Silva (2007), na definição de identidades e diferenças, se atribui classificações, que são centrais na vida social:

As classificações são sempre feitas a partir do ponto de vista da identidade. Isto é, as classes nas quais o mundo social é dividido não

⁴⁵ Giralda Seyferth ao comentar sobre a colonização no Vale do Itajaí/SC, afirma que: “A linha- ou picada- é mais do que uma via de comunicação: ela assegurou certa regularidade na distribuição das terras e tornou-se sinônimo de comunidade rural”. Seyferth (2004 p. 122). Para Woortmann (1994) as “picadas” ou “linhas” constituem um dos elementos da identidade do campesinato no sul do Brasil.

são simples agrupamentos simétricos. Dividir e classificar significa, neste caso também hierarquizar. Deter o privilégio de classificar significa também deter o privilégio de atribuir diferentes valores aos grupos assim classificados. (SILVA, 2007 p. 82).

Essas classificações que denotam um exercício de ordenação do mundo social, não vão estabelecer limites ou fronteiras entre os grupos de maneira que seja uma oposição fixa com limites rígidos entre os mesmos, em termos de pertença e não pertença na dicotomia que supostamente se estabeleceria entre os grupos no sentido de Barth (1998). No entanto, a diferença faz parte da própria identidade e não é fixa ou homogênea, se constituindo como um processo onde há afirmações e des-afirmações, identificação e des-identificação dependendo das circunstâncias. Sendo assim, essas identidades não são afirmadas no sentido que aponta Barth [1969] (1998), mas negociadas nas interações sociais com o “outro”, que pode ser mais próximo e familiar do que se imaginava (Gupta & Ferguson, 1992).

Na Linha São Roque atualmente existe uma subdivisão entre *colonos* “fortes” e “fracos”, que é construída com base na quantidade de terra, bem como das benfeitorias, implementos e capacidade para fazer financiamentos e de não só produzir, como também de se reproduzir socialmente, inclusive, podendo ter herdeiros vivendo da terra. A identificação de um “colono forte” é dada conforme as condições materiais de sua existência, o tamanho da sua propriedade, se conseguem colher “bem”, se as edificações da propriedade, incluindo a casa, são classificadas como “boas”, se possui carro⁴⁶, trator e implementos. O “colono fraco” seria aquele que, visivelmente, suas condições materiais não lhe permitem destacar-se na comunidade local e depende do empréstimo de maquinários daqueles que os possuem, o que nem sempre acontece no momento certo para o plantio e cuidado das plantas.

Na Linha São Roque tanto os *colonos* “fortes” como os “fracos” em maior ou menor escala plantam soja ou milho (cultura de verão), e no inverno, geralmente aveia para o gado. A pecuária leiteira é vista pelos *colonos* considerados “fracos” como atividade econômica que tem tornado viável a continuidade da reprodução dos mesmos naquele território, já que para os considerados “fortes”, a lavoura ocupa a centralidade da sua produção. Há também aqueles *colonos* que, sendo “fracos,” vendem nas feiras ou

⁴⁶ O carro é mais de que um veículo de passeio, servindo para o transporte de produtos comprados ou vendidos. Há aqueles que conseguem comprar camionetes, caso contrário o carro preferido é o Belina, fabricado pela Ford.

“seguem uma “linha”⁴⁷ de venda diretamente nas casas de clientes na cidade e conseguem comercializar produtos como: mandioca, tomate, berinjela, abóbora, batatas; animais de pequeno porte, como galinhas, porcos e ovelhas, produtos “caseiros” como queijo, manteiga e doces. Estes, apesar de terem pouca terra, possuem uma qualidade de vida melhor que a de outros *colonos* “fracos”.

Os *colonos* “fracos” estão menos preocupados com a “fachada” que os colonos “fortes”, pois em certa medida, possuem menos e temem menos perder o pouco que possuem. Contudo, podemos pensar que essa postura indicaria uma avaliação feita por estes de certo descompromisso por parte dos que, sendo “fortes”, estão menos dispostos a compartilhar com os “fracos”. De alguma forma, talvez os chamados “fracos” tenham descoberto em certos momentos que são também aqueles que mais se aproximaram dos *assentados*, tendo casos de famílias que construíram, inclusive, alianças de parentesco e compadrio.

Alguns *colonos* “fracos” com pouca terra, mesmo antes tendo desdenhado do assentamento, como nos informou a assentada E.H, acabaram por comprar o direito de dois lotes de terceiros e passaram a fazer parte do assentamento, pois apesar de não participarem do processo de acampamento, foram reconhecidos posteriormente como titulares dos lotes pelo IAP e INCRA⁴⁸. Outra situação que ajudou a chegar nas condições que legitimam para os “fortes” a sua classificação de “fracos”, foi, para pagamento de dívidas, terem que vender parte de suas terras ao fazendeiro que detinha a propriedade anterior ao assentamento Colônia Esperança, tendo as mesmas, posteriormente, sido ocupadas pelos *sem-terra* quando compradas pelo Estado.

Assim, para distinguirem outros *colonos* entre “forte” e “fraco”, o tipo de produção, a relação e uso da terra, relação de residência e as condições materiais de existência são critérios que balizam tais classificações naquele lugar.

Para além da classificação entre “fortes” e “fracos”, o que caracteriza o *colono* é a autonomia para produzir e trabalhar, mesmo se percebendo que esta é relativa, no sentido de haver certa liberdade de escolha, de fazer seu próprio horário, e de como se quer trabalhar, ao passo, que está subordinada ao tempo da natureza, ou seja, às atividades que necessitam ser feitas todos os dias, como tratar os animais. Ou plantar após uma chuva, ou realizar a colheita antes da mesma, etc.

⁴⁷ Aqui “linha” tem o sentido de estabelecer uma relação de venda nas casas na cidade, onde de acordo com os *colonos* se percorre ali uma linha, em que se encontram seus fregueses de longa data.

⁴⁸ As compras dos direitos dos lotes serão melhores discutidas no terceiro capítulo.

A crença nesta autonomia do trabalho, mesmo que indicando uma ilusória sensação de liberdade, serve de referencial para justificar a importância da propriedade da terra (SANTOS, 1978). Esta autonomia é valorizada, mesmo tendo consciência que não é totalmente plena, mas regulada pelo ritmo da natureza, sendo o trabalho sentido enquanto uma obrigação que não se pode deixar para o outro dia é o que esclarece esse agricultor:

Aqui é mais sossegado, só que a gente não é peão, mas a mesma coisa, que tem que fazer né... O cara fala: o cara no sítio se governa, não é assim... tem um negócio que tem que fazer, tem que fazer, não pode esperar. Vamo dizê ó tem uma uréia lá na roça, se dé uma chuva não podêmo esperá pra amanhã pra passá. Tem obrigação, mas é melhor do que ter patrão mandando, acho que a gente se governa, faz o que qué, mas trabalhá tem que trabalhá, hoje ninguém vive sem trabaíá, só esses ricão mesmo (G.O. brasileiro, 60 anos).

Dependendo do tipo de trabalho, há limites que são impostos aos agricultores que têm a sua autonomia limitada pelo cumprimento de certos compromissos que estão para além da sua “propriedade”, isto fica mais claro para quem trabalha com horta e realiza entregas dos seus produtos em datas e horas pré-fixadas aos seus clientes. Além disso, há certo controle exercido pela comunidade local, os vizinhos e parentes que visitam a “propriedade” e “reparam” tanto na entrada no seu sítio se o mesmo é caprichoso, tanto pelo “cuidado” com os animais, se estes não estão magros ou doentes. Pois, deixar uma “criação” morrer por descuido envergonha o *colono* que pode ser classificado como “relaxado”. Mesmo assim, essa autonomia relativa é o principal elemento classificador do *colono*, servindo para diferenciar de outra categoria julgada inferior: a de *peão*.

Aqueles que são conhecidos por não terem autonomia de trabalho, ao trabalhar para os “outros” são chamados de *peão*. Uma expressão destinada àqueles que não trabalham para si mesmos, por não terem acesso à terra, nem estabilidade e residência fixa, “ficam rodando como um peão de brinquedo” não possuindo estabilidade no emprego.

Ao entrevistar um *peão* o mesmo afirmou que um filho de *colono* que trabalhava como empregado em um aviário vizinho à propriedade do seu pai, quase brigou com outro colono quando o mesmo o denominou de *peão* no bar da comunidade, tendo ele retrucado afirmando que era “funcionário” e não *peão*. Ao arrumar um termo substituto para peão, tentou positivar o papel social de “trabalhar para os outros”, com um termo menos indigno para as pessoas daquele lugar.

Tal expressão engloba as outras, o diarista é o “*peão por dia*”. É comum a expressão “vou pegar *peão por dia*” para realizar determinado trabalho, este não mora na propriedade do *colono*. O “camarada” tem uma relação que vai para além de um dia, e o pagamento pode ser ao final de um trabalho, “*empreita*”, mas também pode ser calculada por dias trabalhados, em que se paga de R\$ 20 a 35 por dia de trabalho (8 horas). Diferente do “diarista”, ele mora em um lugar improvisado na propriedade, (paiol, barraca) ou na própria casa do *colono* que lhes fornece alimentação e pouso enquanto necessitar do seu trabalho.

O “empregado” é equivalente ao *peão*, porém, tem uma relação contratual com o empregador, recebendo seu salário mensalmente e geralmente morando em casa com sua família na propriedade do patrão. Esse seria o caso das fazendas e de algumas chácaras de lazer, podendo ou não ser respeitadas as legislações trabalhistas.

No caso dos que somente “cuidam” de chácaras, há um acordo verbal para o mesmo morar sem ganhar salário, podendo trabalhar nas propriedades das redondezas. Devido ao medo dos “donos” de serem levados à justiça para pagarem direitos trabalhistas, há a preferência por contratos em que se paga salário e exige-se do empregado exclusividade não só para morar, mas para trabalhar em tais chácaras que não se resumem ao lazer, fornecendo produtos e “ganhos” para seus proprietários..

Essas classificações não são estanques, um mesmo *colono* pode ser em alguns dias o *peão* de outro *colono* ou de um *fazendeiro*, o mesmo pode acontecer com o *assentado*. O “arrendatário” faz par com todas as outras classificações, menos com a de *fazendeiro*.

Os *peões*⁴⁹ que cuidam das chácaras, não se vêem enquanto *sem-terra*, mas enquanto empregados, sendo que alguns *peões* da região estabelecem relações de amizade com os *assentados*, mas não são muitos que assim o fazem, uma vez que ser amigo de *sem-terra* pode vir a ser confundido com os mesmos.

Ao pedir para rascunhar um mapa da comunidade para um dos *colonos*, notei que o mesmo desconsiderava, ou mesmo esquecia, geralmente aquelas chácaras cuidadas por *peões*, pois em sua concepção estes não faziam parte da comunidade, por não participarem. Era comum ouvir do mesmo, esse aí “não conta”, “não participa de nada” é “isolado”. Os *peões* eram desconsiderados não só em seu mapa, mas nas

⁴⁹ De acordo com um *colono*, os “*peões*” são os que não tem a posse de terra, e trabalham para os outros, não tendo paradeiro fixo, são como “um *peão* de brinquedo que roda”, sem a estabilidade e fixidez proporcionada pela propriedade jurídica da terra, mesmo que pequena.

relações sociais entre *colonos* e *peões*, já que estes últimos não teriam o mesmo compromisso para com a comunidade do que os *colonos* que são “donos” e dificilmente mudarão do lugar. A confecção de tal mapa revelou as representações acerca não só do seu próprio grupo, como deixou claro para além dos discursos, ou das fachadas, que na prática transparecem-se os limites produzidos no interior da comunidade, em que ao localizar o lugar do “outro”, ou mesmo torná-lo invisível, indica quem deve ser e estar visível naquele lugar.

Já ao fazer as mesmas perguntas para a esposa de um *peão*, esta se incluiu como pertencente à comunidade três casas de *assentados*, em que as moças participam das missas da Linha São Roque. Percebi de alguma forma quem é *peão*, por não deter a posse da terra, não são valorizados socialmente, aproximando-se dos *sem-terra / assentados*. Sonham em possuir uma terra um dia, mesmo não sabendo ao certo como, pois “trabalhando para os outros”, garantem somente o “sustento” da família.

Enquanto os *peões* são vistos pelos *colonos* como “trabalhadores”, como uns “coitados” que não se mandam, e “não têm onde cair morto”, já os *sem-terra*, engajados na luta pela terra são vistos no geral como “vagabundos”, “baderneiros” e “sujos”, ao desafiarem e “invadirem” propriedades privadas alheias. Tais marcas não desaparecem completamente quando assumem a posse da terra na condição de assentado. A (des) classificação de “vagabundo”, pode ser vista enquanto uma construção social, que se opõe a um tipo ideal de trabalhador, daquele que é disciplinado, não faz “corpo mole”, não reclama e não reivindica direitos.

Os *assentados*, (também denominados de *sem-terra*), é outra categoria que se opõe ao *colono*. Para os *colonos*, os assentados estão em posição inferior a eles pelos seguintes motivos: 1. Não detém o título cartorial da propriedade; 2. Não são tão trabalhadores como eles; 3. Não valorizam a terra, por isso vendem os lotes.

Além dos *peões*, a comunidade vizinha ao assentamento Colônia Esperança não é nominada no mapa, mas sim a sede do distrito de São Salvador, não considerando, portanto, a comunidade do assentamento que inclusive faz divisa com a sua própria terra. Ao pedir para outros *colonos* indicarem quais eram os “limites geográficos” da comunidade, os mesmos não comentavam do assentamento, não porque o consideravam como parte da Linha São Roque, como foi no passado (até 1986), mas pelo contrário, por ignorarem a presença do mesmo ali até serem interpelados sobre o mesmo de forma mais enfática.

Bóia-fria é outra categoria trazida pelos *colonos* para a classificação dos “outros”. O mesmo, geralmente, é recrutado na cidade por meio de um intermediário responsável pela contratação e transporte, sendo a alimentação por conta dos próprios trabalhadores, desta forma, o dono da terra ficaria “isento” do pagamento de obrigações trabalhistas. Este tipo de trabalho, que era comum até a década de 1980, foi substituído pela mecanização e uso de herbicidas no controle das ervas daninhas, podendo ainda ser encontrado na colheita manual do feijão.

Outra classificação feita pelos *colonos* remete à distinção entre “pequenos” produtores e os “os grandes” produtores quando se referem geralmente à cooperativa ou à política agrícola praticada pelos governos. Os “grandes produtores” são aqueles que detêm grandes extensões de terra, possuindo condições para produzir sem precisar financiar no banco, não trabalhando diretamente com a terra e residindo na cidade, onde possuem outros negócios.

As cooperativas⁵⁰, fundadas a partir da década de 1970, são responsáveis por disseminar o termo “pequeno produtor” que surge em substituição à noção de camponês, durante o desenvolvimentismo da ditadura militar com o intuito político de desmobilizar os diversos grupos sociais organizados entre as populações rurais brasileiras, entre eles as Ligas Camponesas.

A pequena produção, por um lado, não foi chamada a participar do novo modelo produtivista que se iniciou com o que se convencionou chamar de “modernização conservadora”. Por outro, somente se distinguia da grande empresa rural pela produção em menor escala, dando a impressão de igualdade entre essas duas categorias:

Os camponeses passam a fazer parte da cena histórica oficial, não mais pela identidade quase mítica (pela grande força unificadora e de gestação que pressupunha) expressa pelo conceito de camponês, mas agora como produtores de baixa renda ou pequena produção. Dessa forma, a diferença era apenas de tamanho. Todos eram produtores (MORAES, 1998: 125).

⁵⁰ A cooperativa local, segundo os *colonos* só estaria a serviço “dos grandes”, explorando os “pequenos” que possuem pouquíssimas vantagens ao se tornarem associados atualmente. Os *colonos* recordam que no início a cooperativa fazia jus ao nome, era caracterizada pela cooperação, isso se deu, enquanto eram mais “os pequenos” que a compunham. A partir da década de 1980 a mesma foi crescendo e entrando como associados “os grandes produtores”. Estes passaram a dominar politicamente a mesma, funcionando por uma lógica de empresa em que o agricultor é visto como um fornecedor/cliente e não enquanto um cooperado, pagando muitas vezes valores mais altos pelos insumos e outros produtos agropecuários do que em outras casas do ramo agropecuário.

Esvaziou-se o debate político sobre a questão agrária no Brasil nesse contexto, articulado com a repressão dos governos militares, resultando num esfriamento da luta dos movimentos sociais do campo, que só retornariam com força, a partir da década de 1980, sob identidades forjadas em torno de demandas específicas⁵¹.

Outra categoria ainda encontrada ali são os *arrendatários*. Estes estão acima do *peão* na avaliação dos proprietários, porque o primeiro possui maior liberdade e autonomia para trabalhar e produzir:

Eu já fui arrendatário e tem mais poder que peão, tem mais autonomia, é que nem o agricultor, ele também se manda, é dono de si mesmo e faz do seu jeito sem patrão pra ficar mandando. A única coisa é que não fica com tudo o que produz e quando o dono quer a terra tem que devolvê (Colono Z.S. 51 anos).

O “homem da cidade”⁵² é a expressão usada pelos *colonos* para denominar aqueles donos de fazendas ou de chácaras que não moram no lugar, ou ainda a expressão equivalente “dono”, indicando que está ausente a relação de trabalho, moradia e vivência na terra, para a qual, contratam-se formal ou informalmente os *peões, camaradas e diaristas*.

De forma resumida, o quadro de classificações, a seguir, permite visualizar os principais identificadores sociais, construídos pelos *colonos* para cada uma das categorias de atores que compõem aquele cenário na atualidade.

⁵¹ Categorias sociais como *pequenos produtores, assentados, sem-terra, atingidos por barragens* que constroem identidades (mais fragmentadas) em torno de reivindicações específicas, como novos personagens coletivos que entraram em cena com os novos movimentos sociais gerenciados a partir do declínio da ditadura militar.

⁵² Esta expressão para os que são donos de chácaras ou fazendas que moram na cidade, são “de fora” e a terra tem para eles o significado de lazer, ou a produção é vista como uma atividade lucrativa, um negócio. O “homem da cidade” pode ser também o atravessador, especulador ou aquele que vive de “passar os outros para atrás”. Classificações semelhantes foram notadas por Brandão (1995 p. 108) na região do Alto Paraíba, observando que: “Distantes porque “não são daqui” e “não vivem aqui”, são ainda mais distantes porque provém de esferas de poder, de riqueza e de *ethos* que transitam entre estranhos e hostis aos seus equivalentes locais”.

Relação com a terra: posse, uso e trabalho	Classificações locais	Outras classificações e qualificadores	Relação de residência	Status na hierarquia local
Proprietário Rural que não trabalha na terra. Detêm título de propriedade.	Fazendeiro	Dono, patrão, grande produtor, “Homem da cidade”	Mora na cidade (ausente)	Acima do colono “forte”.
Proprietário rural, trabalha na própria terra. Detêm título de propriedade.	Colono	Pequeno produtor; pequeno agricultor; sitiante.	Mora no próprio sítio ou colônia.	Divide-se em colonos “fortes” e “fracos”. Autonomia relativa.
Titular do lote no Assentamento. Não detêm título de propriedade.	Assentado	Sem-terra	Mora no próprio lote (há também parcelários).	Abaixo dos colonos. Autonomia relativa.
Usuário da terra	Arrendatário		Mora fora da terra (ausente)	Abaixo do assentado ⁵³ .
Trabalhador Rural	Peão	Diarista; Camarada; Empregado; Bóia-fria	Pode ou não morar na terra em que trabalha.	Esta abaixo dos demais, por não possuir nem a terra, nem autonomia para trabalhar e produzir.

QUADRO 1 – Classificações sociais na Linha São Roque

2.2 Descrição e usos sociais do espaço na Linha São Roque

Uma via de compreensão de uma comunidade pode ser a forma como ocupam, usam e simbolizam o espaço. As formas de ocupação e usos são importantes visibilizadores do lugar social dos atores que o constituem e as simbologias, definem a identidade do grupo, seja a comunidade como um todo ou as famílias que a compõem. (PAULO, 2001)

A re-ocupação do espaço através da distribuição dos lotes coloniais em torno da Linha São Roque se deu de maneira dispersa, não havendo o privilégio da criação de um núcleo, modo mais característico da ocupação espacial no período colonial, quando pensamos na região Nordeste e Sudeste, por exemplo, ou seja, não há um lugar onde se possa caracterizar como vilarejo e não existem casas muito próximas uma das outras,

⁵³ O arrendatário além de não ficar integralmente com o que produziu, no mínimo 30 % da produção é destinada para pagamento do arrendo, ficando a mercê da vontade do proprietário da terra que pode ou não renovar o arrendamento para a safra seguinte.

como se pode notar em outras realidades rurais. Os lotes ficavam, geralmente, às margens das “picadas” ou “linhas”, onde hoje são estradas com os respectivos sítios contornando-as. Cada colono construía sua casa em seu lote, sendo assim, a distância entre uma casa e outra poderia variar de 400 a até 1000 metros, dependendo do tamanho da “propriedade”⁵⁴. Isso explica a necessidade de construção de espaços de sociabilidade comuns, ou o que poderemos chamar de espaços públicos, em contraposição aos espaços privados das “propriedades”. Esses espaços comuns incluem a igreja, salão de festas e bailes, cancha de bocha⁵⁵ e campo de futebol, são espaços lúdicos e de lazer onde se encontram parentes e vizinhos tanto para práticas religiosas, como para conversar sobre o trabalho, sobre os parentes e filhos ou simplesmente, ficar sabendo de notícias de conhecidos em comum. É ali onde se pode tratar também a “ajuda” ou troca de algum serviço ou produto, ou ainda, a venda de algum animal etc. Tais espaços, foram percorridos por mim na pesquisa de campo, mesmo não me sendo estranhos, uma vez que são iguais aos mesmos espaços de sociabilidade que vivenciei na minha infância e parte da juventude.



Figura 1 – Igreja da Linha São Roque.

⁵⁴ Propriedade é uma denominação utilizada pelos *colonos*, para se referirem ao total de terras juntamente com a casa e adjacências (jardim, horta, potreiro, lavoura, etc.).

⁵⁵ Espaço onde se joga a bocha. Espécie de quadra de areia medindo em torno de 15/3 metros. O jogo de bocha é praticado no Sul do país geralmente por descendentes de italianos. Consiste em aproximar as bolas maiores do “bolinho”- bola pequena que fica na extremidade oposta aos jogadores. Os pontos são feitos por quem se aproximar mais do bolinho ou “bochar” (afastar) as bolas da equipe adversária.

No processo de constituição do espaço, no qual se vai distinguindo e valorando, num exercício de oposição, podemos dizer que a igreja seria o espaço do sagrado, enquanto que a “bodega”, o espaço mais profano, como podemos depreender das observações ouvidas por mim, durante o exercício de pesquisa. Para aqueles que “só querem beber”, a “bodega” é aberta no sábado e domingo à tarde, sendo que a missa acontece aos domingos pela manhã, o que segundo um agricultor implica em dizer que: “quem vai no bar quase não vai na missa”.

Nas missas, as mulheres sentam-se do lado esquerdo da igreja e os homens do lado direito, as conversas, após a cerimônia seguem em geral, essa mesma divisão de gênero, que podem ser notadas também em certas atividades somente reservadas aos homens, como jogar baralho e frequentar a “bodega”.

A possibilidade de se efetivar a participação nestes espaços está condicionada à classificação social dos mesmos, pois os *peões* têm participação muito menor, por não ter autorização dos patrões ao deixarem as propriedades sob seus cuidados, devido à insegurança (furtos) ou porque é justamente nos fins de semana que o controle patronal aumenta, com a presença dos proprietários.

A estrada é o espaço público onde circulam as pessoas e os veículos e que leva a outros espaços comuns da “comunidade” (igreja, bodega, salão de festas) ou para outras comunidades e para a zona urbana. Ao percorrê-las, avistamos a paisagem predominantemente agrícola, com algumas áreas de vegetação nativa (pinheiro, peroba, angico, maricá, pitanga, gabioba, etc.) ou com pastagens. Tanto as estradas como os rios servem de divisas entre as “propriedades”, sendo que nas margens dos rios observamos pouca mata ciliar, apesar da legislação ambiental exigir até 30 metros de plantas nativas nesse espaço, o que diminuirá muito o tamanho de lotes de alguns *colonos*, que por isso reclamam de tal lei.

Quando se quer falar algo rápido com algum vizinho que viu passar na estrada, aguarda o seu retorno e faz sinal para o mesmo parar ou convida-o para tomar um chimarrão se o mesmo não tiver “apurado⁵⁶”. A forma de organização dos espaços comuns e públicos são centrais no tipo de colonização que se processou no Sul do Brasil, não sendo diferente no Oeste do Paraná, onde também a dispersão das moradias nos lotes coloniais eram compensados por espaços de sociabilidade construídos por

⁵⁶ Estar “apurado” é o mesmo que estar com pressa devido ao trabalho.

meio de relações de parentesco e vizinhança, em torno das práticas religiosas e do lazer.

O lazer também é vivenciado no salão comunitário, onde são promovidos bailes e festas, espaço onde a mulher se sente mais à vontade para participar, pois a “bodega” é um espaço mais masculino, para aqueles homens que “gostam de beber”.

A terra é pensada como um bem exclusivo, por isso mesmo nominado de uma ‘propriedade’ podendo o seu espaço pode se dividir entre aquele destinado à produção e aquele destinado à moradia. A maioria das casas dos *colonos* que é de madeira foi construída ainda quando a madeira estava a baixo custo, pois era retirada das próprias propriedades com o desmatamento da mata nativa, na época da abertura das “picadas”. M. Z. que chegou ali ainda criança com seus pais na década de 1950 referiu-se à sua casa como “rancho”, sendo este, o terceiro rancho que construiu e afirmou que já “tá na hora de “fazê otro”. As dificuldades em se fazer uma casa de madeira nos dias de hoje são maiores, pois o *colono* esbarra na burocracia para liberação por parte dos órgãos ambientais para derrubada das poucas árvores nativas que ainda restam em sua terra. O desmatamento desmedido em décadas anteriores, fez com que hoje a madeira seja escassa e cara naquela região. Para os *colonos* “fracos”, que não têm recursos suficientes para construir uma casa nova, resta a opção de reformá-la de tempos em tempos.

Os *colonos*, tidos como “fortes”, substituíram a casa de madeira, pela “casa de material”, como remetem à casa de alvenaria, construindo-as até seu acabamento final, acompanhando-se claramente a tendência do padrão das casas construídas na cidade.

Em geral, todas as casas hoje em dia possuem banheiro com vaso sanitário, pia, armarinho com espelho e chuveiro elétrico. Isso permite afirmar que houve um avanço no conforto e, com relação à questão de higiene e cuidado do corpo, já que antigamente, possuíam a “privada” ou “casinha”, que se localizava fora de casa. Já o banho rápido, no inverno, era tomado no espaço da cozinha em uma bacia com água esquentada no fogo, desestimulando o banho todos os dias.

Na frente da casa, podemos encontrar o jardim com algumas flores que nem sempre são bem cuidadas, notando-se que o plantio em vasos acaba substituindo o jardim. As flores naqueles casos eram plantadas rentes à parede da mureta da varanda. Esse é um espaço feminino através do qual se denota o “capricho” e o cuidado das mulheres em embelezar por meio de plantas e flores a entrada da casa.

Circundando a casa, tem-se o terreiro onde se avistam-se as galinhas ciscando e os cachorros que podem estar soltos ou presos, separados do jardim por uma cerca com tela. É o terreiro que liga a casa à estrebaria, ao galinheiro e ao chiqueiro, sendo que estes ficam muito próximos uns dos outros e ficam geralmente atrás e distantes uns 30 metros da casa. Há ainda nesse conjunto o paiol, que serve para guardar ferramentas, adubo, sementes, enfim, insumos para o trabalho no campo e ainda pode, em alguns casos, se localizar o resfriador de leite, que contém os galões que são levados de dois em dois dias pelo “leiteiro” que vem buscar no caminhão. A limpeza do terreiro pode ser feita tanto pelo homem como pela mulher, sendo que a casa e o jardim são os espaços onde se concentram os afazeres domésticos femininos, no terreiro se conjugam o feminino e o masculino, talvez indicando um espaço de transição entre o puro doméstico, próprio ao mundo feminino e a lavoura, espaço próprio ao mundo masculino. Sendo mais comum manter o terreiro limpo, quando sabe-se que chegarão visitas, o que acontece mais no fim do ano, em que não se quer “passar vergonha”, diante de parentes distantes, ou mesmo perante filhos, filhas com seus respectivos pares e netos.

A horta é um espaço de predominância feminina, quem decide o que deve ser plantado, em que momento, e a quantidade, é a mulher, sendo que, complementarmente o trabalho mais pesado de preparação dos canteiros geralmente é feito pelo homem.

Próximos da casa ficam: a estrebaria, galinheiro e chiqueiro. Avista-se também o paiol onde se guardam as ferramentas, trato para o gado, sementes, etc.

Na maioria das casas dos *colonos*, o “potreiro”⁵⁷ fica próximo de um dos lados do terreiro, dividido por cercas de arame farpado de 5 fios, podendo ser ampliado em certas épocas de pouco pasto, como por exemplo, no inverno onde se planta a aveia como pastagem para o gado; neste caso se faz os “piquetes” com cerca elétrica de um fio. O “potreiro” geralmente chega até a margem do rio onde o gado bebe água, há em alguns sítios pequenos açudes para tanto.

Todo colono que “se preza” tem um pomar produzindo variedades de frutas para o auto-consumo em diferentes épocas do ano. Este localiza-se geralmente nas proximidades da casa, com árvores frutíferas, tais como: macieira, figueira, pessegueiro, laranjeira, limoeiro, ameixeira, pereira, parreiral de uva, etc. O pômbar significa o desejo de continuidade naquela terra, bem como o “capricho” com a mesma, sendo possível

⁵⁷ “Potreiro” é o espaço coberto por pastagem para o gado.

marcar o tempo pelos pés de frutas que se plantou, quando floresceram e os anos que deram ou não frutos. As frutas geralmente são para o auto-consumo, no entanto, alguns proprietários, devido às geadas são obrigados a comprar banana, manga e maracujá.

A família de L.M. viveu durante muito tempo com a produção de pêra que era fornecida em grande quantidade para a fábrica de doces. A falência da mesma acabou por fazer com que a família destruísse as mais de duzentas pereiras que haviam em sua propriedade, pois não tinham mais um destino para a produção e a terra passou a ser empregada em outros cultivos.

Deixa-se como pastagem para o gado, “potreiro” permanente, aquelas áreas em que há muita pedra, áreas semi-alagadas – “banhados”, terrenos muito acidentados, não mecanizáveis, mas que são acessíveis para o gado. Além do “potreiro” há também o “potreirinho”, trata-se de um cercado para os animais com dimensões que variam entre dez e trinta metros quadrados, onde se recolhem os animais, atraindo-os com espigas de milho, ou simplesmente tocando-os no fim da tarde. Recolher os animais durante a noite permite o cuidado com qualquer movimento extraordinário, que vai desde a “cria” de uma vaca até uma eventual tentativa de roubo, por isso, o “potreirinho” fica próximo da estrebaria e não muito longe da casa.

A lavoura ou roça ocupa a maior parte da extensão do lote colonial, onde antigamente plantava-se feijão, mandioca, batata-doce. Historicamente tal policultura foi substituída pelo algodão e, posteriormente, pelas monoculturas do milho e da soja. No caso daqueles que têm gado leiteiro plantam ao menos um alqueire de milho forrageiro para fazer silagem e alimentar o gado durante quase todo o ano.

2.3 Terra, trabalho, família e vida no campo

A desconfiança com os “estranhos” está no fato de que o que é de “fora”, aquele que não se tem “conhecimento”, pode ser um “bandido” em potencial, pode ser um “vagabundo” no dizer dos *colonos*, que pode se apropriar de pertences sem ser por meio do trabalho. Esta ética de trabalho em que é certo possuir bens somente pelo trabalho orienta, inclusive, como aqueles pequenos proprietários irão se relacionar com o desconhecido, levantando dúvidas se o mesmo compartilha dessa mesma ética. É a partir de experiências vivenciadas, de acontecimentos que aconteceram na região, nas proximidades ou em algum momento da história da comunidade, que são re-interpretados no universo simbólico daqueles *colonos*.

Tratamento do mesmo tipo foi registrado por Brandão (1995) em que o autor nota que tanto “os de fora”, o “solitário” são excluídos do “ideal de ser” daqueles camponeses que estariam em dois tipos polares de pessoas, que seriam o de:

(...) esposo-pai, chefe honrado de família, sitiante e trabalhador autônomo em sua própria terra (...) esta pessoa padrão distingue-se, em direção à natureza, do sertanejo “bronco”, posseiro não-proprietário pobre, quase indigente. Ela se separa, em direção à cidade, do “dono de sítio” ou do “fazendeirão”, ricos urbanos “de fora”, interessados em lazer ou “negócio” em terras idealmente pensadas como destinadas ao trabalho e à geração camponesa de seus frutos. Homens separados do trabalho que a uma vez qualifica a excelência ética do ethos do camponês e o mantém “pobre”, “remediado” no melhor dos casos. Homens “de fora”, senhores do “negócio”, ou sujeitos do “emprego”. (BRANDÃO, 1995 p. 115)

Estes tipos de pessoas se contrapõem ao padrão ideal de pessoa do lugar, que no nosso caso, seria o *colono*, casado, pai de família, “forte” (no sentido já discutido), “trabalhador produtivo” com autonomia relativa na terra de que é proprietário, aquele que não “esbanja”, sabendo poupar e fazendo a terra produzir. O seu contraponto seria o “sozinho”, forasteiro, aventureiro, “vagabundo”, “fraco” “sem a terra”, “improdutivo” “festeiro” e “baderneiro” de um lado, e do outro, seria o “grande produtor” ou o fazendeiro, sendo dono e patrão não trabalha e nem mora na terra, mas na cidade.

Mencionando sobre a educação dos filhos, o colono A.M. compara com a educação que, na concepção deles, os *sem-terra / assentado* dão aos seus filhos, nos deixando mais claro esse padrão de pessoa ideal:

O modo de viver né, o modo de viver, o modo de respeitar são diferentes, os meus filhos, não é por que é meus filhos não sinceramente, se ele fosse baderneiro já te falava pra você, olha eu não consegui manter meus filhos do jeito que eu fui criado. Ou do jeito que eu queria, meus filhos sabem entrar e sabem sair, sabem conversar né, e essa gente aí não, essa gente é diferente, essa gente é diferente, não se comporta, esse B. mesmo, esse B. tem filho que é ladrão, não sei se é um ou é dois que é ladrão, então por aí você vê, tem umas filhas também que é, tem uns três quatro marido, é uma baderna desgraçada, e a V., essa V. aí tem uns filhos, olha sinceramente, os meninos cem por cento, menino educado, cem por cento, você vai, eu nunca fui, já passei em frente a casa, mas nunca fui na casa, mas você vê que eles tem uma casa boa, eles tem uma, vamos dizer um nível de vida mais ou menos. (Colono A.M. 66 anos)

A ambiguidade da fala que começa reprovando o comportamento de alguns *assentados*, (relacionado ao furto de um carro) depois, acaba por reconhecer que uma das *assentadas* consegue chegar mais próximo do padrão ideal preconizado e não

alcançado com tanto êxito mesmo pelo próprio colono (“fraco”). Fica claro que há uma distância entre a prática e o “dever ser” que nem todos conseguem percorrer, independente do modo que acessaram a terra.

Notamos que naquela comunidade a insegurança com relação aos que ali chegam aumentou devido a fatos que fazem com que os pertencentes à mesma tenham impressão que a realidade por eles vivenciada está cada vez mais próxima da cidade que seria o lugar onde está o “malandro”, “drogados”, e pessoas que não seriam de “bem”. Nesse sentido, a vida no campo ainda seria mais tranquila em termos de segurança, sendo preciso “estar atento”, vigiar e procurar saber quem circula pelas estradas, devido ao medo de poder ser tomado de assalto.

2.3.1 “Terra não morre, e você não come”

Um dos principais elementos constitutivos da identidade do *colono* é o tipo de posse da terra, que lhe diferencia tanto dos *peões*, quanto dos *fazendeiros* e também dos *assentados*. Como indica a fala do *colono* no subtítulo acima, a terra, não é vista por eles como uma simples mercadoria a ser consumida, nem como objeto de especulação ou para praticar o lazer, mas tem o significado por um lado, de uma certa liberdade, pela possibilidade de mandar na sua “propriedade” e por outro, de produção, já que ela só ganha sentido por meio do trabalho dos seus moradores. Se a “terra não morre e você não come”, se imagina que a mesma é um bem ilimitado que se complementa na relação com o trabalho e a família, como fizeram os antepassados da geração anterior, quando ali chegaram.

Significa assim, que a terra é um patrimônio familiar, um capital simbólico inseparável da identidade do *colono*, portanto, não deve cair em mãos estranhas, perdendo a função de reprodução social da família que nela trabalha:

Evitar que a terra venha cair nas mãos de uma família estranha é um dever; e aliás não sendo nunca a terra realmente considerada como um capital, admite-se implicitamente que o produto dela venha a ser arrecadado em favor daquele que trabalha (BOURDIEU, 1979 p.40).

O valor simbólico da terra vai muito além do valor econômico, sendo que o trabalho durante um tempo na cidade pode servir de estratégia para compra da parte da terra que não se herdou e que teve de ser vendida para pagamento de dívidas. Deste

modo, o retorno à terra após mais de duas décadas se tornou uma alternativa de sobrevivência, comprando a mesma que fora vendida para alguém “de fora”, mantendo os laços com os parentes vizinhos:

Nós compramos três alqueires, depois que o pai faleceu nós ganhamos a parte pra lá, que pra cá foi comprado né. A herança veio depois, Nós tava na cidade, acho que em noventa, e seis, noventa e oito. Aqui onde é a casa, não é herança, aqui nós compramos. Era do meu pai, o pai que vendeu pro meu tio né, e meu tio vendeu pro homem lá da cidade, aí nós compramos do homem lá da cidade.

Ai nós compramos essa parte de três alqueires aqui da casa, nós compramos já era do finado sogro, ai vendeu pro irmão dele, o irmão dela, da sogra, daí ele morreu e ficou com os filhos, e os filhos venderam pro homem lá da cidade, e ai nós compramos desse cara que eles venderam. (Casal de colonos R.M. 51 anos e A.M. 56 anos).

Na medida em que não se tem recursos para evitar a venda, esta é compreensível naquele universo, caso contrário é considerado traição, pois o “estranho” nunca é bem vindo (WOORTMANN, 1995). A venda pelos familiares do casal acima para o “outro” que no caso é um estranho “homem lá da cidade”, exige que os mesmos, para continuarem morando próximos aos parentes, tornassem a comprar a parte que lhes cabiam. Somando a parte que já tinham da herança de R.M. com a parte comprada ainda quando A.M. trabalhava na cidade, proporcionou voltarem à comunidade com o *status* de *colonos* “fortes”, ao possuírem 25 hectares, trator e caminhonete etc.

Tal *status* é mantido à custa de muito trabalho de ambos que não contam com o trabalho familiar dos filhos. A divisão social do trabalho sem os filhos fica somente entre o casal, sobrecarregando dona R.M que reclama:

Ah! Eu que trato. Eu que trato, tiro o leite, trato os porcos, trato das galinhas, tudo eu que trato. Tem vês que ele sai, eu que toco as vacas ai e faço tudo sozinha (Colona R.M. 51 anos).

Para o *colono* A.M. que teria já um *ethos* do trabalho, o qual levou para a cidade, e ainda assim trabalhava nos finais de semana no sítio comprado em 1998, acostumando-se com o trabalho pesado da agricultura. Já a *colona* R.M sentiu mais o impacto, apesar de ter vivido até os seus 25 anos na “roça”, sente saudade da “vida boa” da cidade.

2.3.2 Héxis corporal

As inscrições de um *habitus* específico notável no corpo do homem do campo que se diferencia daqueles que não trabalham com a terra, expressa também uma identidade envergonhada, ainda que hoje, menos que nos tempos de “antigamente”. Na cidade, o ser *colono* é identificado por sua *héxis* corporal de longe, no jeito de se vestir, no sotaque, no jeito de andar e na pele queimada do sol:

Antigamente nós era piizada e tinha vergonha de falar com a gente da cidade. Hoje a coloniada ta esperta, não só a pizaiada, hoje o povo ta esperto. (...) Já dá pra conhece um colono de longe, na cidade (risos) queimado do sol né, só no caminhar, no jeito de andar, a roupa (...) dá pra diferenciar muito ainda hoje, a própria pele mais queimada, aquela coisa mais sofrida né... (Colonos I F. 55 anos).

A vergonha manifestada pela consciência de que se é percebido enquanto diferente, em um espaço que não se sente à vontade. Mesmo para aqueles que vendem seus produtos da horticultura, sentem-se inibidos de fumar o cigarro de palha, reservando-o para fumar “em casa” e o cigarro de filtro para fumar na cidade em frente aos seus clientes.

Seus corpos dizem muito sobre as trajetórias sociais que traçaram, e as posições sociais que ocupam, há diferenças claras ao olharmos para o rosto e pele das mulheres, menos queimadas pelo sol, o que também indica a divisão social do trabalho, ficando a cargo dos homens o trabalho mais frequente na “roça” de sol a sol, e as atividades mais pesadas. Isso não desautoriza os mesmos de tomarem cuidado com a saúde do corpo na atualidade levando em conta o saber médico:

Não tem jeito, sol na roça não agüento, agora tá esse problema de câncer de pele direto. (...) Quando eu fui fazer uns exames com o médico, uma consulta com o médico, ele falou, e rapaz a lavoura você tem que levantar cedo, se você tiver enxergando, até dez, dez e meia, o sol dez e meia onze horas faz bem, das dez as seis o sol mata, usa camisa manga comprida, chapéu grande, não abusar, o sol ta matando o povo. E outra coisa ele falou, você não abuse do café, ele falou, o café tem cafeína, se você que ter uma boa pressão o jeito é não abuse do café, não vou dizer que você não tome café, mas não abuse dele. Sol quente, café, muito sal na comida também, eu sou meio..., ela capricha nas comidas daqui. Sal né, se ta meio inosso não como né. (Colono L.M. 59 anos).

Precauções com a saúde ligada ao trabalho que passa a não ser tão “árduo” como dantes, são estimuladas também pelas notícias de que quem “se matou de trabalhar na

roça” quando mais jovem e acabou prejudicando consideravelmente sua saúde em idade mais avançada.

Na Linha São Roque, ou em outros lugares, o recebimento do benefício da aposentadoria não é sinônimo de parar com as atividades, porém diminui-se ao máximo o ritmo do trabalho. A aposentadoria traz uma segurança para o casal, de que a sua sobrevivência mínima esta garantida, complementando sua renda com a produção agropastoril.

2.3.3 A vida no campo e os filhos

Sobre suas próprias condições de vida é comum ouvir, ao serem interpelados, que o “sítio dá pra viver, dá pra ir levando”, para tanto precisam ter estratégias baseadas em uma diversificação da produção que lhes permite ir “tirando daqui e dali”. Tal estratégia produtiva é colocada como ideal pelos técnicos agrícolas que prestam assistência, e de fato, se realizada, permitiria uma segurança maior com relação à sustentabilidade do estabelecimento, uma vez que o agricultor poderia ofertar diferentes produtos ao mercado e escapar de certas intempéries que chegam a afetar alguns destes. Para tanto, é preciso força de trabalho, que com a saída dos filhos, quase sempre não pode ser suprida com a contratação de *peões*. O que faz com que a maioria dos *colonos* tenha como par para a monocultura de soja ou milho na lavoura, a horta ou o gado leiteiro, realizando uma produção para o auto-consumo de forma precária, preferindo muitos deles comprarem na cidade os alimentos que faltam à mesa.

Na geração de seus pais que ali chegaram, no máximo se estimulava os estudos para alguns filhos homens, que não teriam terra para constituir família, os outros, por sua vez, eram socializados para ficarem no meio rural, sendo abruptamente afastados do acesso, e ao direito à educação formal:

Meu pai dizia: teu lápis é a foice e a enxada é a caneta... fui só seis dias pra escola e desisti por que ele não queria que eu estudasse” (Colono Z.S. 51 anos).

Atualmente, a maior parte dos agricultores visitados estimulou os jovens a estudarem até o ensino médio, escolaridade mínima exigida para um emprego urbano que compensasse deixar a vida rural, demonstrando-se favoráveis que os mesmos não continuem no campo.

Com relação às mulheres da geração anterior o destino de se casar com um marido que tivesse terra justificaria o não estímulo a estudarem. Atualmente percebemos que as mulheres todas estudam e saem da zona rural, como podemos notar na casa de um casal de *colonos* em que as quatro filhas mulheres migraram para cidade, afirmando que esperavam que ao menos a filha caçula ficasse, tal expectativa foi frustrada. O pai daquelas moças argumentou que:

Quem tem estudo não deve ficá na roça, se é pra ter instrução pra continuá pegando na enxada, pra quê estudá? (Colono L.M. 59 anos).

Outro *colono* ao ser questionado sobre por que os jovens não ficam no campo, o mesmo disparou:

Fazer o que no sítio? Se tem um pouco de estudo tem que ir pra cidade ganhar mais, meu filho em quatro ano, feiz mais do que eu em vinte ano na roça (Colono, M.Z. 58 anos).

Os jovens que saíram, sabem que não seriam herdeiros das terras dos seus pais, se insistissem em “ficar”, alguns devido a pouca terra, obrigados a migrar, ou ainda porque vislumbraram novas perspectivas e oportunidades em outros lugares.

Sem deixar as referências do rural, que visitam sempre quando podem, percebem no estudo uma estratégia para alcançar ocupações em trabalhos na zona urbana, adaptando-se à disciplina de trabalho cobrada nas empresas que os contratam. Alguns poucos conseguem ganhos superiores aos seus próprios pais que fazem questão de propagar tais sucessos nas conversas da comunidade. Essa crise nos padrões sucessórios já foi estudada no Sul do país por Abramoway (1998).

Contou-me um *colono* que há cerca de dois anos atrás quando o novo padre chegou bem na época de celebração das missas de natal, se empolgou ao ver que aquela igreja era “frequentada” por no mínimo quinze jovens no entender do pároco, que já queria organizar um grupo de jovens. Para a decepção do mesmo, na missa seguinte só foram três jovens que são os que moram realmente na Linha São Roque, aquele número maior devia-se às visitas e comemorações em família próprias do fim do ano.

Para os jovens das duas comunidades ir para a cidade não sendo uma possibilidade é ao menos uma realidade almejada, como vimos os próprios pais estimulam a saída, acreditando que na cidade haverá melhores condições de vida do que no campo, notamos uma mudança de visão com relação aos avós desses jovens,

determinada em parte pelas melhorias com relação ao acesso à escola depois da década de 1980.

2.4 Relações de vizinhança

Entre os *colonos*, as relações de vizinhança são marcadas por laços de amizade e solidariedade⁵⁸ que são vivenciadas através das visitas aos vizinhos principalmente, os de maior afinidade, para “colocar a conversa em dia”, se ajudar em atividades cotidianas, trocar serviços ou dias de trabalho, emprestar alguma ferramenta e negociar alguma “criação”. Para aqueles que possuem maquinário, podem trocar dia de serviço pelo trabalho realizado com as máquinas que não se possui. Por exemplo, certo *colono* tem uma colheitadeira e, ao colher durante um dia para outro *colono*, combina-se o pagamento em um dia de serviço de trator para plantar.

Essa expressão “troca de dia de serviço” traduz a lógica da reciprocidade presente em todas as comunidades rurais. (SABORIN, 1999) Estas “prestações sociais” se fazem sem nenhum contrato escrito, valendo a palavra e a pessoa que a enuncia. Sendo que o rompimento de algumas dessas relações de reciprocidade torna a vida social rural mais difícil, uma vez que nenhum sítio ou propriedade é auto-suficiente, isto implicando dizer que todos os sítiantes têm claro sua dependência das relações sociais exteriores ao âmbito da própria unidade familiar da qual faz parte.

O conflito pode ser entendido como uma das mais vívidas interações, uma forma de sociação em que há aspectos positivos para o desenvolvimento dos relacionamentos sociais (SIMMEL, 1983). Deste modo, longe de haver ali um grupo que vivencia somente relações harmoniosas entre si, há também aspectos dissociativos. Isto fica mais claro entre aqueles vizinhos que “não se dão”. Tal situação é resultante de situações conflituosas, que podem envolver disputas pela coordenação da igreja ou da Associação. Quase sempre tais disputas vão ser expressas em um idioma que envolve a troca de acusações recíprocas.

A distância entre uma propriedade e outra é um obstáculo para a comunicação mais constante entre os mesmos, sendo possível presenciar conversas entre eles através do celular para resolução de problemas emergenciais, servindo de meio de comunicação com a cidade ou com parentes geograficamente distantes.

⁵⁸ Isso não exclui relações conflituais entre vizinhos.

A sociabilidade da comunidade é mais ritualizada e constante na participação em atividades da “capela” (missa, festas, jogo de bocha, baralho e a bodega) geralmente nos fins de semana, momento em que boa parte das pessoas daquele lugar participa. Em certa medida, podemos destacar o fato de se lidar cotidianamente com as tarefas de gestão do sítio, implicando em tarefas que impõem uma dedicação extensa ao longo do dia. Sendo o final de semana vivido como o momento no qual se pode usufruir certo tempo livre. A capela tanto pode ser a pequena igreja, onde são realizadas missas no primeiro domingo de cada mês, e cultos católicos todos os domingos pela manhã, como o mesmo termo pode designar o conjunto da sede da comunidade, incluindo salão comunitário, a “bodega”, a cancha de bocha, um campo de futebol que está abandonado. A participação maior nestas atividades se dá por pequenos proprietários.

As visitas geralmente são recebidas na área da casa, somente as visitas mais íntimas, de amigos ou de parentes mais “chegados” podem adentrar as partes internas da casa. É preciso ter “alguma coisa” para oferecer para as visitas, e que variam de bolos, bolachas, doces, não podendo faltar o chimarrão. Essas ofertas podem ser vistas como “prestações sociais”, dádivas no sentido dado por Mauss (1974) em que se espera o mesmo tratamento social quando for “pagar” a visita recebida, já que ao final de uma visita, recebe-se obrigatoriamente o convite para uma nova visita, dando continuidade à relação de reciprocidade. Tais convites (prestações sociais) podem ser também de trabalho – troca de serviços.

Entende-se por reciprocidade aqui a definição emprestada de Mauss e refletida por Sabourin (1999 p. 42) “enquanto “redistribuição criadora de sociabilidade”, uma prestação total que tem como princípio a reciprocidade”. Tal lógica procura ampliar as relações sociais e afetivas, por meio de alianças de parentesco, compadrio e amizade, que multiplica as redes interpessoais para além do espaço local.

Quando da realização desta pesquisa, não foram todas as vezes que me receberam com tempo, nos dias em que precisavam “arrumar” os produtos para a feira, me atendiam sem oferecer nada, o que indicava que tinham muito trabalho por fazer, e com o tempo, eu já sabia os dias em que os mesmos estavam mais “livres”, visitando-os sem atrapalhá-los no trabalho. Ao mesmo tempo, não me era possível recebê-los na minha casa, o que permitiria o fechamento do ciclo e a sua ampliação. Fui acolhido enquanto um filho de família colona que era legitimado pela existência de traços que

criavam a familiaridade. Dessa forma, pode-se pensar que eles me receberam da forma como esperavam seus filhos fossem recebidos quando em situação contrária.

2.4.1 O “outro” pode ser um parente ou vizinho

A preocupação em projetar uma “fachada” de harmonia naquela comunidade estava presente no início do trabalho de campo, principalmente numa das famílias de descendentes de italianos, considerados *colonos* “fortes”, na qual se tentava dar a impressão de que “todos aqui se dão bem”, para o “de fora” que chega, no caso eu, na qualidade de pesquisador. É uma atitude corriqueira em grupos que constituem uma comunidade, os mecanismos que implicam em proteção da zona mais íntima, de modo a garantir o acesso do estrangeiro apenas a zona mais pública. Contudo, no decorrer da pesquisa não foi preciso muito tempo para perceber que as relações de vizinhança são também marcadas por algumas intrigas e disputas de poder.

Nas relações entre vizinhos não há somente solidariedades, mas também rupturas entre aqueles que são “encrocados”. Observei que numa certa quinta-feira à tarde, quando estava havendo missa, quase todas as casas estavam fechadas, indicando que a maioria estava na missa, havia três casas abertas. Dentre estas, as pessoas de duas, (uma vizinha da outra) estiveram vinculadas a gestão anterior da coordenação da associação e da igreja, e segundo os comentários entreouvados, teria acontecido algo, que havia “dado uns rolos”, que envolveu o caixa da igreja e da associação de moradores.

Ao tomar conhecimento dessas intrigas e fofocas logo se desfez aquela imagem passada por um colono “forte” que tentou proteger os bastidores projetando uma fachada com a representação de que “todos aqui são amigos, todos se dão bem, de que não há conflitos”. A fachada para Erving Goffman (1985) “é a parte do desempenho do indivíduo que funciona regularmente de forma geral e fixa com o fim de definir a situação para os que observam a representação”. Sendo a representação toda atividade desempenhada pelo indivíduo na presença de “outros”, a fachada é o equipamento expressivo que segue uma certa padronização, em que se mostra alguns aspectos e esconde-se outros, ela é constituída pelo cenário e pela fachada pessoal (vestuário, sexo, idade, linguagem, expressões faciais e corporais, características étnicas, etc.), esta por sua vez, se divide em aparência (que revelam o *status* social do ator) e maneira (que

revela sobre o papel a desempenhar na interação). Geralmente aparência e maneira tendem a coincidir.

Conflitos, intrigas ou “encrencas” entre vizinhos acabam por envergonhar a comunidade, já que tais acontecimentos podem chegar inclusive aos ouvidos das comunidades circunvizinhas, gerando um sentimento de inferioridade, e que implica em riscos nas relações que são ou foram estabelecidas entre estes. Durante a pesquisa ouvi falar de uma briga na Linha São Luiz entre os membros da direção daquela comunidade que teria resultado em uma ação avaliada como limite: o “fechamento” até mesmo da Igreja. O conflito é condenado pelos *colonos*, pois seria próprio de pessoas que não tem “civilização”, o que indicaria um discurso não explicitado, pois ao se avaliar enquanto civilizado se está indicando quem não é civilizado. Provavelmente os que preenchem a condição de não civilizados são os habitantes dessa região e que estão numa posição social inferior. Provavelmente, são aí colocados aqueles que não reproduzem um certo padrão. Vamos então recuperar um trecho de entrevista que realizamos:

Eu até fui esses tempo participá dum churrasco lá, (no assentamento) mas assim que começaram a discuti eu já falei, eu vou por aqui, falei quem vai comigo? Tratei de me arrancá logo de lá... lá eles brigam até por conta de divisa, não se entendem nem entre eles lá (Colono M.Z. 66 anos).

Há uma preocupação em esconder os conflitos, frente aos “de fora”, tenta-se, portanto, dar a estes a impressão de uma comunidade organizada e “unida”, tal representação se desfaz ao acessarmos os bastidores por aqueles pouco interessados em proteger tal fachada, demonstrando as rachaduras da mesma expondo o que estava oculto⁵⁹.

A coordenação da comunidade se divide em duas: a da igreja e a da Associação de Moradores. Embora as eleições sejam concomitantes e os membros mudem pouco de uma para outra. O coordenador da igreja (que é o mesmo da Associação) deve prestar conta para a comunidade e para o padre principalmente, e o “dinheiro que entra” não deve ser confundido com o da associação de moradores.

A associação, por sua vez, enquanto uma tentativa de organização coletiva, teve sua criação estimulada pela prefeitura local em 1999, com o objetivo da comunidade da Linha São Roque pleitear inicialmente um poço artesianos (através de recursos do

⁵⁹ Analogicamente podemos pensar que a fachada também esta presente na propriedade dos *colonos* que geralmente apresentam a parte da frente como “organizada” e “limpa” embora nos fundos da mesma não se tenha essa mesma preocupação.

governo federal, transferidos para o município), necessidade premente na época devido a falta de água causada pela estiagem. O papel do coordenador da Associação é de porta-voz junto ao poder público local representando a comunidade, sendo também responsável por ouvir os outros membros e realizar reuniões com os mesmos.

Há também disputas internas à comunidade com relação às políticas públicas locais, e atitudes por nós mapeadas em campo, e ouvidas através de “fofocas” e “intrigas”, indicando haver ali atitudes que podem ser classificadas como antidemocráticas e patrimonialistas. A título de exemplos, podemos descrever a situação em que um dos coordenadores, em sua gestão, decide por uma necessidade da comunidade sem consultar os outros membros. No caso, um telefone que seria de uso coletivo, que é apropriado privadamente por um segundo coordenador quando assume sua gestão. Outro exemplo é o do refrigerador para armazenamento de leite, que por não ter dado certo a alocação e transporte do mesmo, acabou sendo destinado para um único *colono*. O botijão de sêmen bovino teve o mesmo destino. Além disso, há acusações de vizinhos, que não gostam do coordenador atual, de que este, além de não querer vender “fiado” na “bodega”, ainda superfaturou a reforma do salão comunitário e desviou material para fazer sua própria casa.

“A fofoca é o que mais tem na comunidade pequena” afirma uma *colona*. E, é justamente a circulação da fofoca que faz com que quem esteja na diretoria seja alvo dos demais. O padre com a intenção de tentar resolver o impasse posterior ao “rolo”, que gerou a situação na qual nenhum homem desejava ser membro da diretoria, elegeu um grupo de mulheres para coordenar os espaços da igreja, incluindo a “bodega”, e separou-a da coordenação da Associação. Esse curto tempo de 6 meses (há 4 anos atrás) é recordado como a “época das mulheres” (sem citarem os nomes das mesmas) quando se referem à administração da comunidade. Este marco no tempo se dá, porque não é comum mulheres naqueles papéis ocupados somente por homens, estes por sua vez lembram com desdém que nenhum dos homens naquele momento queria a coordenação dos espaços comuns, tal atividade furtava o sossego daqueles que passavam a ser alvo das “línguas afiadas”, que agem quase sempre “pelas costas”.

Quem fica na “diretoria”, está sujeito a aguçadas críticas e avaliações dos demais agricultores, sentidas como injustas, uma vez que é um trabalho voluntário, não recebendo nada em troca para realizá-lo, a não ser o reconhecimento dos demais, o que muitas vezes não ocorre e faz os mesmos chegarem à conclusão de que a coordenação

da Associação e da Igreja é um incômodo. Significa estar à frente do espaço público, mas é também estar na apreciação do público.

No momento que eu estava pesquisando, uma decisão da coordenação de não vender mais “fiado”⁶⁰ na “bodega”⁶¹, gerou polêmica dividindo as opiniões entre aqueles que agiam por uma lógica em que todos os que ali frequentam têm endereço certo e que, portanto, não haveria necessidade de preocupação com o pagamento, baseando-se na confiança mútua em oposição a outra racionalidade que não tolera os que ficam devendo, próprio das relações comerciais capitalistas, já que o coordenador foi vendedor durante vinte anos no comércio de Cascavel.

Não contentes com tal decisão do atual coordenador, geraram-se intrigas e consequentes difamações que denegria a imagem do mesmo, dando a entender que é de má índole, corrupto ou ainda xingá-lo de “burro” como forma de desacreditar para além da gestão, a sua pessoa. Tal coordenador justifica sua atitude ao comparar com a gestão anterior quando não existia controle do “fiado”.

Um *colono* que já foi da coordenação apoiou a medida, pois há alguns que “bebem demais e depois demoram para pagar”, entre estes, segundo o mesmo *colono*, estariam um “peão” de uma fazenda e um “assentado” da Colônia Esperança.

Para aqueles que frequentam a “bodega” e se utilizavam da venda “fiado” (para pagamento posterior), argumentam que não há sentido esta prática diferente e nem cobrar mais caro pelos produtos, já que aquele espaço não objetiva o lucro, ou no dizer dos mesmos “não é para enricar”. Em resposta e para evitar qualquer “desaforo” ou conflito, alguns preferem não participar. Pode-se também enunciar que a “bodega” é um espaço no qual os papéis são encenados e avaliados coletivamente, do mesmo modo que na igreja. Porém, no caso da bodega, não se tem a imposição das exigências que são próprias a uma instituição como a Igreja. A primeira, se constitui um cenário construído e controlado pela comunidade, podendo expressar todas as tensões e cobranças existentes entre os mesmos. Por isso, para nós, pesquisadores, é um tema muito rico a ser pesquisado.

Estas relações de poder são elucidativas de como o “outro” aparece no interior da própria comunidade, não sendo somente aquele que está para além das fronteiras da mesma. Aqueles que fogem dos padrões de “normalidade” são estereotipados no interior

⁶⁰ Fiado expressão para a compra feita a crédito, baseada na promessa de pagamento futuro.

⁶¹ Esta é uma decisão do coordenador e seguida pelos demais membros da coordenação que se alternam de dois em dois meses no atendimento e administração daquele bar.

do próprio grupo. Podemos trazer aqui, como exemplo, o caso de uma mulher que sofre o estigma de “louca”, “não bate bem das ideias”, embora sua comadre afirme que a mesma estaria “doente”, com depressão. Na minha presença não percebi nenhum comportamento que merecesse ser alvo de tal classificação, o que nos leva a pensar que a estereotipia pode refletir outros elementos que estão sendo enunciados social e relacionalmente.

Outro *colono* que faz uso de aparelhos auditivos, também é estigmatizado. Um outro casal vizinho fez questão de ressaltar que o mesmo era “surdo”, que “teria que gritar para poder ouvir”, além disso, em maneira de gozação trocam uma das letras do seu nome propositadamente, o que gera uma situação de humor. Daí vemos como o diferente, o que foge do que é considerado como “normal”, é tratado por aquela comunidade, ao mesmo tempo que convive com o “outro” lhe aceita, ao passo que, o nega desacreditando-o conforme a situação social. Contudo, poderíamos dizer que todos são passíveis de sofrer ações de descrédito, exercitando a aprendizagem de certo conformismo, lealdade e aceitação do discurso coletivo.

O referido *colono*, (com descendência de portugueses, casado com uma baiana) foi o que mais rapidamente abriu os meandros da comunidade, afirmando sim, que havia preconceito ali, inclusive com relação aos *sem-terra / assentados*:

Tem diferença mesmo. Isso daí vou falar pra você, você não vai levar, não vai pensar que não tem preconceito por que tem, existe o preconceito. (...) Existe. E eu não vou te negar de jeito nenhum, eu não nego. Você sabe que quando se trata do sem-terra aí o causo muda, não vou te dizer que eu vou encontrar um ou outro aí, fazê um negócio, mas não tem como vendê pra eles fiado, é pra já pago e sem deixá p’ra depois... mas que tem o preconceito tem. (Colono A.M. 66 anos).

Talvez por também sofrer preconceitos devido ao seu problema auditivo, revelou de forma enfática o processo de estigmatização e o preconceito contra os *sem-terra* por parte dele mesmo e dos outros *colonos* da Linha São Roque. Alertou-me, que se estivessem me falando o contrário era mentira. Logo, o mesmo me teve como amigo, por não sentir de minha parte discriminação, se sentindo valorizado por ser entrevistado. Talvez por eu ser alguém que não participa das disputas locais, estando apto a uma posição distinta.

No interior das próprias famílias há relações de poder que limitam de algum modo a solidariedade, entre parentes / vizinhos, podendo haver, conforme a circunstância, um estranhamento, como foi o caso de um conflito existente entre L.M. e

seu irmão e compadre A. M. em torno da divisa jurídica da terra, por este último construir a cerca um metro a dentro da terra do primeiro, ou no exemplo do empréstimo do trator em que L. M. prefere pagar para o “de fora” da família fazer o trabalho, do que emprestar do o trator de A.M.

Eu sei trabalhar com trator, eu pra dizer que não sei, eu sei, mas eu não gosto de pegar o que é dos outros, faz qualquer coisa ali, tem meu cunhado ali, diz, vai lá e pega o trator, carreta vem, mas eu não, na verdade eu não gosto, eu parece que tem uma zebra, quando pego nas coisas dos outros, dá uma zebra, ai fica tão caro o serviço, eu prefiro pagar, deu quanto, tanto, furou um pinel, é por tua parte, deu tanto eu vou pagar, aí eu prefiro pagar para fazerem (Colono L. M. 59 anos).

Assim como observou Gupta & Ferguson, (1992) o “outro” pode se encontrar no “próximo”, no interior da própria família um *colono* “bem sucedido” pode constranger o seu parente a não utilizar seu maquinário. Se, por ventura, estragar em suas mãos (mesmo sendo um defeito devido ao uso anterior), será cobrado impiedosamente tal como se fosse um “estranho”, tal conserto pode vir a lhe custar parcela considerável da produção de sua “lavoura”.

Como vimos, ao aproximar nosso olhar, notamos as diferenças que perfazem o universo daquela comunidade estudada, para além de uma identidade homogênea e harmoniosa, notamos que os *colonos* da Linha São Roque formam uma unidade, um grupo, mas que se articula com as diferenças, inclusive internas, onde transparecem clivagens entre as relações de vizinhança que são perpassadas por relações de poder e de gênero, denotando que entre “iguais”, há uns que são mais “iguais” ou “diferentes” que “outros”.

2.4.2 “Ser conhecido” e “ter conhecimento”

“Ser conhecido” e “ter conhecimento” são expressões utilizadas para nominar as relações sociais mais ou menos próximas. Diz-se daqueles com os quais se estabelece uma relação amistosa, com afinidades, que se tem “muito conhecimento”. Pode haver apenas “conhecidos”, classificação utilizada para aqueles com quem já se conversou, mas não se chegou a uma relação de proximidade em que as famílias formam uma relação de inter-conhecimento (MENDRAS,1978), incluindo certas reciprocidades, como as visitas periódicas. Ter “conhecidos” é diferente de ter “muito conhecimento”. A primeira expressão refere-se a conhecer uma ou outra pessoa e que a

relação não se processou no sentido de haver laços que possibilitassem afirmar a segunda expressão “ter muito conhecimento”. Esta por sua vez, vai além do apenas “conhecido”, ou que conversou poucas vezes com a pessoa, mas que há um conhecimento mais do que superficial da pessoa, conhece-se outros membros da família, mesmo aqueles que não estão presentes, (ausentes ou falecidos), havendo proximidade e intimidades no sentido próximo à amizade.

Alguns *colonos* da Linha São Roque têm “conhecidos” no assentamento. Em todo o trabalho de campo não ouvi falar que houvesse “muito conhecimento” com os mesmos, havendo para alguns *colonos*, pelo contrário, o que poderíamos chamar de “desconhecimento”, afirmado também no processo de estigmatização e desqualificação do “outro”, o que envolve preconceito, pré-noções, evitação social, partindo do pressuposto que aqueles não são dignos do mesmo convívio, não são bem vindos. Pois o conhecimento implica em se permitir que o outro transite numa esfera de maior intimidade, gerando uma troca que pode implicar em riscos. Quando se defronta com algo ou alguém que não corresponde aos ideais socialmente consagrados, gera-se ou aciona-se a evitação ou já se indica a adequação deste outro com relação aos estigmas sociais. Este processo é formado por evidências e atributos que:

(...) o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável – num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito e descrédito é muito grande – algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem – e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real. (GOFFMAN, 1988 p. 12).

De acordo com o autor, o estigma pode ser caracterizado sociologicamente como alguém (ou grupo social) que poderia ser aceito sem dificuldades nas relações sociais cotidianas, mas “possui um traço que se pode impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para os outros atributos seus” (GOFFMAN, 1988 p.14). Sendo assim, os tidos como “normais” desacreditam a humanidade do estigmatizado, por meio de diversas discriminações que tentam explicar a sua inferioridade e o perigo (imaginário) que o mesmo representa, dificultando a sua aceitação em contatos sociais horizontais, ou seja, não se reconhece que o mesmo seja digno de consideração e respeito ao julgá-lo sem um conhecimento aprofundado.

Desta forma, ampliou-se o limite entre o “desconhecido” e o “conhecido” com relação aos *sem-terra*, dificultando a aceitação dos mesmos nas interações sociais com os *colonos* vizinhos. O que não significa dizer que não haja estigma também, mesmo entre os conhecidos.

Podemos classificar em três grupos os *colonos* conforme o “conhecimento” com os *assentados*: 1- Um desconhecimento com relação aos mesmos, ou um conhecimento obtido somente por meio de boatos, e resultando em imagens distorcidas e parciais sobre o assentamento e seus membros. 2- Há aqueles que inclusive já visitaram, ou visitam pessoas do assentamento esporadicamente e que geram um conhecimento que, em parte, resulta da experiência direta. Pode-se encontrar uma maior simpatia, só que esta é matizada pelas diferenciações geradas a partir da própria experiência. 3- Há aqueles que compraram lotes, (sendo filhos de *colonos* vizinhos ou arrendatários “sem a terra”) e passaram a estabelecer alianças, inclusive laços de parentesco e com isso se inseriram no assentamento. O que gerou uma situação na qual o *colono* circula e gera informações para “os de fora”, no caso, aqueles que vivem e se identificam com o mundo da Linha São Roque.

Como veremos no capítulo III tais classificações estigmatizantes não são aceitas por aqueles *assentados* que resistiram nos lotes. Estes, por sua vez, constroem relacionalmente certas imagens nem sempre positivas com relação aos *colonos*, demonstrando que o estigma não é unilateral, ou que só um dos lados teria o privilégio de classificar negativamente o outro. Em certa medida, podemos dizer que estamos lidando com um universo onde as categorias sociais implicam em conjuntos humanos que são constituídos em relações de assimetria. Implicando em que um conjunto que se projeta face ao outro como positivo, é também constituído como negativo ao enfoque de outro conjunto social. O que queremos aqui trazer é a existência de um quadro que pode ser visto numa relação diádica, mesmo que não plena, pois cada um dos conjuntos se confronta em um continuum mais amplo. Os *colonos* são vistos como menores face aos grandes proprietários de terra. Ao mesmo tempo, quando os *colonos* se vêem confrontados com os chamados *sem-terra*, se tornam positivos para si mesmos.

2.5 - O olhar sobre o “outro” *sem-terra* / *assentado*.

Em uma das propriedades de *colonos* por mim visitadas, que fazia divisa com o assentamento, perguntei sobre as divisas da propriedade e o *colono* começou a falar dos seus vizinhos *assentados* deixando claro que “eles”, os *sem-terra* “não invadiram ali”, ou seja, eles não eram como outros *sem-terra* de que se tem notícia, que questionam a propriedade privada. Tornaram-se para aqueles *colonos* naquele momento ‘aliados’, no sentido de impedir a vinda da Colônia Penal Agrícola que ali o Estado do Paraná pretendia instalar.

Deste modo, mesmo os *sem-terra* no imaginário social mais amplo sofreram o processo de estigmatização (GOFFMAN, 1988), por se identificarem por meio da “falta”, da “carência”, ao estarem em condições sociais “precárias” em termos materiais, ou por lutarem pelo acesso a terra pela via da pressão política. Para aqueles *colonos* naquela situação, foram vistos como a solução para afastar a possibilidade de terem como vizinhos presidiários:

Nóis preferimo mil veiz o sem-terra do que aquela gente viesse pra cá, se fosse prisão ali... Deus me livre, eu já nem tava mais aqui (...) hoje eles são que nem nós, são microagricultor”. (Colono L.M, 59 anos).

Quando os *sem-terra* estavam acampados houve nas interações sociais, alguns preconceitos que foram reforçados e outros desconstruídos. Enquanto já *assentados* nos lotes, permitiu o reconhecimento de que “eles” são como “nós” por serem “microagricultor”, reconhecendo no outro semelhanças por morarem, trabalharem e viverem da terra, não deixando de haver a fronteira nós / eles reconstruídas nas interações, nos fluxos sociais que revelam as contradições, ambigüidades, classificações e desclassificações que demarcam identidades.

Uma das características reivindicadas como identificadora dos *colonos* está na forma como cuidam da terra ou ser reconhecido como aquele que “sabe trabalhar com a terra” em oposição àqueles *assentados* que não “aproveitam” bem a mesma, deixando virar “quiçáça” demonstrando uma suposta “falta de capricho” e de dedicação ao trabalho.

Esta forma de atributos simbólicos dado ao trabalho com a terra, próprio do ‘estilo de vida’ do colono descendente de imigrantes, demarcam o “outro” como não-igual, não tão trabalhador como eles, se definindo, portanto, a partir também do que não

são. (HALL, 2005). Seyferth (1993) afirma que esses constituem uma identidade não em oposição aos habitantes da cidade, mas em oposição aos chamados *caboclos*, sendo, portanto, uma identidade pautada em uma oposição étnica. Na situação por nós observada, estão presentes as mesmas atribuições negativas, porém, referendadas em questões tais como, uma ética e modo de trabalho e na forma como se relacionam e significam a terra.

Cotidianamente os *Sem Terra* são classificados de “invasores,” numa “guerra semântica”⁶² entre o ocupar e o invadir, entre terra produtiva e improdutiva. Ou seja, são representações em concorrência num terreno sócio-político que procura legitimar ações. Para Caldart (2000) a ocupação é entre as vivências dos *Sem Terra*, organizado no MST, rica em significados socioculturais construtora da identidade de *Sem Terra*, à medida que projetam transformações na maneira como as pessoas se vêem e se posicionam diante do mundo, provocando rupturas com certos valores hegemônicos.

Não obstante, a imagem construída em torno de uma estigmatização, desqualificação do “outro” assentado, não é fixa e homogênea, ela é quebrada pelo reconhecimento positivo daqueles que mais se aproximaram do modo de “ser” dos *colonos*, e reforçada naqueles que mais se afastam, ou que não foram “bem sucedidos”. (visível nos recursos e bens materiais que possuem).

O conhecimento do “outro” assentado deu-se, muitas vezes, superficialmente e parcialmente, ao trabalharem por dia, permitindo que se fizessem julgamentos que dessem a entender que os mesmos não são muito “dados ao trabalho”, e ainda que:

Não dá pra deixá muita coisa no limpo, que tão levando. Mesmo as fruta, eu tinha uva no parreral, se deixasse não sobrava uma (Colono A. Z. 67 anos).

O *colono* “forte” acima deixou claro que não tem amizade alguma com eles (os *assentados*). Certo dia, perguntei se não conhecia algum que frequentava a “bodega”, e me respondeu que eram muito poucos os que lá iam, pois eles tinham bar, igreja e escola e até um postinho de saúde, o que, posteriormente, não foi confirmado por mim, com exceção à escola desativada que serve de igreja improvisada.

⁶² Para MEDEIROS (2002 P. 191) “Uma verdadeira guerra semântica se estabelece – ocupar e invadir, terra produtiva e improdutiva -, mostrando que, subjacente à violência, há uma enorme ambigüidade das leis já existentes. (...) Por trás dessa disputa semântica há um esforço de recobrir de legitimidade práticas violentas, sempre em nome do direito de propriedade.”

A pouca participação dos *assentados*, a que se refere ao *colono*, naqueles espaços comunitários, deve-se ao fato de não se sentirem como pertencentes aquele lugar, ou porque nem sempre foram bem recebidos devido aos preconceitos, sendo comum acusarem os *sem-terra / assentados* de qualquer roubo que ocorria na região.

Todavia, percebemos que há entre os *colonos*, desde o desconhecimento do “outro” *assentado*, através de imagens negativas até o reconhecimento de que algumas famílias merecem a terra por serem trabalhadoras, ou que se aproximam do modelo dos *colonos*, por compartilharem um mesmo *ethos* de trabalho, e pela visibilidade de ascensão social nos bens materiais que possuem.

Tem os sem-terra lá que pra eles mesmo, até que trabalham, que dá pra vê que tão bem, tão melhor que nós aqui... mas também tem aqueles que não tem vontade de trabalhá, não tem interesse, nem pra eles mesmo, você passa lá e vê numa casinha pior que esse paió meu aí e plantando um três quarto de terra só, invés de sabê aproveitá melhor a terra né?” (Colono “fraco” M.Z. 66 anos).

Se por um lado há uma carga negativa ao utilizarem o termo *sem-terra*, a que tem sido relacionado à ilegalidade e ao crime contra a propriedade privada e, portanto, reprovável pelos *colonos* que valorizam a propriedade privada da terra, desde a chegada dos mesmos naquele espaço nos projetos de colonização em que estava implícito o título dos lotes coloniais. Por outro lado, ao reconhecerem que alguns dos *assentados* se destacam nos “bens materiais”, aparecem as ambiguidades na visão sobre os *sem-terra / assentados*: Se de maneira geral são vistos como “vagabundos”, ao pedir para falarem dos seus vizinhos, acabam por reconhecerem que há ali também trabalhadores, e que se aproximam mais do modelo ideal de ser dos *colonos*.

Para classificar o “outro” é preciso conhecê-lo minimamente e esse conhecimento não se aprofunda tanto a ponto de virar reconhecimento. (MENDRAS,1978; BOURDIEU, 1990). Reconhecer, por exemplo, que o diferente é tão trabalhador como “nós”, legitimaria a presença daqueles como iguais naquele território socialmente construído, o que repercutiria na imagem sobre o próprio grupo (de *colonos*) que se afirma nessa relação. Os *assentados* estão na hierarquia social abaixo dos *colonos*, por ainda terem certa tutela por parte do Estado, tanto na titularidade da terra, como em termos de políticas públicas específicas. A distinção, as classificações e des-classificações, são demarcadas por conta de origens sociais diferentes, e por modelos diferentes de acesso e permanência na terra (políticas públicas).

Não percebi nada em campo que pudesse afirmar que os *colonos* são mais trabalhadores que os *assentados*, me levando a acreditar que tal percepção é uma construção elaborada no processo de formação do assentamento, e que consiste em generalizar os *assentados* como sendo constituído por pessoas “suas com a lei” “que não gostam de trabalhar”. Mesmo reconhecendo os que ficaram (não venderam o direito do lote) enquanto mais trabalhadores, estes, nunca estiveram no mesmo patamar que os *colonos*, por que estes últimos se vêem como os que ali chegaram anteriormente e “sempre” trabalharam “arduamente” para continuarem na terra com nenhuma ou pouca “ajuda” do governo. (discutiremos isso mais a frente no capítulo III).

O mundo para os *colonos* parece estar dividido entre aqueles que trabalham e os que não trabalham, em um binômio entre “trabalhador” e “vadio” ou entre trabalho e vadiagem⁶³.

Para os *colonos* é legítimo ou “merece” possuir terra aquele que trabalha tal como eles, ou seja, que dá o mesmo sentido para a terra, que a faz produzir por meio do trabalho. Difere daquele que é “malandro”, equivalente ao “vadio”, que só vive trapaceando os “outros”, para levar uma vida com pouco esforço, “aproveitando-se” da “boa vontade” alheia.

Como vimos no Capítulo I, as inúmeras expropriações que deixaram muitos *colonos* sem a terra, envolveram processos históricos e sociais mais amplos, tendo como principal fator os endividamentos de muitos daqueles. Pelos que ficaram na Linha São Roque, aqueles que saíram são culpabilizados individualmente dos seus insucessos da não continuidade na terra por aqueles *colonos* serem “vadios”:

Os (sobrenome da família) eram uns vadios, por isso que venderam a terra... hoje tão mendigando na cidade. (G.O. brasileiro, 60 anos)

⁶³ Lúcio Kowarick na obra *Trabalho e Vadiagem*, vai falar sobre a secular descrença na mão-de-obra nacional que era considerada “inapta” para o trabalho, fator ideológico que serviu de justificativa para a escravidão e posteriormente para a importação de mão-de-obra dos imigrantes europeus. Os nacionais eram tidos como “vadios”, não amavam o trabalho, preferindo o ócio e as festas, eram vistos como “errantes” por não se enquadrarem nas regras autoritárias dos senhores de “escravos” e depois da abolição, dos patrões - senhores de terras. A política de branqueamento, que trouxe os primeiros *colonos* europeus para trabalharem nas lavouras de Café em São Paulo serviu de acordo com o autor para deixar a mão-de-obra abundante e barata no País. Após a primeira guerra, cessa-se o fluxo de imigrantes europeus, o Estado brasileiro muda o discurso no intuito de recuperar a mão-de-obra nacional e estimular a vinda de trabalhadores nordestinos para trabalharem em São Paulo que cada vez mais se industrializava. Naquele novo contexto, os nacionais, para os “donos do poder”, não eram mais indisciplinados ou instáveis no trabalho. A indolência não advinha da preguiça e gosto pela vadiagem, mas por faltas de oportunidades para trabalhar, ressaltou-se por sua vez, a importância do trabalhador nacional frente ao estrangeiro que vinha para cá sem ter amor pelo Brasil, enriquecia e deixava-o, o trabalhador nacional no novo discurso amava o seu país e jamais o trairia. (KOWARICK, 1987).

Ao se referir aos descendentes de poloneses enquanto “vadios”, este descendente de *caboclos* (brasileiros) casado com uma descendente de italianos, compartilha com os *colonos* a ideia de que o “desapego” ao trabalho árduo explicaria o destino daqueles que ficaram na condição de *sem-terra*. Sem a terra a identidade de *colono* entra em crise, se metamorfoseia em *colono sem-terra*, se torna diferente, passa por um estranhamento de si mesmo, pois a terra é pré-condição para continuar sendo *colono*.

Nesta forma de pensar, a terra é garantida por meio do trabalho, os endividamentos adquiridos e a venda das mesmas para quitá-los não são interpretados como prova de pessoas “corretas”, “honestas” e que honraram suas dívidas. Mas como pessoas que quiseram “dar o passo maior que a perna” não trabalhando o suficiente para conseguir pagá-las.

No imaginário social de quem ficou, a culpa pela perda da terra é do próprio indivíduo ou no máximo na família em si mesma que não soube valorizar a terra, não soube se manter nela, ou porque não soube trabalhar, contraindo muitas dívidas, ou porque não eram “trabalhadores”. Tal culpa individual é atribuída aqueles que abandonaram os lotes no assentamento:

Dentro do sem-terra eu convivo com eles aqui, convivo assim, que eles passam na estrada ai, assim né, e vejo, e vejo por todos os lados, só que esses hoje ai, já tão velho ai, desse assentamento mesmo ai, do... se não me engano, são trinta e cinco família que tão ali, ou trinta e sete, uma coisa assim, dessas trinta e cinco ou trinta e sete, dos que tão ai hoje são uns três ou quatro que tão ai, o resto venderam, entregaram a troco de banana, e foram invadir terras em outras regiões por ai, e os que tão ai, parece que tem uma qualidade de gente, ta no nível mais ou menos, mas de resto é tudo baderneiro, o resto é tudo baderneiro, sem educação. (Colono A.M, 66 anos).

A condenação da venda dos lotes, não é feita só por *colonos*, mas pelos próprios *assentados* que também os classificam de “vagabundos” e que não deram “valor” para a terra conquistada. Entre os *colonos* não é somente o apego à propriedade privada que é valorizado, outros elementos de uma ideologia liberal estão presentes, tal como o indivíduo “soberano”, senhor do seu próprio destino, e portanto, seria o único responsável pelo mesmo.

Assim, não é de se espantar de que esse modelo ao ser re-elaborado, re-atualizado historicamente serve para interpretar os *sem-terras* / *assentados*, e julgá-los enquanto não-trabalhadores e acreditando que as vontades individuais podem fazer a

realidade. Assim, o contexto histórico-social é esvaziado, deslegitima-se deste modo a luta por terra, já que aqueles indivíduos ficaram sem a terra, simplesmente por que quiseram. A honestidade em pagar suas dívidas, tendo que vender suas já ínfimas propriedades não é contada positivamente quando lembram da história dos que “deixaram” a comunidade, por condicionantes sociais que independiam em realizar suas vontades.

Como os *colonos* não estão acompanhando o cotidiano do assentamento, os primeiros tem informações muitas vezes colocadas em conversas informais que são reordenadas, nas trocas simbólicas, que por vezes, reforçam estereótipos, ou ao contrário questiona-os.

Desta forma, o critério para avaliar se são ou não trabalhadores, é dado pelo que demonstram possuir materialmente. Avalia-se por meio do cenário que a envolve, julga-se se ela é uma pessoa trabalhadora, pois no conhecimento prático daqueles agricultores, em meio às dificuldades sentidas e a respectiva desvalorização do trabalho no campo: “ter” casa “boa”, carro, vacas “leiteiras”, é na visão daqueles a prova da prosperidade provinda do trabalho, compartilhando da ideologia de que se torna “bem sucedido” aquele que muito trabalha.

Ao acompanharem o processo de formação do assentamento e a saída de muitos que desistiram dos lotes, ou que trocaram por outros lugares, interpretaram que os que se foram, o fizeram porque não eram “trabalhadores”. Separando assim, o “joio e do trigo”, ou a “sujeira” do feijão se fez por meio de uma seleção “natural”, numa espécie de darwinismo social, em que os “melhores” ficam, ao passarem por sucessivas “peneras”.

“Penerar” foi uma expressão que encontrei em 2002 quando entrevistei agricultores vizinhos dos *assentados* e que se repetiu na pesquisa atual (2009). O termo “penerar” foi usado quando se referiam aos *sem-terra* que ficaram na transição do acampamento para o assentamento. No trabalho do camponês peneirar o feijão, por exemplo, indica que a sujeira será eliminada e que ficará somente os grãos melhores, essa analogia indica que muitos dos *sem-terra* não “prestavam” e que ao ser “penerados” houve uma aproximação mais do modelo que os *colonos* aprovavam, marcado principalmente pela característica de ficarem os mais trabalhadores. Cabe aqui salientar que o cunhado do *colono* L.M. era o que coordenava o assentamento e a

seleção de quem ficava de acordo com critérios como tamanho da família, se eram trabalhadores, se sabiam trabalhar com a terra, etc.

Porque na verdade quando entrou aqui, entrou cinqüenta e seis famílias, foi *penerando, penerando*, ficou em treze só.

É ficaram acampado um tempo, na estrada grande que eles se alojaram, mas na verdade, eles não invadiram essa terra, eles foram assentado (Colono, L.M.59 anos).

O estigma foi mais intenso na fase do acampamento, afirmando que isso ficava mais claro durante a festa de São Roque (padroeiro da comunidade). Os *sem-terra* pegavam uma mesa só para eles e ficavam bebendo e festando até o fim da mesma, “gastando o dinheiro que vinha do governo”.

Você nota em festa, você nota em qualquer lugar que você ta, a onde você ta. Até dentro de um bar, que você têja dentro de um bar, se você for tomar cerveja, tiver um *sem-terra*, não quer dizer que você vai sair do bar, ta tomando a cerveja não vai parar de tomar a cerveja, mas meu amigo é, tem não adianta pensar que não, que tem. Você ta numa mesada aqui, você passa por lá e nem conversa com eles (Colono A.M. 66 anos).

Isso haveria ocorrido há mais de dez anos, em que havia um número maior de *sem-terra*, pois com passar do tempo, sobraram somente três famílias das que acamparam, que já não frequentavam tanto a comunidade, supostamente devido a diminuição dos recursos do governo para o assentamento, que “a maioria usava pra fazê festa”.

Nesse processo, na medida em que, os *sem-terra* foram adquirindo a condição de *assentados*, e a definição daqueles que compunham o assentamento se tornou mais estável, houve uma aceitabilidade maior, mas na época de acampamento as interações sociais entre os dois grupos eram marcadas pelo estigma em relação aos recém-chegados:

O *sem-terra* chegava lá, pegava o churrasco ou a bebida, sei lá, o que fosse, pedia, o cara entrega, não tem problema nenhum né, não eu não vou entregar, nada disso, (risos), magina, entrega, claro que entrega, eles também tão todos endinheirado, tu pega dinheiro do governo direto ai né, naquela época o dinheiro caia mesmo né (...) Não é dizer por exemplo ta ai, você dizer vamos jogar um truquinho, você não vai jogar um truquinho, se você não conhecer, é claro que nem jogar o truquinho você vai, é *sem-terra*, mas nem te conheço você, bato os olhos na tua cara ai, e não vai bem com tua cara, ela é meia feia, há eu não sei jogar, eu vou embora, tou com pressa, não sei o que baram bam bam... aí a partir de amanhã, você vai tendo uma relação maior, mais um pouquinho, ai da pra experimentar se dá pra você jogar um truco né, tem tudo isso daí né... (Colono A.M. 66 anos).

Uma maior aceitação, ou talvez tolerância da presença dos mesmos enquanto vizinhos, não fez com que as distâncias sociais hoje em dia sejam menores:

Eu peguei um assentado pra trabalhar pra mim por dia, mas tive que dispensá... ele chegava nove, dez hora e antes do sol baixá já queria í embora, só ficava matando o dia e no final queria recebê. Eu peguei dois assentado, ma eu trabalhava pelos dois... eu trabalho por dois daqueles sem-terra ali (M.Z. Colono, 66 anos).

Eles tem um sistema diferente que o nosso, eu não sei... mas parece que nós aqui de São Roque com eles ali, não sei porque não dá muita liga, acho que é o jeito deles que é diferente, eles ficam mais entre eles mesmo do assentamento, não se dão muito com os de fora” (Colono M.Z. 66 anos).

Além disso, atualmente é feita uma distinção entre os mais velhos que ficaram no assentamento e os mais jovens que lá estão. Os primeiros trabalhavam, essa seria uma das justificativas por não abandonarem os lotes, mas já não trabalham mais “fora”, já os mais novos são classificados como “vadios”, e que trabalham duas vezes menos que um *colono* já em idade de se aposentar, há de se ressaltar que se aqueles *sem-terra* recém-assentados necessitavam trabalhar para ajudar a suprir as suas subsistências na nova terra, os netos destes já não sentem a mesma necessidade, já que as condições de vida melhoraram.

Na questão de financiamentos conjuntos, os critérios de inclusão era ter ficha limpa, ou seja, que “não deve nada para a justiça”, o que o mesmo acha difícil isso acontecer, porque parte do pressuposto que ser *sem-terra*, é sinônimo de estar à margem da sociedade, que mesmo ao adquirir nova posição e condição social de *assentado*, quando é de interesse dos *colonos* vizinhos, os mesmos acionam a classificação com sentido pejorativo de *sem-terra*, e não de uma identidade positivada pela luta por direitos, ao direito à terra.

Quando se nega que os *sem-terra* sejam “limpos”, quer se afirmar que o grupo à que pertença, não é como “eles”, que eu, ao fazer parte, pertencer a este grupo de pessoas “corretas”, sou diferente dos mesmos, não quero ser confundido com “eles” e, portanto, sou “superior”. Estabelece-se um etnocentrismo em que se julga o “outro” a partir de referências a valores, tradições (reinventadas), um *ethos* processado historicamente e afirmativo dos *colonos* naquele território.

A reprovação daqueles que querem acessar a terra, sem comprá-la, ou “ganhando do governo”, indica como se vê o *colono* no espelho do diferente que o questiona. Tais (des) classificações são construções sociais próprias do *ethos* deste grupo, que vê como natural, normal e correto o seu estilo de vida, (incluindo a maneira que o mesmo acessou a terra, como ideal), sendo também uma forma de controle social, sobre aqueles que não possuindo terra, ao estarem naquele meio rural, que ao menos sejam “peões” seguindo assim o tipo ideal de trabalhador descrito acima, já que para o *peão* ser taxado de “vagabundo”, dificulta-o em encontrar trabalho na região.

CAPÍTULO 3

OS ASSENTADOS DA COLÔNIA ESPERANÇA⁶⁴

Este capítulo tem como objetivo abordar as origens sociais dos diferentes *assentados*, com o fim de propiciar um entendimento da heterogeneidade social do presente. Para tanto, ao acessar a história oral dos *assentados* “mais antigos”, procurei me remeter aos episódios que antecederam a decisão de se lutar pela terra, implicando aí na possibilidade de viver em um acampamento e assim se obter o tão sonhado lote.

No exercício de pesquisa realizado no interior do assentamento, parti da observação participante para compreender as interações com a vizinhança – os que são percebidos como parte do assentamento - e com os “de fora”, focando a interação com os *colonos* vizinhos e a construção das identidades em meio ao processo histórico de formação de um novo território. Este processo contou com intensas recomposições devido, principalmente, a posse dos lotes configurados por meio de vendas ou trocas, o que alterou o cenário e os seus personagens, indicando uma mudança na sociabilidade entre os mais “antigos” e os “mais novos”, isto é, entre aqueles que lutaram e passaram pelo acampamento e os assim chamados “compradores”, que são vistos como não comprometidos com os demais. Observei naquele cenário tensões, disputas internas e externas, bem como, alianças e cooperações que extrapolam os limites do próprio

⁶⁴ Apesar do assentamento ter sido auto-denominado pelos assentados de Colônia Esperança, para o Estado do Paraná e para o Incra o mesmo está registrado e é chamado pelos técnicos como Assentamento Colônia Penal.

assentamento, envolvendo outras comunidades como, por exemplo, a Linha São Roque, principalmente quando o assunto é o acesso a políticas públicas.

Para compreensão das trajetórias dos grupos assentados utilizei o método da história oral, através do qual a memória dos atores a serem estudados foi acionada para construir e desconstruir representações de mundo.

Considerando-se como Le Goff (1996) que a memória coletiva não é somente uma conquista, mas também um instrumento de poder, e que tem a capacidade de fazer a relação entre passado, presente e futuro, ela aparece como força subjetiva, ao mesmo tempo, profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora (BOSI, 1994, p. 46).

A metodologia da história oral não só cumpre o papel de técnica que nos propicia a construção dos dados, como também numa perspectiva epistemológica e ideológica, gera uma tomada de posição na qual se enfoca a história “vista de baixo”, tornando possível construir um lócus no qual os excluídos se fazem presentes. Num ponto de vista que é teórico e prático, o uso da história oral – não somente ela – nos favorece o questionamento da suposta e imposta “neutralidade” científica, gerando a possibilidade de realização de uma ciência engajada (SILVA, 2006). Tendo-se sempre o devido cuidado para não se gerar apenas o discurso oficial da militância política. Tal metodologia, para a pesquisa acadêmica, permite perceber as subjetividades e os múltiplos olhares a partir dos indivíduos, suas diferentes temporalidades e vivências, “o dizível” e o “indizível” (QUEIROZ, 1988). O que nos permite dizer que não se trata de uma simples técnica que torna possível acessar algo que existindo, vai se tornar dizível. Trata-se de uma operação mais complexa, já que narrativas produzidas são posicionadas e a memória sobre o passado é seletiva (POLLACK, 1989) e disputada pelos diferentes atores. Sendo que para compreender a identidade é preciso atentar para as fronteiras e classificações a partir dos lugares sociais dos quais se fala e silencia. Memória e identidade são indissociáveis, um “erro” da memória em fontes orais nos remete a pensar as “mentiras”, mal entendidos etc. que ao invés de serem descartados pelo pesquisador, tais “erros” nos permitem pensar os sentidos do mesmo em um dado contexto (PORTELLI, 1997). Dessa maneira, vamos construir o presente capítulo, num exercício dialogado com as enunciações e os processos de disputa que são encenados no nosso esforço de construção de uma história da região estudada.

3.1 Tudo começou assim: a luta pela terra na visão dos *assentados*

A luta pela terra que culminou com o Assentamento Colônia Esperança teve seu início em 1984, quando mais de 300 famílias resolveram acampar na BR 277, próximo à Vila Góis, no município de Lindoeste a mais ou menos 20 km da cidade de Cascavel no sentido Oeste.

Tal como vimos no capítulo I, a região Oeste do Paraná já havia sido re-ocupada devido a um contingente populacional que não conseguiu chegar a terra nos outros dois estados do Sul (Rio Grande do Sul e Santa Catarina). Em termos históricos, o processo de ocupação implicou na produção de um excedente populacional, sempre que se dava o “fechamento” da fronteira disponível. Para que se pudesse continuar com o mesmo projeto de reprodução social – agricultores com a terra e com algum grau de autonomia - fazia-se necessário buscar terras “virgens” e “desocupadas”. Mesmo que objetivamente não se encontrasse tal cenário, a ideologia prevalecente fazia com que se enxergassem todas as terras como não ocupadas se não estivessem com o mesmo projeto implantado. Por essa razão tanto a população indígena como aqueles que são chamados de *caboclo* (resultantes da mistura racial entre negros, indígenas e brancos) e que geraram um modo de vida não definido pelo modelo do colonato passassem a ser ignorados para que pudessem então ser expulsos para dar lugar aos que agora vão ocupar e efetivamente ajudar no processo civilizador.

Do lado dos filhos dos *colonos* que não encontraram condições de permanecer nas colônias mais antigas, a motivação para a migração surgia como uma forte alternativa, pois assim se buscava manter a identidade e as condições objetivas para tal. Daí que a aventura fosse efetivada por muitos, só que nem todos tiveram a sorte de conseguir a terra, enquanto *colonos* e, mesmo estes passaram por processos de expropriação ou já eram filhos de família que tinha que trabalhar na terra de “outros”. Dentre os nossos entrevistados, alguns quando instados a contar a própria vida, deixam claro os elementos presentes em tal processo. É o que pode ser destacado por esse *assentado*, descendente de *caboclos*, cujo pai migrou do Rio Grande do Sul, chegou ao Sudoeste e depois para o Oeste do Paraná onde por último arrendava terras:

Meu pai era posseiro no Rio Grande, depois veio p'ra Capanema, depois de Capanema foi p'ra Capitão, trabaiava de arrendatário. Aí a coisa foi se estreitando cada vez mais e não conseguiu comprá um pedaço de terra, e eu também fui vendo que não ia conseguir um pedaço né. E 'tô até hoje aqui nessa luta (Assentado J.S. 47 anos).

Como já foi melhor apresentado no primeiro capítulo, sabemos que os *caboclos* não eram alvo dos projetos de colonização. No entanto, o modelo de colonização proposto no Sul do país, não conseguiu garantir terra para todos os descendentes de imigrantes europeus, que, excluídos da herança, se “viravam” trabalhando em terras alheias, impulsionando a lutar, cientes de que nunca teriam os seus “quatro cantos” para *morar e trabalhar*, (WANDERLEY, 2003) condição almejada pelos agricultores, que sonham em se tornar autônomo.

A gente trabalhava de pião, de empregado p’ra lá e p’ra cá, e a vida era muito sofrida, cheguei a trabalhá por meis, morava na fazenda. Lá pelo lado de Capitão [aqui se refere ao Município], você ‘tá ali, você sabe que não é teu, por mais que você trabaie bem, fazê qualquer coisinha que o patrão não gostô: - ó rapaz, você não ‘tá me servindo, arruma ôtro serviço que eu vô te mandá embora. Aí tinha que rodá, achá otro lugar e pegar e trabalhá. Aí surgiu esse negócio de acampamento, aí nós viemo p’ra cá. (Assentado J.S. 47 anos).

Aqueles que participaram das frentes de colonização nas décadas de 1940 a 1960 e foram, em tese, bem sucedidos, foram confrontados com a dimensão da terra destinada aos *colonos*. Para o modelo econômico que se mantinha na região e com o grande número de filhos, a terra teria que se concentrar nas mãos de um deles apenas para garantir a possibilidade de continuação da propriedade de modo indiviso, evitando a excessiva fragmentação, que torna a terra incapaz de sustentar uma família no modelo social almejado. Esta é uma estratégia já bastante conhecida dos estudiosos do mundo rural, onde o pai deixa a terra na mão de um dos filhos para assegurar a permanência da propriedade, uma vez que a sua divisão tornaria inviável a reprodução da vida das famílias naquele espaço, levando á dissolução da mesma. Abramoway, (1998) mostra como a unigentitura é uma estratégia utilizada por muitas famílias de agricultores familiares para manter a propriedade. Assim também, Woortmann (1993) desenvolveu importantes estudos onde demonstra a primogenitura ou a imposição disfarçada de fuga de moças para o casamento, como estratégias das famílias que precisam manter a propriedade nas mãos de apenas um dos filhos, como forma se assegurar a sua permanência. Outros estudos como o clássico *Sul, caminho do roçado* de Afrânio Garcia Jr. (1989) tem demonstrado como filhos de agricultores familiares do Nordeste necessitam migrar para a cidade, a fim de conseguir recursos que possam ajudar a

manter a propriedade da família. Na região aqui estudada, muitos desses filhos de *colonos* agricultores familiares que não puderam se manter na terra de seus pais, nem puderam comprar seu pedaço de chão, buscaram acessar a terra através da luta.

Se nós não tivesse vindo nos sem-terra eu nunca ia ter terra. Porque o pai dele que era bem de vida, era um alemão assim ó (gesto cerrando o punho indicando que era sovina ou “mão de vaca”) plantava um fumo, o véio vendia, vinha com a bombacha assim, com um pacote de farinha e um garrafão de vinho, não dava nada p’ros fio. E daí passô tudo p’ro J.H., nem era o caçula, era o penúltimo, que depois botô tudo fora, fazendo festa. Ele (marido) nunca ganhô nada, nunca ganhô herança, só trabaiano, tinha dinheiro, sobrava, mas condição de ter terra nunca. Já o meu pai tinha um alquere e meio, e o finado pai dele tinha sete, só que quando tava p’ra morrê passô tudo pra um fio só. (Assentada E.H., 57 anos).

Temos, então, uma situação que gera um quadro de tensão se outros fatores não se fizerem presente. Quando não se conta com uma reserva de terra que possa ser acionada, na condição de uma fronteira em expansão, os casais que tenham o modelo da agricultura familiar são levados por diversos fatores a reproduzir uma família com um número expressivo de filhos. Uma das consequências é se contar com muitos braços para ajudar no trabalho da unidade de produção familiar. À medida que os jovens iam constituindo suas próprias famílias, quase sempre tinham que migrar para não esfacelar a propriedade entre os muitos irmãos, sendo comum ficar o patrimônio familiar com apenas um, o primogênito ou ultimogênito. No caso acima, de acordo com a descrição da *assentada*, o critério para escolha foi aquele filho com o qual o pai mais se afeiçoou. A este filho predileto foi lhe concedido toda a herança. Tratar-se-ia, portanto, de um caso de prediletogenitura. A maior parte dos filhos teria que migrar, como conta um dos *assentados* cujo pai tinha nove filhos, morou por um tempo na terra do avô que tinha onze filhos, migrando e conseguindo no máximo arrendar terras, até decidirem também acampar e reunir posteriormente um pouco da família no assentamento:

Nóis era lá da região de Planalto, lá meu pai morava na terra de meu avô que teve onze filho e aí tinha que trabalhar fora, depois viemo p’ra os lado de Capitão e arrendava terra, e meu pai não ficô muito atrás teve nove filho que escapô vivo. Aí cada um se vira como pôde, até que acampemo p’ra conseguir uma terra p’ra nós, e ficá todo mundo junto, tem irmão meu em São Paulo, em Ponta Grossa, mas trabaiano na roça ficô só eu e mais dois irmão que mora no lote do pai, e tem uma irmã minha que mora aqui num alqueire no meu lote. (Assentado E.V. 42 anos).

O que percebemos nas histórias contadas pelos *assentados* é que as suas diferentes trajetórias⁶⁵ tinham em comum o trabalho anterior na “roça” e para os “outros”. Que por meio do arrendamento, em que deixavam até metade da produção para o proprietário, quando este fornecia além da terra, também os insumos para o plantio, outros trabalhavam como *agregados* nas fazendas, cuja lógica era parecida, tendo que entregar a “terça”⁶⁶ para o patrão, como *peões*, *diaristas* ou *bóias-frias*. O desejo de *morar e trabalhar* no que é seu, se contrapunha a dura realidade de ter que trabalhar para os “outros”, obedecer a ordens sem a certeza da continuidade futura. Esta era um das principais motivações para acampar, surgindo como possibilidade de se mudar o próprio destino através do trabalho dos mediadores. Como observou Wanderley (2003) um projeto de vida no campo, para além da sobrevivência, é o que une esses trabalhadores. A organização em um acampamento foi a estratégia construída por aqueles *sem-terra*. Em verdade, quando os ouvimos, podemos destacar que a identidade de *sem-terra* é algo que não se constituía nos momentos iniciais das trajetórias narradas. Ao contrário, por se pensarem enquanto proprietários havia uma oposição com relação aos que eram vistos como indignos, por não serem capazes de garantir a terra e o modelo de vida adotado. É diante das crises que se abre a possibilidade de se aderir a um acampamento e que se vai então, retrospectivamente adotando a leitura de uma condição de *sem-terra* sentida não só como negativa, como se torna fonte de orgulho para alguns, para realizar esse projeto de vida.

Tinha uma pessoa que fazia grupo e [nos dizia:] - vamo organizá o pessoal, vamo acampá e tale e coisa... e a gente naquela esperança de ganhá uma terra, sabia que não era no otro dia que ganhava... aí fiquemo embaixo da lona mais de três ano, só ali na bêra daquela BR... (Assentado J.S. 47 anos).

Para a organização dos acampados foi possível contar com o apoio das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), e dos sindicatos de trabalhadores rurais (combativos), que socializavam noções de direitos, a ponto de despertar os trabalhadores rurais para a possibilidade de se chegar à um ‘pedaço de chão’. Sendo que tal compreensão, de que

⁶⁵ Para uma visão mais geral destas trajetórias, ver quadro página 118.

⁶⁶ Aqui terça se refere ao acordo que regia a relação. Tudo o que se produzia deveria ser dívida em três partes, cabendo ao patrão / dono receber um terço, sem compartilhar das despesas, que ficavam sob a inteira responsabilidade do empregado.

poderia valer a pena acampar para “ganhar uma terra” se fazia também por meio de redes sociais. Contudo, mesmo assim, para entrarem no acampamento às margens da BR 277, segundo nos foi dito, tiveram que pagar certa quantia em dinheiro, o que equivalia na época a R\$ 500,00. Além de pagarem semanalmente uma quantia em dinheiro como contribuição para auxiliar nas “negociações” que eram feitas pelos “cabeças” do acampamento.

Quando a gente casô não tinha nada, ele não tinha nada, eu também [não tinha]. Daí começemo p’ra lá e p’ra cá... Sempre trabalhando na roça, lá em Rio Azul, tinha um irmão que tinha um pedaço de terra. Aí ele vendeu p’ra esse nosso patrão e nós ficamo lá um bão tempo, moremo 13 ano lá como agregado. Aí saímo por causa que uma amiga minha [que] começo [a] dizê: - quem é pobre ganha terra né... Ela era agregada, lá vizinha nossa. Saímo dela [da terra em que estavam como agregados] por causa dessa minha amiga que incentivô, que ia ter terra, quem não qué ter um pedaço? Daí quando essa minha amiga quis sabe se vinha p’ra ganhá terra, daí... dava né. (Assentada E.H. 57 anos).

Usando de uma rede de comunicação informal, por meio do “boca-à-boca” aqueles que não possuíam terra, mas já trabalhavam na mesma, ficaram sabendo e foram chegando para formar o acampamento. Desde *agregados*, *arrendatários*, *bóias-frias*, pessoas *sem-terra* em geral, ou mesmo, filhos de *colonos* com pouca terra, que compunham a heterogeneidade das trajetórias sociais e das identidades sociais que se entrelaçaram naquela luta pela terra e pela vida. A entrada e saída de pessoas do acampamento demonstrava que aqueles que resistiram, estiveram em algum momento ao lado de muitos que desistiram, e tomaram outros caminhos, já que a conquista da terra não era tão imediata como alguns pensavam. É o que demonstra a fala desses *assentados*:

Eu morava em Capitão junto com o pai, eu ficava tocando uma roça, uma lavoura, tinha arrendado umas terras com o cara. Daí o cara era meu colega, e conversando o cara, vai lá, vai, pega uma ficha. Eu vim, o cara fez uma ficha. Isso foi lá em Lindoeste, aí eu fiz a ficha, aí disseram amanhã se quiser montar uma barraca p’ra você pode montar ali com nós. Tinha nego que ‘tava ali já fazia um ano. Tinha nego de tudo quanto era lado. Tinha filho de pequeno agricultor. Por exemplo: tinha três rapaz na casa, e o pai tinha dois alqueire, os rapaz cansei de ver lá, tinha colega meu. Aí ah... vamo lá, que daí a gente consegue um pedaço de terra pra nós lá...vamo conseguir um pedaço de terra por lá. Nós procurava vida melhor, lugar melhor p’ra morá... e foi o que aconteceu. (Assentado A.V. 47 anos).

Ali tinha de tudo, tinha gente que precisava de terra mesmo e tinha gente que nem precisava, que tinha sua propriedadezinha, mas que queria um pedaço maior aí ficava ali né. Botavam fio ali p'ra ficá cuidando, tinha uns brasiguaião... achava que pegava na outra semana terra, mas não era desse jeito e ia embora. Vinha ali só p'ra tentá aventurá, mas aí via que a coisa não era como eles pensava, que era mais difícil, demorava mais. Só foi ficando os que não tinham onde morá, bem dizê né. (Assentado J.S. 47 anos).

Evidentemente, nem todos percorreram o mesmo caminho até chegar na terra. Alguns não conseguiram resistir para chegar ao objetivo almejado, partiram para outras itinerâncias, para outros rumos, migrando para outras regiões rurais, em projetos de colonização ou mesmo em trabalhos na zona urbana. A desistência era compreensível para as circunstâncias que estavam, pois as inúmeras dificuldades enfrentadas ao decidirem lutar para chegar à terra estava em morar em barracos de lona, tomando banho no rio e sem lugares adequados para fazerem a higiene pessoal, além da falta de comida, que por vezes era conseguida por meio da solidariedade mediada por agentes ligados à Igreja Católica, e aos sindicatos. O trabalho como *bóia-fria* para os agricultores da região foi um recurso para sobreviver enquanto esperavam as “negociações” por terra terem um desfecho favorável. O que implicou numa demora de tempo superior a três anos, pois foi o tempo que durou esse acampamento, antes de serem transferidos para o assentamento.

Portanto, para estudar a dinâmica dos assentamentos, há que se considerar as particularidades dos processos que o constituíram, e nesse sentido, ter uma compreensão ampla dos processos que envolvem os mesmos.

Wanderley (2003) ao realizar um estudo de caso no assentamento Pitanga em Pernambuco afirma que a luta pela terra se constitui numa alternativa social e politicamente viável, porém, extremamente dolorosa, não sendo apenas uma alternativa entre outras, mas mais do que isso, a terra é a pré-condição para ser agricultor. Para esta autora é o conhecimento anterior existente entre os *assentados* que fortalece o sentimento de unidade, que, no entanto, não deixa de ser perpassado por tensionamentos.

O desânimo e a vontade de desistir se faziam presentes muitas vezes, por conta, não só das condições materiais de existência no acampamento, mas por terem que enfrentar o estigma por parte das pessoas que circulavam no entorno do mesmo. Entre

as várias dificuldades impostas pela vida no acampamento, uma das que parece ter sido mais dolorosa, foi a discriminação que sofreram.

O processo de estigmatização funciona como um meio de controle social formal no sentido de afastar certos membros de grupos minoritários, (ou que detém pouco poder na sociedade) de vias de competição (GOFFMAN, 1988). No caso dos “sem-terra” se faz presente uma concorrência por um lugar social valorizado por meio do acesso a terra e as políticas públicas posteriores. O estigma se incorporado, surte o efeito desejado por aqueles que estigmatizam, mas na dialética desse processo encontramos a recusa do lugar social que lhes destinou os vigilantes das normas da sociedade mais ampla. Todo aquele que se reconhece enquanto *sem-terra* vive (um saber dolorosamente instaurado) a carga questionadora da ordem social que está presente nessa categoria, pois a imagem que se tem no imaginário social é o de desobediência civil, de manifestações, protestos, ocupações no campo e na cidade. Aliás, ocupação é uma categoria que é duramente embatida pela sua concorrente: invasão. São muitas vezes definidos como “infratores” ou como “invasores”, pessoas que estão fora da legalidade e que, portanto, fogem às normas sociais, sendo um empecilho para a ordem social funcionar. O estigma funciona como um tipo de violência para encaixar no modelo de sociedade que valoriza a propriedade privada da terra, enquanto mercadoria, silenciando-se do passado o histórico de formação de certos latifúndios por meio da prática de *grilagem*. Sendo assim, o processo de estigmatização pode funcionar parcialmente para desmobilizar os movimentos sociais do campo e a luta pela Reforma Agrária ao ser conjugada com outros tipos de violências simbólicas e físicas chegando ao extremo da eliminação existencial do “outro” *sem-terra*.

Na fase de acampamento esta população sofreu maior estigmatização pela própria condição material / existencial na qual se encontrava - morando em barracos de lona, discrepando daquilo que se considera o mínimo para uma vida digna. É o que se percebe nestas falas:

Cara, eu falo p’ra você, você veja bem, você pensa bem... A gente ficou dois anos de baixo de uma lona, você analisa só a gente ficá dois anos de baixo de uma lona. Era sofrido, lá você não tinha banheiro p’ra tomá banho. Lá você não tinha lugar... tinha que saí nos mato, era terrível. (...) Sem-terra naquele tempo era bicho... era oiado com mau zóio. Mas tinha gente que dizia que preferia mil veiz os sem-terra do que a cadeia né. (Assentado A.V. 47 anos).

Passava na rodovia e ficava ouvindo xingamentos... Passava ônibus lá e gritava: Tropa de vagabundo, vão trabaiáaa (imitou como gritavam).

E era triste ficá ouvindo isso. Quando embarcava no ônibus, que sempre fazia compra, era só lá no Lindoeste, ali perto tinha só duas bodeguinha e era fraco... aí ia, comprava carne p'ra assá no domingo, verdura que faltava, nós tinha esse costume, agora porque nós 'tava ali embaixo da lona não vai mais comê, daí nós ia né.. Nossa! Quando embarcava no ônibus... quando entrava... ainda que parava mais pra frente né... porque lá era muita criança né, aí quando parava, ouvia os comentário dentro do ônibus: Que tropa de vagabundo! A gente dentro do ônibus tinha que engoli né, vai brigá com tudo? (Assentada E.H. 57 anos).

Como vemos, das dificuldades enfrentadas por aqueles trabalhadores no momento do acampamento, o que sua memória seleciona como um dos aspectos mais dolorosos foi a discriminação sofrida, fazendo com que, dar continuidade à luta pela terra se constituísse num processo marcado pela resistência. Como observou Wanderley no assentamento Pitanga – PE. (2003, p. 207) “[...] mesmo sendo viável, a luta pela terra representa uma experiência extremamente dolorosa para os que dela participam e exige uma extraordinária capacidade de resistência”.

Enquanto muitos não viam durante o acampamento a perspectiva de se chegar à terra e acabam por desistir, a capacidade de resistência era testada no dia à dia do acampamento. O que amenizava tudo por que passavam era a esperança de um dia chegar na terra e não trabalhar mais para os “outros”:

Se o cara não tivé resistência pra agüentá essas coisa o cara desisti né. Eu não desisti, mas bastante gente desistiu... a luta não é fácil não, é sofrida. Quem desistiu, não agüentava ficá e dizia: eu vô parti p'ra otro lado, parti p'ra otra mióra né, isso aqui não dá pra mim. Só que a gente só vive de trabaia de pião, p'ro lado que for vai ter que trabaia mesma coisa né. E a gente tinha aquela esperança de ganhá terra. (Assentado J.S. 47 anos).

À medida que a expectativa de “ganhar a terra” aumentava, revigorava-se a resistência ao aumentar a certeza de que teriam um lote da reforma agrária, ajudando a superar as dificuldades quotidianas e a enfrentar a estigmatização:

A gente não desarcoçou, por uma coisa, a gente tava naquela esperança de ganhar terra, daí tá facero, daí não tá se importando o que passa, assim não sofremo tanto. (Assentado I.H. 58 anos)

Mesmo não tendo acompanhado o processo de negociação como líderes, tal processo é contado pelos *assentados* mais antigos, como um momento que marcou suas vidas e é lembrado até hoje com certa empolgação e descrição detalhada do dia em que realizaram as mudanças para a terra que poderiam ficar. O medo, a incerteza e a insegurança, permeavam os sentimentos de alguns que mesmo não tendo “nada a

perder”, achavam que poderia ser uma cilada. A mudança do acampamento na beira da BR para o acampamento onde era para ser a Colônia Penal Agrícola, marca a transição de uma fase para outra e é lembrada em detalhes:

Os caras companheiros de barraco né, já eu não vou ir lá, por que lá não sei o quê. Os outros falavam: - eu não vou. Eu falei de noite, há! querem ir, vão. Eu falei p’ro cara do ônibus né, amanhã cedo você pode encostar aqui, de madrugada que eu já ‘tou. Eu era decidido cara, levanto p’ra cinco horas da madrugada já ‘ta, eu vou. Os meninos ia olhá as minas d’água, onde ia acampar, eu não, Eu já vou p’ra morar, eu já ia p’ra morar. Eu falei é muito melhor ficar lá noventa dias, do que ficar aqui na beira da estrada, aqui. Lá pelo menos tem mato p’ra você andar, tem água p’ra você tomar banho, lá é mais aberto, p’ras crianças. As crianças tudo aqui na beira do asfalto era um perigo, homem... que Deus me livre.

Daí é falei, vocês querem vamos, se vocês não querem, eu vou indo, pelo menos lá olhar eu vou, quando foi de manhã cedo o cara da prefeitura encostou o buzão lá. Ai tinha, nunca me esqueço, tinha um... um... um fogão a gás que eu tinha, vermelho cara, peguei empurrei o fogão a gás dentro do ônibus cara, já botei na mochila uma panela de risoto que tinha lá. Nós ia,... uma panela de risoto que nós tinha feito de noite p’ro outro dia cedo, só fizemos empurrar, e vamos embora, ele falou é p’ra já. Quando nós joguemos a mochila p’ra dentro, o outro já falou, ah eu vou também, olha aquele ônibus veio assim de nego, olha! Chegemos aqui rapa era uma época de pêra vimos aquele monte de pêra, ah daqui eu não saio. Daí a turma ficaram esperando o chamado, louco nós, o chamado, (risos) ia morrer aqui não sei o que, eu falei que isso, que morrer nada cara. Aí chegemos aqui, eu falei p’ro cara lá, eu daqui, não saio mais desse lugar, só saio daqui caso de morte agora. Ai nós chegemos lá, foi uma turma lá, de volta com o ônibus, Deus me livre, que lugar! coisa mais linda eles falavam! Chegaram lá, era o lugar, nós ficamos a noite ali Daí eu falei, olha... ai nós voltamos p’ra lá de noite né, o ônibus p’ra carregar no outro dia cedo, que queria vim, chegamos lá, a coisa mais linda o lugar, é lugar aberto, não é mato nada, é terra de lavoura já. De manhã cedo, era três, quatro caminhão puxando direto mudança. Eu falei, nunca vi uma coisa desse tipo, teve duas semanas p’ra trazer as traíás, tudo de lá. (Assentado A.V. 47 anos).

Apesar de resistirem no acampamento às margens da BR 277, as tentativas de negociação com o governo, não eram vistas de forma totalmente confiável, em um período de “abertura democrática” recente, era preciso conferir se a área para onde seriam levados, era satisfatória para viverem. Ficou na memória o dia da mudança, e que a luta não foi em vão sendo possível mudar a própria história.

3.2 Da beira da estrada ao lugar da esperança: a formação do assentamento

Após a confirmação de que era um lugar com as condições propícias para produzir e se auto-sustentar, com água de mina, com a autorização prévia para plantar, as mais de cinquenta famílias tiveram motivação para se mudar para a área onde seria o assentamento. Ao chegarem ao local destinado, fizeram novo acampamento no início de 1987 e depois de passar o inverno começaram a fazer os primeiros plantios, ali as famílias já estavam sendo avaliadas pelos representantes dos órgãos competentes, IAP e INCRA que, juntamente com uma comissão composta de três *assentados*, escolheriam quem ficaria no futuro assentamento. Aqueles que não tinham um “conhecimento” no trabalho do campo, ou que eram classificados como “não trabalhadores” eram fortes candidatos a não ficarem, como vemos no relato abaixo:

A turma deram um pedaço de plantio, quem quisesse plantar, eu falei, eu com a disposição que eu tava, às vezes o cara era bom de serviço e o cara tinha vontade de trabalhar, tinha uns, que não tinha. Eles deram um pedaço de terra p'ro cara, tinha uns que aravam, abriram verga pra plantar milho, homem! De cima pra baixo assim, era pra fazer a valeta batia chuva ali, e não aravam atravessado, levava tudo as semente com a chuva (risos). (...) O cara que era agricultor, a gente já via, eles já começaram a se organizar por ali né, os caras que plantavam e limpavam o pedacinho de terra, deram um pedacinho de terra p'ra cada um, p'ra plantar, e teve gente que plantou um quadrinho de arroz e o mato tomô conta. (Assentado A.V. 47 anos).

O que legitimaria ter um ‘pedaço de terra’, não era somente o trabalho, mas o “saber” sobre como trabalhar na terra, sobre as épocas e as formas de cultivo. O que para muitos que foram *bóias-frias* isso não fazia parte das suas rotinas de trabalho enquanto mão de obra que não acompanhava todo o processo, mas somente um fragmento da produção, mas geralmente entravam somente em uma das etapas, como por exemplo para a limpeza das ervas daninhas, ou para a colheita do feijão ou do algodão no caso, não participando do plantio.

Sabemos que houve a interferência dos próprios *sem-terra* no processo de seleção, pois a comissão que os representava teria algum poder para decidir e informar os técnicos, relatando certos fatos que ali ocorriam, como brigas, desavenças, bebedeiras, ou aqueles que não teriam problemas de relacionamentos com os potenciais vizinhos. Houve também a influência dos *colonos*, que também entravam na rede de informações, pois o técnico do IAP que cuidou do processo de assentamento desde o

início circulava entre aqueles. Mas de acordo com as recordações dos primeiros *assentados* – o que pode nos indicar o modo pelo qual se constrói uma memória que permite destacar os processos e os elementos que são percebidos como significativos para o presente que se está vivendo no agora - o que mais pesou na decisão foi a pesquisa do passado dos candidatos ao lote, juntamente com o acompanhamento e julgamento valorativo do comportamento social e do trabalho. Vejamos a fala que segue:

Ah ele ia se informá, onde a gente morava, se tinha problema tudo né? se faz financiamento não paga e tudo né? E a gente sempre trabalhava muito, sempre se esforçô, era noite e dia na roça, a gente sempre nunca passô fome porque trabalhava muito nessa vida né? E lá era sempre era bem vindo nos vizinho e tudo né.. E lá no Alto Paradai, se dava com Deus e tudo mundo e saímo de lá que era p'ra ganhá terra mesmo né? Se não, não 'tava aqui né? Daí foram lá, esse técnico do IAP foi, chegô na bodega e pronto, e pergutô se fazendo de bobo sobre meu marido e tal... Aahn o home mais trabalhador que tinha aqui, honesto, trabalhador, que nós coía 400, 500 saca de soja no braço, mas nós não tinha domingo e não tinha noite. Era de sol a sol, de noite a noite. E esse home tava lá, que triava p'ra nós e disse: - Ah! Mas deus me livre, se aquele não merece terra, então não tem ninguém que merece terra e tal, e vieram de cabeça feita. (Assentada E.H. 57 anos).

O *ethos* de trabalho compartilhado naquele universo tanto pelos *colonos*, como pelos técnicos, também é reiterado hoje pelos *assentados* que usam as mesmas explicações para distinguir aqueles que queriam terra para trabalhar e aqueles que “não prestavam” e que não ficaram com as sucessivas “peneiradas”. Tais classificações por parte dos *assentados* me permite afirmar que a ética prática do trabalho árduo, não é uma característica somente dos *colonos*, não havendo uma diferença com os *assentados* no que se refere ao trabalho, mas uma construção social que desqualifica os *assentados* que ficaram.

O trabalho duro, agregado ao conhecimento sobre como trabalhar foi um dos critérios importantes para a seleção dos lotes e que legitimaria a permanência naquele espaço interferindo inclusive na relação com as comunidades vizinhas.

Aspectos vários referentes ao trabalho, relacionamento e até o “capricho” com o barraco de lona, foi analisado pelos representantes dos órgãos responsáveis. Como conta essa *assentada*:

Desde o barraco, como que se diz, o capricho a higiene. Até isso eles reparavam, se o cara trabalhava, se era responsável, se tinha problema com bebida e brigava. Então tudo isso eles analisava. (Assentada E.H. 57 anos).

O *ethos* do trabalho, outra vez foi afirmado como o quesito máximo para merecer a terra, portanto, uma seleção criteriosa, justificava-se com o intuito de que aquela família que fosse beneficiada com a terra, vivesse na e da mesma. E, mesmo com tantos critérios, as divergências entre os membros do assentamento começaram antes mesmo da chegada dos “compradores” dos lotes. Logo após a divisão da terra em lotes, determinado quem ficaria e o início da construção das casas aumentaram-se os tensionamentos. Sendo que, a aparente união e coesão do grupo enquanto estavam na condição de acampados, quando assentados desmanchou-se no ar. Ao menos é assim que alguns vão descrever os resultados que foram sendo gerados no contexto do assentamento. Tais divergências passavam desde a escolha dos lotes tidos como “melhores”, onde se tinha acesso facilitado à água e os lotes que tinham maior quantidade de madeira “de lei” autorizada para o corte, até acusações de que alguns não precisavam de terra.

Neste ínterim, formaram-se cisões também com os que chegaram posteriormente, que não eram reconhecidos como iguais, por não terem passado pelo “sofrimento de barraco”. As intrigas geravam-se também em torno da comissão composta por três *assentados* que eram para estar à frente das “negociações” com o Estado para recursos públicos e acabavam muitas vezes “negociando contra” os demais, através de intrigas e fofocas que aumentavam a desunião.

E aí eu disse: faz mais de meis que ‘tamo discutindo p’ra ser parte igual, e tem otra, eu não vô com a tua cara, porque você chegô onte, você nem era acampado, eu sô desde o começo e eu vô lutá, e eu quero a minha parte seja onde for, falei. Ah porque você é muito revoltada..., sô mesmo falei e bocuda, e eu quero partes igual, e se você não é home de sustentá o que foi tratado tudo nas ata, a pessoa que dá palavra não voltá atrais. (...) Sei que puxaram as ata lá, e daí discutimo e daí tinha que ser parte igual, se desse cem conto pra cada um, era cem conto pra cada um dos treze. Daí ele não queria que nós tirasse nossa parte, porque nossa parte era p’ra dá pro véio pai dele. (...) Eles eram tão farsos, por isso que eu falei: - eu sô da verdade, eu falava na cara e na hora, porque diziam que tinha que discuti na hora e saí amigo, mas eu ficava na minha né, mas e... lá na reunião botavam o rabinho no meio das perna, depois ficavam de barraco em barraco fofocando, entende? Daí lá na reunião tudo era amiguinho... aí depois saía era fofoca aqui e ali. Eles falavam por trás, mas por frente não. Não era gente agitada. Mas antes de consegui os lote rezavam tudo junto, depois terminô a reunião de rezação. (Assentada E.H. 57 anos).

A comissão teria ainda práticas de não avisar a todos sobre a chegada de recursos, ou ainda pelo desvio de cestas básicas que vinham com nome e endereço certo para cada uma das famílias assentadas.

Um dos motivos de tensionamentos foi a venda dos lotes por parte de alguns dos *assentados*. Aqueles que abandonaram seus lotes tiveram a reprovação não só dos *colonos* vizinhos, que acabavam por reforçar uma imagem negativa dos *sem-terra* em geral. Já entre os próprios *assentados*, aqueles que venderam não podem ser confundidos com os que ficaram que se posicionam contra essa prática por entender que não é uma terra para se negociar, mas para trabalhar com a família:

O cara quer terra p'ra trabalhar e quer fazer rolo, aí começaram a vender, vender, vender... rolo, rolo e rolo". (Assentado A.V. 47 anos).
Nóis toda a vida fomo contra isso de vendê os lote, porque eu mesmo sô contra, porque um assentamento é p'ras famiá prantá. (Assentada E.H. 57 anos).

Tem gente que vendeu barato, olha esse lote aí, ele trocou numa casinha no valor de dois mil e quinhentos, e eles brigavam comigo, tem terra aí que eu não queria que vendesse, que eu sabia, que eu passei pelo assentamento, e que eu vim p'ra trabalhar, não venda a terra, não venda, eles diziam: eu vendo e faço o que eu quero e se escondia da gente, e dizia que a gente era contra do movimento, era contra a luta, não sou contra, quer vender venda né, quero ver amanhã você conseguir um pedaço de terra. (Assentado O.P. 52 anos).

A terra pode ser vista como uma política pública, e, portanto, não pode ser objeto de especulação, ou comercializada como uma mercadoria, pois não é esse o sentido que tal política tem, assim afirma o *assentado* que foi militante do MST e ocupou um lote que havia sido vendido. A terra, tão sonhada e conquistada com tanta luta, apesar de representar para alguns a liberdade e a possibilidade de realização de um projeto de vida, para outros representou um meio de conseguir um recurso que lhe possibilitasse partir para outras vivências.

Maria Aparecida de Moraes Silva (2004) percebe a importância da terra como base para a identidade dos *assentados*, sendo considerada, ponto de chegada para os que resistem, e ficam no assentamento, para quem muitas dificuldades irão aparecer, mas acreditam em um projeto de vida ali; e ponto de partida em novas itinerâncias para os que desistem e abandonam os lotes.

Para essa autora, o assentamento é um processo de recriação de experiências, de re-socialização que envolve passado, presente e futuro. Portanto, “não se trata de

uma realidade homogênea, não obstante, todos terem recebido a mesma quantidade de terras, percebendo também clivagens entre os assentados” (SILVA, 2004 p. 103).

É o que também percebi nas falas em que se referem a situações em que houve ocupação há aproximadamente dez anos para impedir a venda de dois lotes para comerciantes da cidade, tais ocupações foram condenadas por aqueles que compraram o “direito” e moravam no lotes, acusando os então militantes do MST de “ladrões” de terra:

Eu acho o seguinte, ele achava que nós não tinha comprado, nós tinha roubado a terra. Ele tinha um contrato, a mesma coisa, se eu fizer um contrato e te vender isso aqui.

P’ra ele, mas o cara pegou pesado com ele, e junto comigo ele falou. E no dia que ficar sabendo de novo que você falou que foi roubado terra aqui, e que você comprou, você vai provar quem vendeu essa terra. Porque essa terra é do governo, e se você comprou você vai ter que provar de quem que você comprou; ah, mas eu comprei de um cara que morava aqui... (Assentado M.M. 45 anos).

As acusações dirigidas àqueles que ocuparam os lotes como “ladrões” se fazem pela lógica do mercado e da propriedade privada, ao dizer que a terra é do governo, em resposta a estes, estavam querendo dizer que aquela terra não pertence a ninguém em particular, mas que é pública e que, portanto, deve servir ao destino público que lhe foi dada. É notável aí um aprendizado político anterior ligado ao MST.

É comum ouvir entre os *assentados* histórias daqueles que venderam os seus lotes, e que ao encontrarem algum conhecido em comum, familiares ou até mesmo os ex-titulares dos lotes, os mesmos afirmarem que se arrependem de ter se desfeito da terra, alguns inclusive viraram “catadores de papel” na cidade, outros voltaram a trabalhar como *peões*.

Se para alguns a escolha foi abandonar a terra, para os que ficaram foi uma vitória, a realização de um sonho há muito tempo perseguido, e, portanto, uma valorosa conquista não só da terra, mas de uma relativa autonomia, contando com uma estabilidade que o trabalho como *peão* não permitia:

Eu no passado, que eu tentei chegá até aqui eu sempre pensei, eu trabalhava assim e pensava um dia quero ter meu pedacinho de terra pra mim fazê minha casinha né. Pensava assim vô comprá aqui dentro e fazê uma casinha, nem que eu tenha que trabaia pra fulano e fulano, ma chegô de noite eu tô na minha casa, no meu pedacinho de terra que é meu, que não percisa saí, ficá se mudando... Mas não tinha como eu comprá, a terra cada veiz mais cara, e nós pobre que era uma tristeza, só trabaia pra comê, comprá uma ropinha, mas eu tinha esse sonho de um dia ter um pedacinho de terra, aí surgiu essa oportunidade eu

fui, mas sofri, sofri mesmo e não desisti. Eu fui lutando até que cheguei aqui, consegui, quando eu consegui pegá aqui, pra mim foi uma vitória né, uma batalha que eu sofri mas consegui vencê. Agora nunca mais, e dá o exemplo p'ros fio, pra não ponha fora isso aqui, que não foi fácil conseguí. (Assentado J.S. 47 anos).

Esse passado de quem foi acampado e conseguiu por meio da luta chegar a terra, é de certa forma contraposto aos que chegaram depois por meio da “compra”, há fronteiras internas no assentamento em que se constroem novas classificações para aqueles que compraram um lote que os distingue daqueles que participaram e lutaram no acampamento. O “comprador” não é aceito da mesma forma pelo grupo, ao mesmo tempo em que não se reconhece como *assentado*, não se vendo como *sem-terra*. A identidade de *assentado* está no diálogo não só com a identidade dos “de fora”, dos *colonos*, mas, internamente, existe a presença do “outro” que não é tão “trabalhador” ou que não cumpre com o mínimo que lhe é exigido, justo ou valorizado para ser um *assentado*. Nesse sentido, podemos dizer que existem múltiplas referências na construção das identidades de *assentado*. Ser *assentado* é uma entre as várias identificações das famílias, mas, ela precisa ser reforçada por uma história de luta e de trabalho que legitime socialmente o merecimento da terra.

A partir das várias convergências e divergências, o assentamento hoje se encontra tanto com um número superior de famílias, como com novas configurações familiares que ali adentraram por outros meios que não a luta através do acampamento.

3.3 A configuração atual do assentamento

A área onde se encontra atualmente o Assentamento Colônia Esperança é de 112,5 alqueires paulistas, dividida em 13 lotes, sendo que 5 famílias dividem seus lotes com família de *parcelário*, somando ao todo ali 18 famílias.

Logo na entrada principal que está entre o distrito de São Salvador e a Linha São Roque, avistamos uma placa com informações de que a sede da comunidade está a 2 km e a de São Roque fica à 4 km (ver Mapa das duas comunidades – Anexo II). Há uma estrada que é mais utilizada, atravessando o assentamento, desta seguem estradas menores e precárias que por vezes servem de divisas entre os lotes, mas cumprem a função de se chegar as casas, sendo menos movimentadas, e mais fácil de se notar a presença de quem por ali passa. As casas em sua maioria são de alvenaria, sendo notável que sempre lhes faltam algo por fazer, como o reboco e pintura, ou ainda nota-

se a ausência de área, ou do forro, indicando o pouco recurso que acessaram para construí-las. Contam, em geral, com dois quartos, sala junto da cozinha e banheiro e garagem em que nota-se que foi feita posteriormente a construção da casa. Na frente da maioria das casas não há muita preocupação com o jardim, não fazendo muita diferença entre os fundos e a frente das casas, com relação ao terreiro de terra que a circunda. Há 3 lotes em que são perceptíveis construções grandes de aproximadamente 20 x 10 metros, como estábulo (estrebria) ou chiqueiro, sendo que nos demais este tipo de instalação são bem menores. Não havendo local específico para armazenamento de sementes, insumos e ferramentas, como o “paiol” percebido entre os *colonos*. Tal local é improvisado nos fundos da casa, ou ainda nas outras construções ou junto das outras construções. A pastagem para o gado toma a maior parte do lote em que se conjuga produção de leite com horticultura. Sendo que aqueles poucos que se dedicam mais à lavoura de milho, feijão ou mandioca cobrindo a maior parte do lote, ficando um espaço menor para criação de animais de pequeno e médio porte. Não percebi a presença de pomares, mas somente pouquíssimos pés de frutas, tais como: banana, pêra, laranja e limão.

É notável a ausência de espaços comuns adequados, o que compromete de certo modo a sociabilidade do assentamento. A precariedade de tais espaços está no fato da inexistência de Igreja, agravado pelo não término do pavilhão que seria o salão comunitário para a realização de festas e outras promoções, este sendo uma das principais reclamações do que falta ainda para a comunidade ser melhor.



Figura 2 – Salão comunitário inacabado - Assentamento Colônia Esperança.

Para a realização de reuniões sobre as “negociações”, ou os rituais religiosos, utilizam-se do espaço improvisado na “escolinha” que fica a 30 metros do pavilhão inacabado, localizados na parte central do assentamento, onde há também um campo de futebol que é raramente utilizado pelos poucos jovens que ainda ali estão, e que em outros tempos recebeu times das outras comunidades da região, que hoje tal como Colônia Esperança não conseguem formar um time sequer.

Junto da “escolinha” há a “casa do professor”, que no momento da pesquisa estava abandonada há dois anos, o último professor que era filho de *colonos* da comunidade rural de Jangada Taborda a 20 km do assentamento, deixou o mesmo por passar em concurso na cidade de Toledo. A secretaria de educação do município de Cascavel não o substituiu para o ensino das séries iniciais para as crianças.

A ausência de um espaço de lazer é a principal reclamação atual, que a exemplo das comunidades de *colonos* vizinhas deveria ter uma cancha de bocha, um salão comunitário, jogo de bilhar e um bar para se divertirem nos fins de semana. Se assim o tivessem, o dinheiro arrecadado com a venda de bebidas, cigarros e doces, poderia ser revertido para diretoria da igreja, organizarem festas com o intuito de construir uma igreja.

A qualidade de vida que desfrutam os *assentados* no dias atuais, conta com a importância e valorização em ter habitação em que muitos conseguiram recursos para construir ou reformar as casas. Além da maioria dos *assentados* possuírem veículos de transporte como carros que são utilizados muito mais para o trabalho do que para o passeio, sendo que há duas famílias somente que não os possui e dependem de caronas dos seus vizinhos. Mesmo para estes, a localização do assentamento é vista como próxima da cidade de Cascavel (30 km), e do asfalto (6 km), o que facilita o acesso a certos serviços prestados na cidade e no distrito rural⁶⁷.

Os *assentados* após a conquista da terra reivindicaram educação, saúde, assistência técnica, melhores estradas, poço artesiano, enfim instalações em cada lote e para toda a comunidade e recursos específicos para a produção. Sendo assim, havia variados interesses, que iam além do interesse na terra.

⁶⁷ No distrito rural além do acesso ao posto de saúde, tem-se o acesso à educação até o ensino médio, apesar de que a escolinha de 1ª à 4ª série do primeiro grau (que funcionava dentro do assentamento), foi fechada há dois anos, o que dificulta para as crianças irem a escola em dias chuvosos.

A partir da conquista da terra, já quando acampados passaram a se enraizar neste lugar. Durante o processo de formação do assentamento, recompõem-se identidades, assim que se re-territorializam, não sendo um processo linear, nem homogêneo, mas com rupturas, descontinuidades, contradições que se manifestam ao olhar o “outro” e refletir a si mesmos.

O “outro”, o diferente, também está próximo, no próprio acampamento e também no assentamento. Se durante o acampamento havia mais o clima de que todos “nós somos irmãos”, essa igualdade universal com base no cristianismo, não elimina as diferenças, que num primeiro momento podem ser mais toleradas à medida que os lotes são distribuídos. Ao emergir a condição de assentado aquela coesão provisória e aparente se desfaz, dando lugar a tensionamentos entre as famílias que farão parte das especificidades históricas daquela comunidade.

Como percebeu Silva, (2004) existem entre os *assentados*, clivagens diversas que forma uma heterogeneidade de sujeitos, de modo que não se pode falar em uma identidade única de *assentados*. Essa heterogeneidade pode ser vista a partir de situações diferentes.

Nesse sentido, é importante conhecer as diferentes trajetórias para compreender como o assentamento hoje está composto: 1-Aqueles que acamparam e são os mais antigos e ali ainda estão, conhecendo a história desde o início; 2- há os que vieram depois, mas foram acampados em outros lugares e também tiveram o “sofrimento de barraco”; 3- os *compradores* que também chegaram depois, mas não se identificam com a luta pela terra e com o assentamento; 4- os *parcelários* que são, geralmente, membros da família do titular do lote, que sobrevivem em uma pequena parcela de terra por meio da horticultura ou trabalham para os demais *assentados* por dia, ou para fora do assentamento para os *colonos* e fazendeiros das proximidades.

A partir das diferentes famílias é possível perceber as diferentes trajetórias e como elas influenciam na forma como se percebem, como percebem os outros e como são percebidos pelos “outros”, dentro e fora do assentamento.

De maneira abreviada exponho aqui, a trajetória anterior de alguns atores representativas da heterogeneidade social do assentamento.

1	Assentado E.V	67 anos, analfabeto / A.V, Filho parcelário. 2ª série, 47 anos, 2ª série / E.V., Filho comprador . 42 anos, 3ª série - família numerosa para os padrões atuais, cujo os avós eram do Rio Grande do Sul descendentes de alemães, italianos com avó brasileira. Os pais migraram para o Oeste do Paraná ainda na década de 1970 para o município de Capitão Leonidas Marques, em que arrendava terras, já na década de 1980 o filho mais velho fica sabendo via sindicato de trabalhadores rurais sobre a possibilidade de conseguir uma terra da Reforma Agrária caso acampasse.
2	Assentada E.H	52 anos, analfabeta casada com I.H. 58 anos, 4ª série - Filhos de famílias também numerosas, provindos do Rio Grande do Sul, descendentes de Alemães, por parte de I.H. seu pai vendeu as terras no RS e comprou 7 alqueires paulistas no sudoeste do Paraná, que ficou para um único filho, excluindo os demais da herança. No município de Realeza/PR começaram a trabalhar como agregados em uma fazenda onde ficaram por treze anos, até ficarem sabendo do acampamento.
3	Assentado J.S.	47 anos 4ª série , com 9 filhos. Caboclo, cujo o pai veio do Rio Grande do Sul, depois para o Sudoeste do Paraná no município de Capanema, depois para Capitão Leônidas Marques onde trabalhava de arrendatário, ele trabalhava como peão em sítios e fazendas até resolver ver o acampamento como oportunidade para uma terra sua.
4	Assentado G.P.	40 anos. 4ª série. “Comprador de lote”. Filho de pequeno agricultor, cujos pais vieram de Santa Catarina na década de 1970, comprando 16 alqueires paulistas no município de Laranjeiras, Centro-Oeste do Paraná, seu pai vendeu na década a terra na década de 1980 com inflação alta, sofreu desvalorização do dinheiro recebido e conseguiu comprar somente três alqueires na Linha São Roque. Migrou para o Paraguai onde trabalhou como mecânico, trabalhou na mesma profissão em Cascavel, retornando para a comunidade vizinha ao sítio do seu pai, ao “comprar” um lote no assentamento.
5	Assentado M.M.	45 anos, 5ª série. Filho de <i>colonos</i> , descendentes de alemães, no município de Capanema, no Sudoeste do Paraná, cujo a mãe ainda tem um sítio de 4 alqueires naquela região. Resolveu participar da luta pela terra, se tornando uma das lideranças do MST no acampamento 1º de agosto durante a ocupação da fazenda Cajati, até ocupar um lote no assentamento Colônia Esperança, que havia sido vendido para um comerciante.
6	Assentado O.P.	52 anos, 6ª série. Viveu até seus vinte e três anos na cidade de Rebolsas/PR centro-sul do estado, migrando para Laranjeiras do Sul, depois Canta Galo ficando ali mais 9 anos onde arrendava terras. Quando foi em 1987 seu medo dos <i>sem-terra</i> acampados, se desfez após discussões com um militante do PT, se inserindo em um acampamento do MST no município de Inácio Martins, se tornando liderança do movimento, transferindo-se para o assentamento Verdum, onde teve experiências com trabalho cooperativo “que não deu certo”, fez permuta de lote em 1993 para o assentamento Colônia Esperança.

QUADRO 2 - Origem social dos *assentados*.

Como percebemos pelas diferentes trajetórias, o que há de comum é que não tinham o acesso a terra, a não ser por meio do trabalho na terra de “outros”, cuja produção ficava toda ou parte para o dono da mesma. Sendo assim, sentiam-se explorados e vendo que os frutos do seu próprio trabalho eram suficiente apenas para o

próprio sustento, ou no máximo melhorar um pouco o “conforto” mais impossível de realizarem o acesso à terra por meio da compra, pois a terra enquanto mercadoria tornou-se mais cara devido a alta concentração que se teve nas décadas de 1970 e 1980 e por outro lado, o aumento da demanda por terras no país após o processo de mecanização do campo.

Maria da Conceição Quinteiro (2003), ao analisar a formação do assentamento Rio Paraíso, demonstra que também naquele assentamento há uma divisão entre os que saíram e os que deram certo. Ali ela classificou os que ficaram em três categorias: os bem-sucedidos, os que deram certo; os bem sucedidos, mas com dificuldades, que se encontram num patamar intermediário e os que deram certo, que planejam com muita dificuldades, que são os poucos que produzem, basicamente, para a subsistência (QUINTEIRO, 2003, p. 189). Na sua análise ela relaciona essa classificação com os capitais de origem dos *assentados*, como máquinas, avalistas e escolaridade. No caso do assentamento estudado, o que parece ter feito a diferença entre os *assentados* foi a capacidade para o trabalho, no sentido tanto da quantidade de trabalho dispendido, quanto do “saber trabalhar”, relacionado com a capacidade de aproveitamento dos recursos.

Discorrendo sobre heterogeneidade e diferenciação em assentamentos, Curado (2006) fala sobre a origem e trajetória das famílias para entender os embates entre diferentes grupos de *assentados*, observando diferenças entre grupos com relação ao “habitus” de assentado que orienta práticas que se re-atualizam e re-elaboram novas experiências surgindo singularidades. Como já salientei anteriormente o espaço rural não pode ser visto como homogêneo, o assentamento não escapa a essa realidade, teoricamente captar o heterogêneo abre a possibilidade de entender as identidades em suas múltiplas facetas para que possamos compreender não só as práticas e experiências que unem, mas, também o “fazer-se diferenciado” na apropriação do território, na re-territorialização (HAESBARTH, 1997) e, portanto, re-enraizamento (SILVA, 2006) processado nas vivências próprias dos assentamentos. Sendo que distintas motivações levam-no a lutar pela terra e continuar na mesma sem vender seu lote, tais motivações estão ligadas à origem e trajetória das famílias que tinham como projeto comum a idealização do retorno à terra.

As identidades que ali são processadas são forjadas nesse jogo entre o que é singular e o que é comum a maioria, sendo que:

(...) as origens e as trajetórias distintas não impediram que a identidade de assentado fosse construída. O peso da experiência de assentamento é apreendido no conjunto das representações simbólicas do grupo, possibilitando novas leituras da realidade social em que vivem. (CURADO, 2006 p. 24)

O autor acima conclui que o cotidiano dos *assentados* está cercado por práticas dissociativas, discordâncias, conflitos, diferenciações, embora haja tais clivagens ainda sentem-se pertencentes a “luta” ou se vêem enquanto “sem-terra” ou como agricultores *assentados*. Mapear as trajetórias e origens das famílias joga a luz, e ajuda a compreensão presente dos entraves na sociabilidade nos assentamentos.

Procurei mostrar até aqui como as trajetórias foram construídas, de maneiras diversas pelos diferentes *assentados*, repercutindo na forma como se percebem e na relação com os vizinhos no interior do assentamento e das comunidades vizinhas, a exemplo da Linha São Roque. As identidades ali construídas não são homogêneas e nem separadas entre “nós” e “eles”, ou entre os que se estabeleceram e os que vieram “de fora”, naquela nova configuração territorial, com novos sentidos sendo processados através das interações e negociações constituindo identidades múltiplas a partir de trajetórias sociais diversas, desde suas diferentes origens sociais até vivências e relações diferentes que se entrelaçaram no assentamento.

3.4 A construção dos outros no assentamento.

Reforçada muitas vezes pela mídia, a imagem negativa dos sem-terra já era formada no imaginário social dos *colonos* da região. Sabemos que os meios de comunicação como Rádio e Televisão ao serem ouvidos ou assistidos não são inteiramente incorporados, mas são re-interpretados e re-significados pelos atores sociais nas suas vivências diárias. Os *colonos* terem como vizinhos *sem-terra*, fez com que refletissem, confirmassem, negassem e confrontassem com as imagens pré-construídas dos mesmos.

Esse processo do lado dos *sem-terra* não se passou sem que não sentissem o estigma que enquanto *arrendatários*, *agregados* ou filhos de *colonos* não sofriam. Além de marcar a história daqueles que lutavam, na transição de *sem-terra* para *assentado*,

demarcando na relação com os “de fora”, o “outro” que nesse caso era os *colonos* vizinhos.

Sem-terra naquele tempo era bicho... era oiado com mal zóio. Mas tinha gente que dizia que preferia mil vezes os sem-terra do que a cadeia né [o comentário se refere ao projeto de instalação de uma penitenciária agrícola onde hoje tornou-se o assentamento]⁶⁸. No começo é assim, o vizinho é assim... chega uma pessoa morá num lugar que ninguém conhece, você sabe que tipo de pessoa que é? Você não sabe, né. Naquela parte eu dava razão p'ra eles... Mas depois eles foram vendo que não era, que não era. Mas ainda assim, demorô bastante para se acostumarem lh... teve cara aí, quando viémo... que eu não gostava de ficá parado, não gostava e nunca gostei, né? Sempre gostava de uns troco pra mim ter né... uns troquinho, então eu saía, arrumava um serviço com um com outro, e eles viam que eu era trabalhador. E, sempre chamava eu p'ra trabalhar, fui se introsando com eles ali, então o meu meio de ganhá dinheiro era ali, eu ganhava um dinheiro ali, trabalhava com eles a semana inteira rapaz, e ganhava um dinheiro bom com eles ali, e fui cada vez fazendo mais amizade, e teve uma época ali que eu não tive como ir trabalhar, chegava dois, três pra eu ir trabalhar. (Assentado A.V. 47 anos).

Os colono sempre oiáva, proseava com a gente, a gente ia trabaiá p'ra eles, mas eles sempre oiava p'ra gente como uma classe mais rebaxada, sem-terra, que até hoje ainda tem essa discriminação. Ah, é lá do sem-terra parece que vale mais poco, e na verdade quando morrê é uma coisa só né. Mas ainda tem essa discriminação, porque é do sem-terra, uma classe mais baxa. (...) No começo você chegava assim, nas festa, nas comunidade, eles ficavam assim, oiavam p'ra gente, como se a gente fosse de otro estado né. Oiavam com poca vontade p'ra gente. Aí depois eles foram vendo que a gente começo trabaiá e fazê amizade né, eles mesmo quando precisava trabaiá p'ra eles, chamavam, aí fomo mostrando que não era o que eles pensava, aí depois chegava nas comunidade, tinha conhecido aí já chegava ali, já falava vamo p'ra cá, começava se introsá um pôco. (Assentado J.S. 47 anos, descendente de caboclos).

Quinteiro (2003) mostra que a discriminação sofrida pelos *sem-terra* tem relação com o desrespeito que a sociedade brasileira tem para com os pobres, porque circula socialmente a concepção de que o que cada um é, “é o que tem”. No entanto, a autora demonstra também como o preconceito da sociedade atenuou-se com o tempo, concomitantemente com o aflorar do sentimento de dignidade numa vida assim vivida entre eles. Os *assentados* hoje podem enfrentar e enfrentam o preconceito que fora muito mais forte no passado. (QUINTEIRO, 2003, 193).

⁶⁸ Indica aí uma gradação dos preconceitos e das rejeições. Um preso é mais rejeitado do que um *sem-terra*.

Partindo da desconfiança em torno da ideia de que os *assentados* não eram confiáveis, a relação entre as duas comunidades era marcada por um distanciamento social em que o contato deveria se restringir à prestação de trabalho, sendo somente através deste que alguns *assentados* conseguiram conquistar o respeito dos *colonos*. O desafio de se romper com o estigma e o descrédito que lhes eram imputados, compartilhar a mesma lógica e ética de trabalho.

Na condição de *assentado*, o agricultor adquire o respeito dos demais agricultores familiares e mais que isso, desperta inclusive certa inveja⁶⁹, permanecendo no *assentado* que lutou pela terra a imagem de que foi *sem-terra*, mesmo ainda não se vendo assim no presente e negando os atributos com que são relacionados na visão do “outro”. Isso denota que há uma grande capacidade de resistência que não se restringe ao aspecto econômico e produtivo em relação ao lote da Reforma Agrária, mas que inclui enfrentar todo um conjunto de estereótipos, preconceitos, distorções presentes no processo de estigmatização desencadeado nas interações com o “outro”. A resistência pode ser percebida no esforço de trabalhar para conquistar bens materiais e simbólicos, que os possibilita uma maior aceitação. Processo que se constrói em oposição aos que saíram do lote, vendendo-os ou trocando-os.

O processo de aceitação não é pleno, assim como a estigmatização e o estigma não foi aferido ou sentido de forma homogênea e unilateral, não resultando num limite fixo entre os dois grupos, de modo que não dá para afirmar, por outro lado, que há também uma integração total entre eles. Nesse processo, as identidades tanto se constroem pela diferença, como, em alguns sentidos, também se fundem ou se confundem. Desse modo, para um desavisado que esteja somente passando pela região, é possível que não consiga diferenciar os dois grupos, mas como o processo de diferenciação é hoje, principalmente simbólico, ao adentrar nas redes de relações e interações se perceberá significativas diferenças entre eles. O “outro” como já dissemos pode estar no interior de uma mesma família, cujos membros possuem interesses divergentes.

Se as práticas coletivas foram mais presentes durante o acampamento, a partir do momento da chegada na terra já dividida para cada família, se intensifica as disputas e tensionamentos em que não se tem a preocupação em esconder as divergências, a não ser pelo medo de que chegue aos ouvidos daquele que foi comentado ou dos que, em

⁶⁹ Essa discussão será aprofundada nesse mesmo capítulo.

certos momentos, tem poder de definir acessos aos bens e serviços. Explicitar tais intrigas, brigas, discussões do passado que se processaram tanto dentro como fora do assentamento e como cada um conta o mesmo episódio, nos leva a pensar como a fofoca circula naquele território. Um mesmo episódio pode condenar os *sem-terra / assentados* na visão dos *colonos*, mas para os primeiros foi uma maneira de moralizar o assentamento, como por exemplo, a retomada de um lote vendido a um fazendeiro vizinho assentamento, e impedir que outros vendam seus lotes.

Como vimos no capítulo II, o estigma por parte dos *colonos* não desapareceu, pode ter diminuído a ponto de ser disfarçado com habilidade. No caso da interação entre *colonos* e *assentados*, o estigma que os primeiros tinham em relação aos segundos dificultou que essa confiança fosse construída sem assimetrias de poder, ou seja, sem inferiorizar os *sem-terra*, ainda mais que os mesmos trabalhavam de início como *peões* que já tinham um lugar social inferior naquele território. É notável isso, na fala do assentado J.S. que tem menos incorporado o modelo dos *colonos* (descendente de *caboclos*), e por ainda trabalhar por dia sente ainda hoje mais o estigma por não ter conseguido uma autonomia maior, pois ainda hoje trabalha para fora do lote como *peão*.

Apesar dos *assentados* perceberem um maior respeito e consideração por parte dos seus vizinhos *colonos*, estes últimos, ainda hoje mantém de certo modo o estigma, mesmo os *assentados* terem melhorado sensivelmente suas condições materiais, até mesmo ultrapassando os patamares atingidos por alguns *colonos* que estão ali há quarenta anos ou mais. Os *colonos* conseguem fazer bem o que refletiu Goffman:

A despeito dessas provas de crenças diárias sobre o estigma e a familiaridade, deve-se continuar a ver que a familiaridade não reduz necessariamente o menosprezo. Por exemplo, as pessoas normais que vivem próximos de colônias constituídas de grupos tribalmente estigmatizados conseguem, com bastante habilidade, manter os seus preconceitos. (GOFFMAN, 1988 p. 63).

A percepção de um assentado de que ainda hoje há a manutenção de alguma forma do estigma e que mesmo estando há mais de vinte anos naquela localidade, tem alguns *colonos* vizinhos que o mesmo não “conhece”. Pois evitar certos contatos é uma forma de não se incomodar com certas tensões que possam surgir com o “outro”. Interagir com certos *colonos* para certos *assentados* nem sempre é visto como positivo, a invisibilidade muitas vezes ganha o sentido de não se incomodar com certas avaliações negativas sobre sua pessoa da outra parte, e faz todo sentido a frase de um assentado: “não conheço, mas também não me aborreço”.

Inicialmente as interações entre *assentados* e *colonos*, o desenvolvimento de trocas e reciprocidades ficaram comprometidas, fazendo com que o ciclo de reciprocidades próprio ao mundo rural, ficasse impedido de realizar tais trocas e relações com base em solidariedades básicas, como por exemplo, o fornecimento de ramas de mandioca citadas por uma assentada, que foi buscar no seu lugar de origem que fica a 109 Km de distância do assentamento. Vejamos o trecho abaixo:

Mandioca aqui por roda nem rama arrumaram p'ra nós. Fui lá onde nós morava, esse compadre nosso, que nós morava de divisa e trouxe cem pé de mandioca dentro de um saco. Fui buscá lá no Alto Paradai, ninguém arrumava, pois não recebiam nem nós, diziam que não tinha, você vai arrumá de que jeito? Daí um dia eu fui, sofri, sofri porque lá da rodoviária nova tinha que ir p'ra rodoviária véia, na lotação tinha que ficá carregando um saco de rama por cima, e era rama nova né, mais sofri e cheguei em casa. Queria que tivesse visto o quadrinho de mandioca ali p'ra cima, bem caprichado. Mas sei que não foi fácil. E- Não foi fácil assim da parte dos vizinho, só que hoje são tudo gente boa. Bem no fim hoje a gente pensa que eles tinham razão, só que a gente não queria aceitá né (Assentada E.H. 57 anos).

As generalizações feitas no processo de estigmatização classificavam todos os *sem-terra* como pessoas que “não prestavam”, que não se enquadravam no modelo ideal de pessoa valorizada pelos *colonos*. Assim continua a assentada, que era filha de *colonos* alemães:

É que nem vinha um home vizinho, que depois tomo veneno, vinha aqui e falava que a mulher dele mesmo falava que nós... nós não prestava, que aqui era uma biscataiada. daí eu falei: mas ela nem conhece nós, daí falei assim como tem muié sem-vergonha no acampamento, tem fora do acampamento, tem em tuda parte né... era uma discriminação, queria só que se visse, nós engolimo de tudo. não foi fácil, tivemos que enfrentá a discriminação também, mas depois que comecemos prantá e viram que nós ia dá certo, daí quase que a gente se dá com todo mundo né... (Assentada E.H. 57 anos).

À medida que foram se instalando, e começaram a produzir as primeiras rupturas sobre a imagem negativa dos *sem-terra* foram se efetivando. O estigmatizado foi aos poucos mudando de *status* ficando mais próximos dos que eram considerados “normais” pelos demais agricultores da região, isso foi perceptível após a seleção dos lotes, onde o “outro” que era o “de fora” foi aparecendo entre os próprios *sem-terra*, à medida que surgiram as divergências após a divisão dos lotes entre os que foram selecionados.

Para alguns que amadureceram certas reflexões, o estigma não surte efeito, pois estes, não têm vergonha de dizer que são *assentados*, assumiram a trajetória de *sem-terra*, que lutou por terra e que hoje mora em um assentamento, e que não tem como se

desvincular desse passado, por mais que se tente encobrir como “outros”, que participaram fazem:

Alguns tem orgulho como eu, eu não tenho vergonha de falar que moro no assentamento aqui, que sou sem-terra, mas tem uns que evita falar, tem um cara que fala que sempre se beneficiou em cima do movimento e coisa, e ele não quer que fale em MST. Na verdade seria assim, na verdade é uma luta, é a mesma coisa, você ser católico, você batiza um filho seu. Passa pela primeira comunhão, fazer uma crisma, e eu acho que a igreja tem que ser valorizada, sempre, agora não é porque um filho passou a crisma, a igreja não presta mais? Ainda hoje eu digo: - o movimento sempre vai ser bom, é um dos melhores movimentos que existe no mundo, é o MST, agora que existe lideranças ruim, dentro existe, sempre tem, em toda sociedade tem. (Assentado M.M, 45 anos).

Como falamos acima, o trabalho em cooperação, ou de forma coletiva não foi bem-sucedido, e o que pude observar não se deixa de cobrar do seu vizinho por um trabalho realizado, vez ou outra pode haver uma troca de serviço ou de trabalho. Mas o mais comum é tais trocas serem de trabalho por dinheiro. O que faz com que muitos prefiram trabalhar com a sua família nuclear, pais e filhos.

Pois mesmo o trabalho entre familiares que moram em casas diferentes, até mesmo entre dois irmãos que constituíram família, a ajuda mútua não é uma prática recorrente, cada família ‘se virando’ na sua unidade de produção. Com relação a isso um *assentado* afirmou: “- Mas olha aqui é Deus p’ra si, e o diabo p’ros outros (risos) não tem negócio de um ajudar o outro não” (Assentado E.V. 42 anos).

No trabalho dos *assentados* da Colônia Esperança, procura-se não utilizar mecanização ou maquinário em que se tenha um custo de hora-trator. Tal trabalho é realizado ainda hoje por junta de bois com arado, o que é visto pelos *colonos* e pelos técnicos como retrógrado. Economizar custos é uma forma de “saber administrar”, não adiantando ao ver dos *assentados* se “matar de trabalhar”, ou ficar “regando uma árvore que já esta morta”. A habilidade que a vida enquanto agricultores *assentados* lhes ensina o que muitos que perderam as terras não souberam: é preciso saber também não só “trabalhar com os braços” mas também com “as ideias”. Estamos diante de uma crítica direta aos *colonos* “fracos”, cujas famílias estão ali a mais de 40 anos na região e tem medo de correr riscos em tentar novas atividades para além da monocultura ou em fazer empréstimos para produzir.

Tal realidade está também presente no próprio assentamento, principalmente aqueles que se endividaram com o fumo, e com medo de contrair novas dívidas acabam

por não investir na produção, não acessando novos créditos, realizando uma agricultura mais para o auto-consumo.

Deste modo, aqueles que obtiveram maior sucesso em se manter nos seus pedaços de terras, criticam os “outros” menos bem sucedidos, por insistirem em uma atividade que não lhe dá renda, mas somente trabalho, pois planta-se ainda manualmente com a “matraca”. Um *assentado* que é citado pelos demais como o “menos sucedido”, em razão de ter um jeito de trabalhar mais de *caboclo*, o que gera uma crítica à teimosia do mesmo em mudar:

É outro jeito de trabalha né, o cara com uma terra daquelas, o cara planta só milho, sabe que milho não dá dinheiro, mas tu vai e planta só milho, só que plantando quebra né, se tu acha que uma coisa não dá certo é, tem que mudar pra outra, eu mesmo mudo, uma vez tinha um cara que vinha, de manhã cedo ele cobrava cinco centavos pra pegar o leite aqui, chegava no final do mês eu tinha que interar o dinheiro pra mim fazer o rancho da casa, digo, assim não dá, hoje eu faço queijo e vendo na feira, ganho muito mais (Assentado A.V. 47 anos).

O “saber trabalhar” inclui pesquisar e mudar para produzir o que está sendo mais rentável, em que o atravessador não possa se aproveitar ganhando sobre o trabalho do agricultor, para tanto na visão dos *assentados* mais “bem sucedidos” é preciso conseguir dominar o processo desde o plantio até a chegada na mão do consumidor final que pagará um preço mais “justo”, valorizando o seu trabalho.

Tal crítica à maneira de se trabalhar, não só aos “menos sucedidos” dentro do assentamento, mas também aos *colonos* “fracos” do entorno, questiona a lógica e ética de trabalho árduo que se traduz em quantidade de trabalho que não é valorizado no produto:

Eu acho um pouco mais de trabalhador, um pouco mais de, eu acho que só trabalhar não adianta, tem alguns que trabalha demais. Mas eu acho que tem que saber administrar, eu acho o seguinte, se o cara só baixa a cabeça e só pensar em trabalhar, não faz nada, e outra coisa, vê onde é que vai trabalhar, porque não adianta você ir ali, e colocar água numa árvore que tá morta. (Assentado M.M. 45 anos).

O *assentado* acima foi citado pelos técnicos da Emater/ATER como exemplo de Reforma Agrária que deu certo, pois o mesmo, além de levantar cinco horas da manhã, “ter vontade”, “correr atrás das coisas”, “se informar sobre certas políticas que os favorecem”, que permitem ser incluídos, como a venda direta no Programa Fome Zero do governo federal.

Wanderley (2003) percebe que nos estudos sobre movimentos sociais um aspecto pouco enfatizado é o de que “os atores que participam de atos como ocupações de terra sentem uma forte necessidade de justificá-los, de forma a assegurar a legitimidade de suas ações” (WANDERLEY, 2003 p. 240). O próprio engajamento na luta não se faz sem considerar o que é socialmente aprovado e que repercute em enfrentamento do que é considerado como ilegal, ilegítimo e não válido, ocasionando tensões internas, pois a legitimidade das ações de ocupações se chocam muitas vezes a uma “ordem moral arraigada na cultura do trabalhador e pequeno agricultor do interior” das quais é compartilhada pelos que lutam pela terra.

Podemos aqui afirmar que no esquema das classificações vigentes naquele universo social, os *assentados* assumem múltiplas identidades de acordo com momentos que lhes são pertinentes, negociando-as conforme as situações. Como percebe Hall (2005) na contemporaneidade, não se pode falar de uma identidade fixa, mas de processos identitários que se constroem através de fluxos sociais, sendo, portanto, construídos na relação com os vários “outros”. Assim, na hora de se relacionar com os *colonos*, os *assentados* podem assumir a identidade melhor aceita por aquele grupo – a de *colono* - em outro momento, diante dos órgãos do Estado, para consecução de políticas públicas, eles se assumem como *assentados*. E, em outros momentos, como na feira, como agricultores. Ao mesmo tempo, é a partir das vivências e dos valores que são mantidos, que se torna possível manter ou deslocar identidades. É o que percebemos nas falas que seguem:

Eu acho que eu consigo me enquadrar, dependendo da prosa eu consigo me enquadrar como colono, como sem-terra e também como assentado. Se eu tiver no meio das lideranças do MST eu sou sem-terra. Fora disso também eu nunca repudio, sempre fui, claro que eu não vou fazer mais aquelas loucuras, vou largar minha propriedade p’ra correr lá, largar a família, se for preciso, se for por uma boa causa eu vou, se for p’ra ajudar um pessoal na BR, se for p’ra defender eu defendo, eu acho que não é justo, agora fazer ocupaçãozinha, na BR e tudo, como agora, ficar defendendo o saco do Requião⁷⁰ ai, cobrando pedágio e coisa, uma coisa que não tem nada a ver uma história com a outra. (Assentado M.M. 45 anos).

Os colono fraco, como nós assentado semo menos valorizado, semo discriminado pelos colono forte ... o nosso sistema de trabalho é outro, se for pagá p’ra plantá, não dá. Nem fazê financiamento sem podê pagá. Então eu planto do jeito que dá. Plantei milho com maquininha manual e depois p’ra coiê, a gente quebra na mão. E quando a coisa

⁷⁰ Roberto Requião é o atual governador do Estado do Paraná.

aperta vendo queijo, uns bezzero, uns porquinho...” (Assentado J.S. 47 anos).

Como vemos, a identidade não é algo fixo, com uma única referência, é negociável conforme os contextos, e com quem se está interagindo, baseada em várias referências. O que implica num quadro mais custoso do que se poderia inicialmente perceber, pois os que são vistos como *sem-terra* por aqueles que se vêem como “proprietário de terra”, passam a ser medidos e cobrados pelos elementos que aprisionam uma definição fixa e única. Só que todos os nossos entrevistados deixam muito claro como se relacionam com as situações e os participantes, permitindo um espectro mais ampliado. Assim é nas relações, especialmente entre os grupos mais próximos, que se marcam as identidades e estabelecem-se as fronteiras. Tais relações não precisam ser marcadas por oposição apenas, mas também, por interações que vão desde as relações de compadrio até socialização de informações sobre políticas públicas.

O “outro” é entendido como o diferente, aquele que interpela por meio da diferença a sua identidade, questionando-a. Para além dos *colonos* o “outro”, para os *assentados*, são tanto o comerciante ou as pessoas da cidade para quem escoam a produção, é o técnico que vem prestar assistência, são as pessoas que vão fazer pesquisa no assentamento, são os próprios *assentados* que possuem histórias diferentes, valores e visões de mundo diferenciadas, assim como as condições e classificações diversas (*parcelário, comprador, titular*, que tiveram ou não vínculo com o MST). O “outro” são aqueles que venderam e que também foram julgados de “vadios”, pelos próprios *assentados* que ficaram, como aqueles que não deram “valor” pelo “sofrimento de barraco”. E o “outro” é a si mesmo, ao olhar a sua própria trajetória e perceber a ascensão social conseguida.

3.5 Negociando Identidades e Políticas Públicas

Para falar de políticas públicas naquele território se faz necessário, antes de tudo, não esquecer que a própria existência do assentamento decorre de uma política pública social (GEHLEN, 2004).

Os *colonos* cujas famílias ali se estabeleceram há mais tempo, ressaltam que nunca tiveram “ajuda do governo”, e sempre “trabalharam duro”, enfatizam que se viessem recursos a fundo perdido (como, na visão deles, os *sem-terra* têm) saberiam

“aproveitar muito mais”, pois saberiam melhor investir para aumentar a produtividade da terra, quando comparado aos recém-assentados. Percebemos que as políticas públicas diferenciadas interferem na relação entre os dois grupos, que nesse processo, re-significam e re-constroem identidades. Vejamos as falas desse casal de *colonos*:

Meu Deus do céu. Não sei como que não tão rico esse povo aí, porque não souberam aproveitá a oportunidade. P’ra gente pequeno agricultor nunca ganhamo nada né ? Agora que tem o PRONAF né. Aquele PRONAF que o governo faz baratinho p’ra gente né? Mas eles... meu Deus do céu ganhavam tudo de mão beijada do governo (...) Dava até ciúme na gente. (risos) (Colona I. M. 53 anos)

Mas... lá da turma do V. disse que eu tirei 1500 no PRONAF, tive que pagá... e eles ganharam 9.000 cada um. E eles não pagaram nada, a fundo perdido. Não sei como não tem p’ro micro-agricultor isso aí... P’ra eles vinha cesta básica, calcário de carreta que eles nem passavam, porque não tinha maquinário. Se eu ganhasse, passava até na mão. (Colono L.M. 59 anos)

Notamos aí que há certo sentimento de revolta, inveja e superioridade por parte dos *colonos*, questionando a legitimidade dos *assentados* em acessarem tais políticas, “sem merecimento” uma vez que não “sabem trabalhar”. As manifestações de inconformismo por quem tinha “terra legalizada” e que acessavam o PRONAF⁷¹ eram feitas por meio de questionamentos ao grupo beneficiário da Reforma Agrária que acessava o PROCERA e outras políticas públicas específicas e visíveis ao outro grupo. Vejamos as narrativas destes *assentados*:

Tinha uns colono que eu trabaiava por dia, que até comentava, que a gente que tem terra legalizada é tão difícil consegui, porque primero tava difícil de consegui esse tal de Pronaf, hoje não, hoje tá fácil né. Eles ficavam, como é que nós luta p’ra conseguí um Pronaf e eles faz um projeto chega lá, os dado já aprovô e vêm as bola de dinhêro. O que fazem que voçeis conseguem? Daí ficavam comentando, meio com inveja de nós. Mas eles não iam atrais das coisas... A gente comentava com eles, que conseguia esses recurso porque o pessoal se unia, vamo e lá negociá onde que tava. Agora duns anos p’ra cá também começaram se organizá os colono, mas eles não iam, porque ficava cada um lutando sozinho né. Aí ficavam falando p’ra nós como que conseguiam tão fácil, aí quando eles iam no banco p’ra fazê um empréstimo precisava de tanta coisa, hipotecavam a terra, pagava juro muito arto e ficavam com medo de perdê a terra... (Assentado J.S. 47 anos).

Primero teve gente que joga na nossa cara, que nois não tinha direito de ganhá alimento do governo, que vinha carcário, que nós passemos

⁷¹ O Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, (PRONAF) foi instituído em 1995, passando por modificações que extinguiu o Programa Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) e incorporou o seu público-alvo na categoria Pronaf A.

na terra: - ‘Nóis paguemo um monte, tem que pedi prazo de dois ano pra pagá e voceis vem de graça. O governo é errado, tem que ser tudo partes igual’, falava. Mas você não tem vergonha V., se compará que nem nós que somo pequeno e voceis são bem de vida, tem bastante terra falei, tinham carro e tudo. Muitos jogô na nossa cara, que tinha que ter direito igual. E como que o governo dava a nós e não pra eles. Uma vez quando fumo, ali num colono vizinho, acho que era um dos F., falô não sei como voceis guentam comê essas comida podre que vem do governo. Disse você tem ciúmes, porque você não ganha, porque se você ganhasse, comia nem que fosse podre também. (Assentada E.H. 57 anos).

As “negociações” por políticas públicas, por meio da luta dos *assentados* faziam com que fossem atendidas suas reivindicações com base na pressão. Quando a ação não se instaurava usando de tais estratégias, poderiam articular com o Assentamento Vitória (Lindoeste/PR) manifestações e ocupações das instâncias do poder público devidamente responsáveis pela liberação dos recursos. Os questionamentos por parte dos *colonos* aos *assentados* demarcavam ainda mais as diferenças entre os dois grupos no diálogo com o Estado. Tais situações fizeram com que os *colonos* começassem a se mobilizar para também angariar recursos, contando com o apoio de alguns *assentados*.

Se os *assentados* tinham a vantagem da experiência em organização e a socialização política necessária para reivindicar seus direitos, à medida que foram se tornando mais “autônomos” com relação às políticas públicas provindas do Estado, e que começaram a adquirir uma auto-suficiência produtiva, o grande impasse foi conseguir crédito para produzirem para além do permitido pela sua condição.

Pois não ter a titulação da propriedade da terra escriturada em cartório, também é um distintivo que atribui aos *assentados* “fraqueza”. Apesar dos *assentados* tentarem se enquadrar na categoria nativa de *colono* ou de “pequeno proprietário” lhes falta um dos elementos que está presente mesmo no *colono* “fraco”, que é a autonomia, não só de trabalho (que o assentado ali detém relativamente) como também, para estabelecer uma relação com a terra que possa ser operada não só pela lógica camponesa e familiar, (apego com a terra) mas também empresarial (desapego) e vendê-la pelo preço válido no mercado que varia de R\$ 20.000 a R\$ 35.000,00 o alqueire naquela região. Como se percebe nessa fala:

Eles não podia fazer título. Queriam fazê aviário, mas acontece que o banco não aceitava, este contrato que eles tem, esse papel. Falô: - ‘se vocêis arrumá um vizinho lá que tem terra pra avalizá. Sai. Mas tem que ter a escritura’. Daí não teve jeito. O banco não aceitavam. Porque

lá tinha que ter a escritura. A não ser que vizinho assinasse que tem a escritura da terra como avalista, mas que colono que vai querê assiná p'ra eles? (risos) (Colono, L. M. 59 anos)

Aqui podemos refletir, sobre os projetos de assentamento de Reforma Agrária no País, em relação à tutela por parte do Estado para o controle sobre os lotes daquele território, mesmo para evitar que reconcentre nas mãos de estranhos aos projetos como grandes fazendeiros, por outro lado minimiza a autonomia do *assentado* e o remete a um status inferior ao dos outros agricultores locais por não deter o título de propriedade jurídica da terra. Pois como afirma Paoliello (1998 p. 212), “só se pode continuar a ser lavrador autônomo quando se é dono da terra com o sentido que lhe é imputado e reconhecido pelo mundo social envolvente”. Não ter autonomia, plena ou não, é um elemento que distingue os *peões* dos *colonos*, naquele cenário, sendo que essa diferenciação se faz com relação aos *assentados* que não possuem a escritura da terra.

Para além das disputas há também solidariedades e alianças. Percebidas, por exemplo, através de trocas de ideias e um aprendizado entre integrantes das duas comunidades sobre como pleitear políticas públicas:

No São Roque. o M. ajudou na associação deles lá, mas essa parte foi mais no começo né, o M. ajudou pra consegui a siladeira, o refrigerador de leite, nem sei onde ta o refrigerador, nem deu certo, então nem sei que pé ta a situação deles... (Assentado O.P 52 anos).

Se tu vai na comunidade aqui olha, eles tem um poço artesiano São Roque aqui, eu faço parte de dois grupos em São Roque, uma que tem uma siladeira, que a gente faz silagem, e outro nós temos um refrigerador de leite, nós temos um, nunca usei, nem nunca vou usar, mas como precisava um numero X, daí eles conseguiram pra eles... e eu ajudei a encaminhar o projeto. Daí é o seguinte... a gente correu atrás com eles, consegui pra eles, mas daí o que aconteceu, o resfriador eu não queria desde o começo isso não dá certo, levar leite lá no São Roque, não existe isso ai, isso ai é fria, mas como lá em Roque tinha um bolo bom, foi feito o projeto via São Roque e tal, saiu bonito, foi pegado uma siladeira, deu certinho, agora foi eles fazer um projeto de um poço artesiano lá, e não fizeram no regimento anterior, e agora não ta dando certo. A gente acompanhou os processos legal... na verdade, a siladeira foi eu que consegui, mas o pessoal que correu atrás, tinha a liderança deles também, que na época ajudou, eles tem uma liderança boa no São Roque, tinha, na verdade hoje também ta fraco, quando tu sai, tu larga mão, daí entra outro e perde até o rumo, não sabe... (Assentado M.M. 45 anos).

Mesmo assim, por parte dos *colonos* há uma negação da cooperação do outro. Os *assentados* argumentam que ajudaram os *colonos* em momentos mais recentes (em

que há pelo menos duas lideranças no Assentamento com experiência em pleitear políticas públicas) para conseguirem junto à prefeitura da cidade uma siladeira, refrigerador, botijão de sêmen, recursos para reformar o salão paroquial, poço artesiano, telefone coletivo etc. através de associação de moradores. Para os *colonos*, esse aprendizado foi fruto do esforço próprio, ou no máximo do prefeito que os “incentivou” a organizarem-se de forma associativa. O coordenador da Linha São Roque na época, afirma que estas conquistas, não se devem aos *assentados*, pelo contrário: quem orientou e ensinou os *assentados*, conforme a fala do colono Z.S. a “conseguirem as coisas para a gente deles” foram os *colonos* quando o mesmo estava na coordenação, na tentativa de mostrar que sua gestão foi melhor que a do atual. Já do lado dos *assentados*, um dos líderes afirma que explicou ao coordenador da Linha São Roque, inclusive como fazer, para depois não ter problemas com possíveis fiscalizações posteriores, por isso, “ensinou” que era necessário ter comprovante de tudo.

No entanto, há entre aquelas duas comunidades alianças estabelecidas com base em laços de parentesco e compadrio sendo estas, meios pelos quais as redes em torno de objetivos comuns são tecidas. A título de exemplo, podemos citar três *assentados* de uma mesma família, que através de redes de parentesco com *colonos*, conquistaram lugares na feira da cidade⁷² para a venda de seus produtos, o que elevou suas condições de vida.

Na interação entre as duas comunidades podemos dizer que a inserção de um primeiro *assentado* naquela feira se deu por intermédio de um cunhado e compadre, que “lidava com horta” na comunidade de São Roque. Dando continuidade a esse tipo de estratégia, o *assentado* posteriormente inseriu mais dois irmãos na feira, que é bastante movimentada, e que hoje conta com aproximadamente 180 agricultores inscritos na fila de espera.

Na atualidade, quando comparamos com as memórias que indicam momentos anteriores nessa comunidade, as reivindicações políticas e as “negociações” diminuíram consideravelmente por parte do assentamento, havendo então certa nostalgia do passado. Nesse sentido, percebemos como, neste cenário, a memória não se restringe a trazer à tona o passado, mas ao ser resgatada, o passado é revivenciado, re-significando também o presente. Nesse ínterim, passado, presente e futuro se imbricam e se reconstroem influenciando também nos sentidos do grupo. Sendo assim, o passado

⁷² A feira da cidade de Cascavel acontece nas quintas e sábados.

também serve de referencial através do qual as identidades e diferenças se processam no presente.

Viam-se como mais “organizados”, quando era mais animado e quando o povo tinha mais fé, por meio da a “união de rezação”, ao comparar o presente com suas memórias dos “primeiros tempos”, temos a sensação de que a comunidade do assentamento está “abandonada”, e ao mesmo tempo, abandonaram a fé religiosa.

Atualmente, o referencial através do qual se percebem e percebem o grupo está pautado em uma sensação, compartilhada com os *colonos*, de que aquele espaço de vida (WANDERLEY, 2009) está ficando cada vez mais escasso, com tendências a ficar desabitado, uma vez que, a maior parte dos jovens migrou ou deseja migrar para a cidade desmotivando-os inclusive reivindicarem novas melhorias para as comunidades em questão.

Podemos considerar então, que a memória faz uma conexão muito importante na definição dos elementos construtores das identidades, indicando também um projeto de ser que não se traduz apenas na ascensão social como *assentados*, como também na busca do “outro”, no sentido de se afirmar negociando suas diferenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação tomou como base algumas questões e dúvidas que me acompanharam desde a minha graduação. Em certa medida, procurei refletir unindo minha experiência de vida e a minha formação acadêmica. Um dos pontos em torno do qual me defrontei foi a questão da identidade. A minha identidade enquanto estudante, militante e a minha memória de filho de uma família que se pensa a partir da relação com a terra. Do mesmo modo como vivi situações nas quais me defrontei com percepções distintas em torno da minha identidade e aquela que era acionada pelo meu pai, me propus a investigar questões correlatas numa região na qual já tinha me inserido como pesquisador. Parti das seguintes questões: Quais são os elementos relevantes na construção de identidades de *colonos* e *assentados* no presente estudo de caso; verificar a repercussão das interações sociais entre aqueles dois grupos sociais rurais nas fronteiras e fluxos entre eles; recuperar a história do passado recente (oral e escrita) dos dois grupos e a interferência na re-elaboração das identidades e diferenças atuais entre os mesmos. Antes de tudo, os instrumentos metodológicos utilizados nessa pesquisa tais como a história oral, a observação participante e utilização da historiografia permitiram uma compreensão mais ampla da construção dos processos identitários em questão.

Recuperei a história da região Oeste do Paraná, particularmente o processo a partir do qual se formaram novos territórios com a chegada dos *colonos* em uma fronteira concebida ideologicamente como “aberta”, o que significou o fechamento para o “diferente”, deslegitimando e silenciando a presença dos indígenas e *caboclos* ainda hoje naquela região. O processo de colonização ao privilegiar o *colono*, excluía os que não se encaixavam no tipo humano dos descendentes de imigrantes europeus, em que se construía a imagem socialmente elaborada de trabalhadores “produtivos”, agentes do “progresso” e da “civilização”, frente aos que ali já se encontravam ocupando e trabalhando aquelas terras de maneira diversa. Sem se preocupar com a posse cartorial da mesma.

A colonização não se processou sem conflitos, mas estes estiveram presentes envolvendo a posse da terra somente com os indígenas e *caboclos*, mas a partir da década de 1950, a ação de *grileiros* deixará muitos *colonos* sem a terra, agravando-se as expropriações e o aumento de trabalhadores rurais sem ocupação, a partir da década de 1970 com as transformações a agricultura e o mundo rural na região, tais como a mecanização, surgimento de novas tecnologias, endividamentos bancários, expropriações para construção de barragens e encarecimento do preço da terra. Na década de 1980, consonante com a “reabertura democrática”, os novos movimentos sociais começam a se organizar, entre os quais, atores que decidem lutar pelo direito a terra, procurando democratizar o seu acesso na luta pela reforma agrária. Tal luta se traduziu na única alternativa possível no horizonte de muitos trabalhadores rurais que de origens diversas buscavam o sonho da terra. Entre os quais estavam, filhos de *colonos*, demonstrando que o modelo de colonização proposto não resolveu a questão da reprodução cíclica das gerações mais novas, nem tampouco, serviu resolveu o impasse da questão agrária em que se caracteriza pela alta concentração de terras nas mãos de grandes fazendeiros. Tais processos nos levam a refletir a centralidade da terra e do acesso a ela para a definição da identidade dos diferentes grupos que compuseram aquele cenário complexo, onde já não haviam oposições rígidas entre os mesmos, havendo por exemplo, trocas e fluxos sociais entre *caboclos* e *colonos* embora sem possuírem o mesmo *ethos* de trabalho. Vimos, portanto, que historicamente houve afirmações / negações de identidades entre os diferentes grupos, que passaram por diferentes processos de apropriação e expropriação da terra, recompondo-se territórios e identidades. No diálogo com a história, percebi que a categoria *colono* foi construída

historicamente com relação a “outros”, através da delimitação de fronteiras materiais e simbólicas que foram reconfiguradas na realidade atual.

Vimos no segundo capítulo que na atualidade ocorre no interior da mesma comunidade de *colonos*, diferentes classificações do “outro”, conforme a relação e uso da posse da terra. Ali se processavam relações sociais, dependentes das prestações sociais, visitas, trocas e reciprocidades (MAUSS, 1974; SABOURIN, 1999), bem como das relações de interconhecimento (MENDRAS, 1978) próprias da vida em pequenos grupos do mundo rural. No entanto, podemos observar a presença de conflitos e disputas no interior da comunidade e de uma mesma família, denotando relações assimétricas e de poder com relação ao “outro”.

Nas relações dos *colonos* com a comunidade vizinha de *assentados*, o estigma se interpõe como um limite para as interações sociais ocorrerem, dificultando a aceitação dos *sem-terra / assentados* pelos *colonos*. Mesmo com a aproximação social entre os dois grupos o estigma se mantém, mas não com a mesma intensidade.

A aceitação é maior naquelas famílias que são tidas como mais próximas do modelo de trabalho dos *colonos*, sendo este, um dos principais elementos classificatórios do “outro”.

Como vimos, não há uma identidade homogênea e harmoniosa do grupo a que pertencem os *colonos*, o que podemos afirmar é que há certa unidade em que se articula relativamente na dialética com as diferenças.

As diferentes classificações sociais do “outro”, que faz parte do cotidiano daquela comunidade vão desde o *colono* “fraco”, o “homem da cidade”, o *assentado*, *arrendatário*, o *peão*, etc. Sendo que em termos de *status*, e de padrão ideal de pessoa do lugar, se elege para tais classificações o *colono* “forte” como posição social a ser almejada pelos demais ao poderem *morar e trabalhar* de forma relativamente autônoma com condições materiais suficientes para a reprodução social da família. Enquanto tal posição não é alcançada por muitos daqueles agricultores (*colonos* ou *assentados*) que procuram estratégias para se manterem em suas terras.

Os *colonos* a partir de tal modelo fazem a distinção dos *assentados* entre “trabalhadores”, por isso “bem sucedidos” e os que “não trabalham”, por isso “mal sucedidos”. Tais classificações servem a partir do seu próprio grupo, legitimar quem se aproxima dos *colonos* e desclassificar ao mesmo tempo deslegitimar a posse da terra e acesso à políticas públicas dos que se distanciam dos mesmos.

No passado recente, os pais dos *colonos* construíam suas identidades na relação com o “outro” indígena ou *caboclo* incorporando elementos ideológicos elaborados pelo Estado no processo de colonização para desqualificá-los, deslegitimá-los da posse da terra. Uma ética do trabalho produtivo serviu ideologicamente para deslegitimar outros grupos historicamente, agora se faz presente de forma re-significada para julgar os *sem-terra / assentados*. Mas como afirma Hall (2005), a diferença faz com que questionemos nós mesmos e percebamos nossos limites. Se num primeiro momento os *sem-terra* em geral são pessoas “sujas” e que “não prestam” ao terem os mesmos como vizinhos possibilita questionar verdades, olhando de forma questionadora para a sua própria comunidade.

No capítulo III percebemos que entre os *assentados*, a origem social anterior a fase do assentamento, tem implicações na forma como vão se identificar naquele espaço. Os *assentados* vão ter um histórico de migrações, de deslocamentos anteriores em busca de terra ou de trabalho que me permite afirmar que os mesmos, também, além disso, ao conviverem com pessoas de diferentes origens sociais, vão re-significar e reconstruir suas identidades a partir de novas referências, ao passar por situações específicas até a chegada na terra.

Além das dificuldades materiais enfrentadas nas etapas vivenciadas em busca da terra e de trabalho, a resistência é mais uma vez testada ao terem que superar os estigmas produzidos por parte da sociedade em geral e especificamente dos *colonos*. Os *assentados* rompem com certas imagens negativas, enfrentando-as ainda hoje de cabeça erguida, pois os que ficaram e não abandonaram seus lotes tem a certeza de que não são menos que os outros agricultores que moram e trabalham na terra.

Foi importante perceber que ser *assentado* é uma entre as várias identificações sendo reforçada por uma história de luta e de trabalho que legitime socialmente o merecimento da terra. No entanto, tal condição os coloca enquanto tutelados pelo Estado com relação não só as políticas públicas nos projetos de assentamentos de Reforma Agrária no país, mas ao controle dos lotes por meio do não fornecimento da titulação da terra definitiva, se configura em uma redução da autonomia dos *assentados* para realizarem certos financiamentos que possibilitem certos investimentos produtivos nos lotes, ao mesmo tempo em que remete a um *status* inferior aos dos *colonos* que detêm esse capital simbólico chancelado pelo mesmo Estado. Assim deter um título de propriedade, reitera a identidade com a terra, possibilitando uma autonomia equiparável

aos demais agricultores. Dessa forma, é necessário que as políticas públicas não tratem como todos fossem iguais e homogêneos os diferentes atores entendendo suas realidades específicas.

A própria palavra “negociação” para os *assentados* não se referem somente à políticas públicas reivindicadas, mas é notório um aprendizado de negociação também de identidades em que se enquadram conforme o contexto e o grupo com que se está interagindo. Não negociam somente terras e políticas públicas, mas também identidades.

Nesse estudo, procurei não ver nenhuma das comunidades enquanto unidade de análise, tal como fazem certos estudos sobre assentamentos, em que se restringem aos limites dos mesmos. Privilegiei as relações identitárias processadas nas interações sociais que reconstroem identidades e diferenças entre duas comunidades. Deste modo, é preciso atentar aos impactos que os assentamentos causam não só no econômico e na política local dos municípios que fazem parte, mas considerar as relações sociais, os fluxos sociais, as interações que impactam nas comunidades circunvizinhas, reconstruindo identidades e territórios, logo impactando naquelas coletividades locais. O interconhecimento, as relações de reciprocidade, a economia das trocas entre os diferentes grupos sociais rurais ajuda-nos a entendê-los. Assentamentos e comunidades rurais vizinhas impactam uns nos outros, por meio de processos que vão desde a aceitação e estigmatização até cooperações e disputas, enfim um conjunto de interações sociais regradas pelo jogo da identidade e da diferença processado dialeticamente para além das fronteiras nós / eles.

Enfim, consideramos também que o território deve ser entendido de forma complexa, sendo construído não apenas, através da homogeneidade, em que o “outro” seria seu opositor, mas que este também é constituído da diferença. Tais diferenças relacionais devem ser compreendidas no meio rural brasileiro, em que a luta pela democratização do acesso à terra se faz uma constante.

Este trabalho longe de aqui ser finalizado, acabado, deixará mais questionamentos, a serem aprofundados em outro momento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWAY, Ricardo. **Transformação na vida camponesa: o sudoeste paranaense**. Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Departamento de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981. s/p.

_____, Ricardo. et. All . **Juventude e Agricultura Familiar: desafio dos novos padrões sucessórios**. Brasília: edições Unesco, 1998, 2.ed.

_____, Ricardo. **Ruralidade e desenvolvimento territorial** Gazeta Mercantil – 15/04/01 – p. A 3. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/gzm014rurterr2.pdf>> acessado em 1 jun 2009.

AMOP – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ – Informações sobre região Oeste do Paraná no site: <http://www.amop.org.br> acessado em 25/08/2009.

BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e suas Fronteiras In: POUTIGNAT, P. & STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade**: seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

BERREMAN, G. D. “Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia” In: **Desvendando Máscaras Sociais**. Vários Autores – Livraria Francisco Alves Editora S.A. Rio de Janeiro, [1962] 1980.

BLOEMER, N. M.S.. **Brava Gente Brasileira**: Migrantes italianos e caboclos nos Campos de Lages. 1. ed. Florianópolis: Cidade Futura, 2000. v. 500. 301 p.

BOURDIEU, Pierre. **O Desencantamento do Mundo**: Estruturas Econômicas e Estruturas Temporais. Ed. Perspectiva: São Paulo, 1979.

_____. Pierre. **Questões de sociologia**. Trad. Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. Pierre, 1987 [1966], "Condição de classe e posição de classe". In: BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**, São Paulo, Editora Perspectiva: 1987 p. 3- 25.

_____. Pierre. Espaço Social e Poder Simbólico, In: **Coisas Ditas** 1ª edição, Ed. Brasiliense São Paulo, 1990.

_____. **O Poder Simbólico**; tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 2ª ed. Rio de Janeiro, ed. Bertrand Brasil 1998.

_____. “A gênese dos conceitos de habitus e de campo”. In: **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p. 59-73.

_____. Pierre; PASSERON, Jean.-Claude e CHAMBOREDON, Jean-Claude. **A Profissão de Sociólogo**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 3ª edição – São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRANDÃO, C.R. **A Partilha da Vida**. Ed. Geic/Cabral, São Paulo: 1995.

_____. Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e cultura**, janeiro-junho, ano/vol. 10, número 001. UFG, Goiânia, 2007 - PP. 11-27.

BRANDENBURG, A. Colonos: subserviência e autonomia. In: BRANDENBURG, A.; FERREIRA, A. D. D. (Orgs.). **Para pensar outra agricultura**, Curitiba: UFPR, 1998. p. 71-10.

BRENNEISEIN, E. C. **Relações de poder, dominação e resistência: o MST e os assentamentos rurais**. Edunioeste – Cascavel, 2002.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola** – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1985.

COLODEL, J. A.. **Obrages e Companhias Colonizadoras: Santa Helena na história do Oeste Paranaense até 1960**. Santa Helena: Prefeitura Municipal, 1988.

COLOGNESE, S; GREGORY, V; SCHALLENBERGER, E. **Tupãssi: Do Mito à História**. Cascavel: Edunioeste, 1999.

CURADO, F.F. Identidade Social: Unidade e Singularidade na Luta pela Terra no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 11-39, jan./abr. 2006.

DA MATTA, R. O Ofício de Etnólogo, ou Como Ter 'Anthropological Blues'. In: NUNES, E. O. (Org.) **A Aventura Sociológica: Objetividade, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, 23-35.

ELIAS, Norbert e SCOTSON John. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Editora Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 2000.

FOOT-WHITE, Willian. 'Treinando a observação participante'. In: ZALUAR, A. (org.), **Desvendando Máscaras Sociais**, pp. 77-86. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1980.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. **O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. Marco Zero: São Paulo, 1989.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1978.

GEHLEN I. Políticas Públicas e desenvolvimento social rural. **São Paulo em Perspectiva**, 18(2): 95-103: São Paulo, 2004.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Ed.Vozes, 1985.

_____. Erving. **Estigma** nota sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª ed. Rio de Janeiro: LCT, 1988.

GREGORY, V. Colonização e Fronteiras: O caso do Estado do Paraná (1930-1960) In: Lopes, Marcos A. (Org.) **Espaços da memória: fronteira – Cascavel: EDUNIOESTE**, 2000.

GREGORY, V.; VANDERLINDE, T.; DEITOS, N. J. Modernização e Representações Camponesas no Oeste do Paraná. In: VANDERLINE, T.; GREGORY, V.; DEITOS, N. J. (Org.). **Migrações e a Construção do Oeste do Paraná**. 1ª ed. Cascavel – PR: Coluna do Saber, 2007, v. p. 143-161.

GUIMARÃES NETO, R.B. **A lenda do ouro verde**. Cuiabá: Edufmt, 1986. 177p.

GUPTA, A. & FERGUSON, J. Além da “Cultura”: Espaço, Identidade e a Política da Diferença. In **Cultural Anthropology**, Volume 7, número 1, 1992.

HAESBARTH, Rogério. **Des-territorialização e identidade** a rede “gaúcha” no Nordeste. EDUFF: Niterói, 1997.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na pós Modernidade**. Editora DP&A. Rio de Janeiro, 2005.

_____. **Da Diáspora: Identidade e mediações culturais**. Editora da UFMG, Belo Horizonte, 2003.

HANNERZ, Ulf. **Fluxos, Fronteiras, Híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional**. Mana, 1997. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/mana/v.301/2454.pdf> Acesso em 10 mar. 2009.

KOWARICK, LÚCIO. **Trabalho e Vadiagem**. Ed. Brasiliense, São Paulo: 1987.

LAVERDI, R. **O Passado Colonial e a Produção de “Outros”**: notas sobre a historiografia do extremo-oeste paranaense. In: Tempos Históricos v. 4 n.1 Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

LE GOFF, J. **História e Memória**. 4ª ed. Campinas: ed. Unicamp, 1996.

MANÇANO FERNANDES, Bernardo. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2000.

MANÇANO FERNANDES, Bernardo. **Brasil 500 anos de luta pela terra**. Revista de Cultura Vozes, nº 2, 1999

MARTINS, José de Souza. **Fronteiras: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo. SP: Hucitec, 1997.

_____. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. 2ª ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2002.

MARTINS, Suely Aparecida. **A Formação Política da Juventude do Movimento Sem Terra no Estado do Paraná**. Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina – PPGSP / UFSC, 2009.

MAUSS, Marcel. “**Ensaio sobre a Dádiva**”. In: Sociologia e Antropologia. São Paulo: EPU, 1974.

MEDEIROS, L. S. “Dimensões políticas da violência no campo”. In: **O Direito Achado na Rua vol. 3 – Introdução Crítica ao Direito Agrário** / Molina, C.M. Souza Jr., J.G. & Tourinho Neto, F.C. (Org.) - Brasília, UNB, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

MENDRAS, H. **Sociedades Camponesas**. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1978.

MENEZES, M. A. Brasiguaios-a luta pela terra perdida. In: **Cadernos CEAS** n. 107 jan/fev – 1987.

_____. Relações de solidariedade em comunidade de camponeses-trabalhadores migrantes. **Inf. Soc.: Est.**, João Pessoa, v.6, n.1, p. 57-72, 1996.

MYSKIW, A. M. **Colonos, posseiros e grileiros: conflitos de terra no oeste paranaense (1961/66)**. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense/Unioeste. Niterói, 2002.

MORAES, M. D. C. **De camponês a agricultor familiar: imagens do campesinato, como identidades na ordem da razão**. Raízes, Ano XVII, nº 17, Campina Grande, jun /1998.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **Identidade, Etnia, Estrutura Social**. 1ª edição. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

_____. **O trabalho do antropólogo**. 2ª Ed. Brasília: Ed. Paralelo; São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PAOLIELLO, R. M. Estratégias possessórias e constituição de espaços sociais no mundo rural brasileiro: o contexto da Baixada do Ribeira In: Niemeyer, A. N & Pietrafesa de Godoi, E. (orgs.) **Além dos territórios: para um diálogo ente a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos**. – Campinas, SP: Mercado de Letras, 1988.

PAULO, Maria de Assunção Lima de. **Um Olhar sobre o Espaço no Tempo**. (Um estudo sobre as representações sociais de tempo e espaço na comunidade rural do Jucá no cariri paraibano), dissertação apresentada ao programa de pós graduação em sociologia da UFPB. Campina Grande, 2001.

PAWELKE, J. **Ficando rico no Oeste do Paraná**. Marechal Cândido Rondon: Igreja Martir Luther King, 1970.

POLLACK, M. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PORTO, Maria Stela Grossi; SIQUEIRA, Deis Elucy. **A Pequena Produção no Brasil: Entre os Conceitos Teóricos e as Categorias empíricas**. Cadernos de Sociologia/PPS, V. 6. Editora da UFRS: Porto Alegre, 1994.

PORTELLI, Tentando aprender um pouquinho: Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Revista Projeto História** – PUC-SP nº 15 p. 13 – 49, São Paulo :1997.

QUEIROZ, M.I.P. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível” In: Von simson, O. **Experimentos com histórias de Vida**. São Paulo: Vértice, 1988.

QUINTEIRO, Maria da Conceição. Rio Paraíso, o paraíso conquistado. In: Martins, José de Souza. **Travessias a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Editora da UFGS: Porto Alegre, 2003.

REGINATO, P. **História de Palotina 1954 / 1979**. Santa Maria: Palotti, 1979

RIBEIRO, S.I.G. Índios e brancos no Oeste do Paraná: Fronteira e fricção interétnica. **Revista Tempos históricos**, v. 02, Nº 01 pg. 93-116. M.C. Rondon, Mar/2000.

_____. Um passe de mágica: Breve ensaio sobre a construção da inexistência de índios no Oeste Paranaense, **Revista Tempo da Ciência** – CCHS – UNIOESTE: Toledo, v. 8 nº 15 p. 59-68 jan. jun. 2001.

SAATKAMP, V. **Desafios, lutas e conquistas: história de Marechal Cândido Rondon**. Cascavel/PR: ASSOESTE, 1984.

SABOURIN, E. Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. **Raízes**, Ano XVIII, Nº 20, novembro /1999.

SADER, E. **Quando Novos Personagens Entraram em Cena**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. Vozes. 1988. 332 p.

SANTOS, J.V.T. **Colonos do Vinho**: Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. Ed. Hucitec: São Paulo, 1978.

SCHENATO, Vilson Cesar. **Agricultura familiar e MST: socialização política e luta contra o capital.** Monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais, CCHS/UNIOESTE/TOLEDO, 2003.

SCHREINER, David Felix. **Entre a Exclusão e a Utopia: Um Estudo Sobre os Processos de Organização da Vida Cotidiana nos Assentamentos Rurais (Região Oeste / Sudoeste do Paraná) – Tese de doutorado / Programa de Pós Graduação em História Social – FFLCH / USP, 2002.**

SEYFERTH, Giralda. **As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa.** In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 18, ano 7, fev. de 1992, p. 78-95.

_____. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). In: **Anuário Antropológico/91.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993. p. 31-63.

_____. Imigração, colonização e estrutura agrária. In: WOORTMANN, E. F. (org.) **Significados da terra.** Ed. Universidade de Brasília: DF, 2004.

_____. Imigrantes colonos: ocupação territorial e formação camponesa no Sul do Brasil In: **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**, v. 2: Formas dirigidas de constituição do campesinato. Neves, D. P. (Org.). – São Paulo: Editora UNESP; Brasília - DF: NEAD, 2009.

SILVA, O. & MACIEL, C. F.. **Toledo e sua história.** Toledo: Prefeitura Municipal, 1988.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **A luta pela terra: experiência e memória.** Ed. Unesp: São Paulo, 2004.

_____, Maria Aparecida de Moraes. Experiência e memória na bagagem dos caminhantes da terra. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciências Sociais**, Vol. 1, No 49 (2006).

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Thadeu Thomaz. da. (org.) **Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos culturais.** Stuart Hall e Kathryn Woodward. 7ª Ed. Editora Vozes: Petrópolis - RJ, 2007.

SIMMEL, George. A natureza sociológica do conflito. In: Filho, Evaristo Moraes. (Org.) **Simmel.** Ed. Ática: São Paulo, 1983.

SPERANÇA, A. **Cascavel: a história.** Curitiba: Lagarto, 1980.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In NUNES, Edson de O. (org). **A aventura sociológica.** Rio, Zahar Editores, 1978.

VELHO, Otávio. **Capitalismo autoritário e campesinato.** 2a ed., São Paulo: DIFEL, 1979.

WACHOWICZ, R. *Obrageiros, mensus e colonos: história do Oeste Paranaense*. Curitiba: Vicentina, 2ª edição 1987.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos. (org.) **Agricultura familiar: realidades e Perspectivas**. EDIUPF: passo fundo, 1999. 23-56.

_____. A valorização da agricultura e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Revista Desenvolvimento e Meio ambiente**, n.2, Editora da UFPR: 2000a.

_____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Revista sociedade e Agricultura**, 15: outubro de 2000b. 87-145.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**. nº 21: 42-62, Rio de Janeiro, outubro 2003.

_____. **O Mundo Rural como Espaço de Vida**, reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WEBER. M. **Ciência e Política: Duas vocações**. Edição original de 1919; Editora Martin Claret, SP: 2005 [1919].

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Thadeu Thomaz. da. (org.) **Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos culturais**. Stuart Hall e Kathryn Woodward. 7ª Ed. Editora Vozes: Petrópolis-RJ, 2007.

WOORTMANN, K.; WOORTMANN, E.F. **Fuga a Três Vozes**. Ed. Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro, 1993

WOORTMANN, E.F. A Árvore da Memória. **Série Antropologia**, Brasília, 1994. Disponível em: < <http://vsites.unb.br/ics/dan/Serie159empdf.pdf>.> Acesso em 25 mar. 2009.

WOORTMANN, E.F. **Herdeiros, Parentes e Compadres: Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste**. Ed. Hucitec: São Paulo, 1995.

ZAAR, Mirian H. **A Migração no Oeste Paranaense/ Brasil: A trajetória dos “Brasiguaios”**. *Escripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidade de Barcelona, Nº 94, 2001. Acessado dia 19/05/2009 em: <http://www.ub.es/geocrit/sn-94-88.htm>

ANEXOS

